

LAICIDADE E DIALÉTICA



Jacob (J.) Lumier



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



LAICIDADE E DIALÉTICA:

DOIS ARTIGOS SAINT-SIMONIANOS PARA A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO.

Por

Jacob (J.) Lumier

Autor de ensaios sociológicos



**Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV:
Literatura Digital**

<http://www.leiturasjlumierautor.pro.br>

Rio de Janeiro, Julho de 2007.



**Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV:
Literatura Digital**

<http://www.leiturasjlumierautor.pro.br>

APRESENTAÇÃO

(A Postura do Sociólogo)

A postura do sociólogo do conhecimento nada tem a ver com “*as ilusões introspectivas*” com que os epistemólogos projetam para a sociologia o “problema epistemológico” em psicologia. Embora seja reconhecido que *os quadros conceituais operativos da sociologia do conhecimento são passíveis de identificação aos quadros sociais*, certos autores parecem avaliar isso negativamente e insistem em desconsiderar que essa identificação em perspectiva procede de uma dimensão mesma do conhecimento e não de alguma pretensa “estruturação ativa por parte do sociólogo”. Aliás, é daí que, contrariando-os, se fala de coeficiente existencial do conhecimento¹ já que a colocação do conhecimento em perspectiva sociológica antes de representar uma dificuldade, favorece as ciências como atividade prática e privilegia a sociologia do conhecimento como pesquisa das variações do saber.

Ao estudar as variações do saber, “o sociólogo do conhecimento não deve colocar nunca o problema da validade e o valor propriamente dito dos signos, símbolos, conceitos, idéias, juízos”, mas deve apenas “constatar o efeito de sua presença, de sua combinação e de seu funcionamento efetivo” – quer dizer, colocar o saber em perspectiva sociológica ou, apenas, analisar a perspectiva sociológica do conhecimento como fato. Os estados mentais intelectuais como as representações e a memória, assim como as opiniões coletivas (sempre vacilantes e incertas, a iludirem as chamadas ‘pesquisas de opinião’) são manifestações da **consciência apenas aberta** - contrariamente aos atos mentais que são as manifestações mais intensas da consciência aberta². Portanto, é preferencialmente através dos atos mentais que o conhecimento aceita a maior influência dos quadros sociais, variando com mais segurança em função dos mesmos. Quer dizer, os atos mentais se apreendem na implicação mútua entre as “experiências

¹ O coeficiente existencial do conhecimento inclui os coeficientes humanos (aspectos pragmáticos, políticos e ideológicos) e os coeficientes sociais (variações nas relações entre quadros sociais e conhecimento). Ver Gurvitch, Georges: “**Los Marcos Sociales del Conocimiento**”, trad. Mário Giacchino, Caracas, Monte Ávila, 1969, 289 pp (1ª edição em Francês: Paris, PUF, 1966).

² Ibid, ibidem.



de participar no real” e os juízos assim tornados cognitivos, de que as atitudes são os focos privilegiados.

Sem dúvida, na elaboração da explicação em sociologia, o sociólogo descreve e aplica os diversos procedimentos relativistas e dialéticos de intermediação que ele encontra na própria realidade social descoberta, para fazer ressaltar o acordo ou desacordo do conhecimento em correlações funcionais com os quadros sociais. Essa atitude de descrever correlações exclui qualquer “invenção” e não induz a “deformação” alguma, mas pode certamente favorecer a diminuição da importância do coeficiente existencial do conhecimento pela tomada de consciência. Antes de se limitar ao indivíduo e em particular ao sociólogo, a liberdade humana como escolha, decisão ou criação se afirma também nas manifestações coletivas as quais, elas mesmas, estruturam a realidade social descoberta pelo sociólogo – quem, sem dúvida, guarda o segredo desse conhecimento. Segundo GURVITCH³, a sociologia é tanto uma ciência de determinismos sociais como da liberdade humana, sendo apoiada na teoria da multiplicidade dos tempos sociais, e a questão da atitude do sociólogo é um problema de experiência dialética implicando a orientação da teoria sociológica para construir suas noções operativas com base nos procedimentos de intermediação, nada tendo a ver com os esquemas tradicionais que opõem de maneira abstrata um “sujeito pesquisador” a um “objeto pesquisado”. Toda a ciência investiga não aquilo que já se sabe, mas o objeto escondido, e a construção dos objetos precisos da experiência e do conhecimento é *precedida pela descrição* mediante os procedimentos *hiperempíricos*, cujo segredo é ser *uma descrição orientada para a “demolição de todos os conceitos adquiridos”, em vista de impedir a “mumificação” dos mesmos, e compreende as complementaridades, as compensações, as ambigüidades, as ambivalências, as reciprocidades de perspectivas e as polarizações, como procedimentos hiperempíricos ou procedimentos dialéticos de intermediação.*



©2007 *Jacob (J.) Lumier*
jacoblumier@leiturasilumierautor.pro.br.

³ Gurvitch, Georges et al.: “**Tratado de Sociologia-vol. 1**” tradução Ana Guerra, revisão: Alberto Ferreira, Porto, Iniciativas Editoriais, 1964, 2ª edição corrigida (1ª edição em Francês: Paris, PUF, 1957). - “**Tratado de Sociologia-vol. 2**” tradução Ma. José Marinho, revisão: Alberto Ferreira, Porto, Iniciativas Editoriais, 1968, (1ª edição em Francês: Paris, PUF, 1960).



SUMÁRIO

Apresentação
(A Postura do Sociólogo) - 4

Prefácio
Realismo sociológico e utopismo – pág. 7

Laicidade e sociologia: Reflexão sobre o Homo Faber - pág. 11

Dialética e Microsociologia:
Referências para uma atuação sociológica - pág. 49

Notas complementares - pág. 101

Índice remissivo - pág. 110

Sobre o autor - pág. 114

Índice analítico – pág. 124



PREFÁCIO

Realismo sociológico e utopismo.

Se a primeira vista a referência à laicização como conceito sociológico pode parecer pouco usual é porque há relutância por parte de pensadores influentes em reconhecer a sociologia de Marx. Neste sentido, pode-se admitir um debate silencioso entre Habermas e Gurvitch sobre o problema da alienação no legado do jovem Marx e Saint-Simon.

De fato, contrariamente a Jürgen HABERMAS que pretende *hegelianizar* a leitura de Marx⁴ não há razão para cobrar a hipoteca do passado sobre **a noção de trabalho alienado** em MARX; muito menos subordiná-lo à HEGEL. Sem dúvida, há uma aplicação política da **dialética das alienações** que explica por que MARX estendeu o termo “ideologia” a todas as ciências humanas, às ciências sociais (incluindo a economia política e a história, desde que não sejam penetradas pelo marxismo) e, posteriormente, a todas as obras de civilização. É exatamente **a aspiração à libertação total de certos aspectos da alienação** que explica isso.

Há ambigüidade do termo “alienação” ocultando a confusão entre **o realismo sociológico e o utopismo**. Segundo Gurvitch o exame do problema sociológico da ideologia sofre o efeito da aspiração de Marx à libertação total da alienação: “*na sociedade futura, o desaparecimento das classes deveria conduzir a uma situação em que todo o conhecimento científico e filosófico seria liberto das suas relações com os quadros sociais: o seu coeficiente social seria eliminado*”, configurando uma concepção de “*verdade completa, total, absoluta*” que se afirma fora de qualquer quadro de referência. Orientação essa que reencontra o “paradoxo da verdade absoluta ocultando-se sob a ideologia da classe proletária” que dela se serve para se constituir a fim de fazer triunfar essa verdade na história transformada em teodicéia. É o utopismo como filosofia da história hegeliana revirando-se contra a análise sociológica.

Em realidade **a ligação entre ideologia e alienação não é uma ligação necessária**. Devemos ter em conta que este problema se soluciona desde o ponto de vista da ultrapassagem do dualismo das ciências naturais e

⁴ Ver “*Théorie et Pratique*-vol.2”, tradução e prefácio: Gérard Raulet, Paris, Payot, 1975, 238pp. / 1ª edição em Alemão, 1963. Cf.págs.. 208 a 211.



das ciências humanas, ultrapassagem que não deve ser procurada na absorção das ciências humanas pelas ciências naturais, mas na constatação de que qualquer ciência é uma atividade social prática e, portanto, comporta um **coeficiente humano** sendo este o posicionamento e a formulação de MARX nas **Teses sobre Feuerbach**. *A ideologia não passa de um gênero particular do conhecimento: o conhecimento político que se afirma em todas as estruturas e em todos os regimes, mas cuja importância e cujo papel variam.* Ao desprezar esta constatação, Habermas não segue a clarividência de LEFEBVRE⁵ e, em detrimento da influência reconhecida dos escritos e da ação de SAINT-SIMON e de PROUDHON sobre Marx⁶, coloca-se entre os relutantes à sociologia e favorece a filosofia hegeliana da história como se revirando contra a análise sociológica.

Por contra, é sabido que a dialética desdogmatizadora de MARX se elabora em revolta contra HEGEL e contra a análise hegeliana da realidade social resumida na “**Filosofia do Direito**”, ainda que seja notada certa condescendência do jovem MARX para com “**A Fenomenologia do Espírito**”. Sem dúvida, o aproveitamento da sociologia de MARX resta metodologicamente ancorado nessa “revolta” fundante, nessa negação do discursivo, viabilizando o conhecimento em realidade, cuja procedência é tanto mais confirmada quanto patente se mostra o fracasso de HEGEL na sua tentativa de ligar dialética e experiência, ligação fundamental para as Ciências Humanas. Segundo Gurvitch, “*a dialética de MARX encontra-se nas antípodas da dialética de HEGEL porque não defende uma tese filosófica pré-concebida, mas propõe-se a fazer sobressair a complexidade e o caráter dramático da realidade social e a relatividade dos diferentes quadros sociais em que decorre a vida econômica. Além disso a dialética de MARX levanta um problema novo que HEGEL não considerou nem poderia ter considerado: o da relação dialética entre método dialético e a realidade social e, sobretudo, a realidade humana, que já é dialética*”⁷.

MARX foi sociólogo no sentido estrito de reconhecer a laicização e a relatividade do arcaico e do histórico porque, ao chegar à descoberta da realidade social por trás do fetichismo da mercadoria, desencadeou o “desencantamento” da Economia Política, evidenciando nas repre-

⁵ Ver: ‘**Sociologia de Marx**’, tradução Carlos Roberto Alves, Rio de Janeiro, Forense, 1968, 145 pp. (1ª edição em Francês: Paris, PUF, 1966); Ver: “**Psicologia das Classes Sociais**”, in GURVITCH e al.: ‘**Tratado de Sociologia-vol.2**’, tradução Almeida Santos, revisão Alberto Ferreira, Porto, Iniciativas Editoriais, 1968, pp.505 a 538 (1ª edição em francês: Paris, PUF, 1960).

⁶ Lembrando que no dizer de ENGELS em seu opúsculo sobre o **Socialismo Utópico e o Socialismo Científico** (Paris, Ed.Sociales), “quase todas as idéias não estritamente econômicas dos socialistas posteriores estão contidas em geral em SAINT-SIMON”.

⁷ Cf. Gurvitch, Georges: “**A Vocação Actual da Sociologia –vol.II: antecedentes e perspectivas**”, tradução da 3ª edição francesa de 1968 por Orlando Daniel, Lisboa, Cosmos, 1986, 567 pp. (1ª edição em francês: Paris, PUF, 1957). Pág.279.



sentenças desta última o estágio arcaico da consciência alienada. Portanto, a possibilidade de uma reflexão dos temas da sociologia decorre não de uma deslocada aproximação Hegel/Marx, mas, sem dúvida, surge da dialética das alienações desenvolvidas na “**Ideologia Alemã**” na qual em resumo, (a) - o trabalho é alienado em mercadorias; (b) - o indivíduo é alienado à sua classe; (c) - as relações sociais são alienadas ao dinheiro, etc., alienações estas afirmadas como expressões da *revolta contra HEGEL e contra a análise hegeliana da realidade social na qual, por sua vez, equivocadamente, se estabelece a alienação da sociedade e do homem em proveito do Estado.*

Quer dizer, o realismo sociológico funda-se na via de uma ligação entre dialética e realidade social, de tal sorte que os temas críticos desconhecidos de HEGEL fazem parte de uma análise sociológica do desocultamento da **consciência alienada**, a que, igualmente em revolta não mais contra Hegel, porém revolta contra a Economia Política, MARX se refere no “**Rascunho da Contribuição à Crítica da Economia Política**” (“**Grundrisse...**”) quando relaciona diretamente com a dominação pelas alienações a própria constituição da Economia Política. De fato, elaborando-a em modo separado da sociologia econômica, “os economistas burgueses estão de tal modo impregnados pelas representações características de um período particular da sociedade, que a necessidade de certa objetivação das forças sociais do trabalho lhes parece inteiramente inseparável da necessidade da desfiguração desse mesmo trabalho pela projeção e pela perda de si, opostas ao trabalho vivo”⁸ (**Grundrisse...**p.176; apud Gurvitch Cf. “**A Vocação Actual da Sociologia** –vol.II, op. Cit. pp.341 sq.). E MARX prossegue: “eles (os economistas) acentuam, não as manifestações objetivas do trabalho, da produção, mas a sua deformação ilusória, que esquece a existência dos operários, para reter apenas a personificação do capital, ignorando a enorme força objetiva do trabalho que se exerce na sociedade, e que está na própria origem da oposição dos seus diferentes elementos” (ib.).

Desta forma, na medida em que se integra no *desocultamento da consciência alienada levando à recuperação da prevalência da sociedade sobre a economia*, o realismo sociológico favorece a aproximação da teoria do fetichismo da mercadoria em MARX, por um lado, à análise sociológica e antropológica do mito do maná-mágico em Marcel MAUSS por outro lado, em que pese as especificidades respectivas das diferentes análises. Quer dizer, a vida nas sociedades arcaicas – como vida humana, social, econômica e política – é inteiramente penetrada pelo sobrenatural, seja ele transcendente (Religião) ou imanente (Magia como obra de civiliza o), cujo conflito e coopera o constituem seu princípio motor, sua ten-

⁸ Cf. **Grundrisse...**p.176; apud Gurvitch: “**A Voca o Actual da Sociologia** –vol. II, op. Cit. pp.341 sq.



são motora ⁹. E GURVITCH assinala que a insuficiência das análises antropológicas de ENGELS na “*Origem da Propriedade...*” está em haver considerado a economia dos “primitivos” em detrimento dessa realidade de conjunto das forças coletivas nas sociedades arcaicas. Portanto, a aproximação da teoria do fetichismo da mercadoria à análise sociológica do maná-mágico em nada prejudica a especificidade da teoria de MARX, como sendo referida ao objeto da sociedade de acumulação capitalista. Trata-se simplesmente de fazer ver que este fetichismo da mercadoria condicionando a consciência social não é sem paralelo na condição humana e que MARX foi sociólogo no sentido estrito de reconhecer a laicização e a relatividade do arcaico e do histórico porque, ao chegar à descoberta da realidade social por trás do fetichismo da mercadoria, desencadeou o “desencantamento” da Economia Política, evidenciando nas representações desta última o estágio arcaico da consciência alienada e do pensamento a ela subjacente.

Embora, na “*Ideologia Alemã*”, MARX não chegue a estabelecer suficientemente a “distinção entre objetivação, solidificação, exteriorização em estrutura ou organização, e alienação propriamente dita” (...) a sua descrição do fenômeno do fetichismo da mercadoria torna-se, no dizer de GURVITCH, “mais precisa e com mais sentido sociológico” (ou antropológico, isto é, com sentido mais próximo da análise sociológica do mito do maná-mágico) “quando mostra a pressão que exercem gradualmente as forças sociais que não conseguimos dirigir”, pressão esta que ameaça transformar-se, segundo as palavras de MARX, numa “força estranha que já não surge como o poder unido dos homens, mas, antes, surge como um elemento situado fora deles próprios, de que eles (os homens) não conhecem nem a origem, nem o objetivo” ¹⁰. É “sob o regime capitalista que a objetivação, a independência e a exteriorização do social, por se transformarem em perda e dissolução na projeção, isto é, a alienação *strictu sensu*, tomam uma forma particularmente envolvente e ameaçadora”.

©2007 Jacob (J.) Lumier

jacoblumier@leiturasilumierautor.pro.br.

⁹ Veremos neste ensaio que o ponto de vista da Crítica da Cultura limitando a desmitologização ou a desmagização ao âmbito da indústria cultural deve ser aprofundado como mediação para dimensionar o impacto da laicização nas obras de civilização, sobretudo em relação à origem da técnica e da moralidade autônoma (laicização da Magia “Branca” como obra de civilização nas sociedades arcaicas levando à técnica e à moralidade autônoma).

¹⁰ Cf. Marx, *Ideologia Alemã*: Vol. VI pp.175, 6ªed. Molitor; apud Gurvitch, *A Vocação...* Vol.II, op.cit, pág.297.



LAICIDADE E DIALÉTICA:

© 2007 Jacob (J.) Lumier

11

LAICIDADE E DIALÉTICA:

DOIS ARTIGOS SAINT-SIMONIANOS PARA A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO.

Jacob (J.) Lumier

LAICIDADE E SOCIOLOGIA:

Reflexão sobre o Homo Faber



Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV:

Literatura Digital

<http://www.leiturasjlumieraautor.pro.br>



LAICIDADE E SOCIOLOGIA:

Reflexão sobre o *Homo Faber*

O desencantamento do mundo não se esgota na redução estética à coisificação e o ponto de vista da Crítica da Cultura deve ser aprofundado como mediação em relação à origem da técnica e da moralidade autônoma para alcançar exatamente a relatividade do arcaico e do histórico intermediados penetrando as estruturas.

A laicização produz-se quando deixamos de reear as forças que manipulamos. A laicização é uma realidade humana que se descobre a partir do problema do conhecimento nas sociedades modernas lá onde se constata não somente o desencantamento do mundo, mas também a desmitologização ou mais amplamente a desdogmatização do saber. Tema crítico a laicização adquiriu notoriedade nos meios científicos a partir das análises de sociologia econômica desenvolvidas por KARL MARX em torno à crítica da economia política, com a descoberta da realidade social por trás do fenômeno da alienação no capitalismo, sobretudo suas análises desdogmatizadoras e dialéticas sobre o fetichismo da



mercadoria que muitos sociólogos da literatura e críticos da cultura estudam sob a rubrica da reificação. De fato, (1) – como transposição do coeficiente de realidade do indivíduo para o objeto inerte ¹¹ a reificação é um processus psicológico permanente agindo secularmente no âmbito da produção para o mercado. Vale dizer, admitindo-se o modelo de sociedade liberal clássica como comportando uma interpenetração do aspecto econômico e do aspecto psicológico, se chega à compreensão de que (2) – o aspecto concreto das estruturas reificacionais acompanha a periodização da sociologia econômica seguinte: (a) – fase da economia liberal se prolongando até o começo do século XX, caracterizada por manter ainda a função essencial do indivíduo na vida econômica (e por extensão na vida social). A referência sociológica principal é a constatação de que a regulação da produção e do consumo em termos de oferta e demanda se faz por um modo implícito e não consciente, impondo-se à consciência dos indivíduos como a ação mecânica de uma força exterior. Desta forma, todo um conjunto de elementos fundamentais da vida psíquica desaparece das consciências individuais no setor econômico para delegar suas funções à categoria preço, que aparece como uma propriedade nova e puramente social dos objetos inertes, os quais, por sua vez, passam então a guardar as funções ativas dos homens, a saber: tudo aquilo que era constituído nas formações sociais pré-capitalistas pelos sentimentos transindividuais, pelas relações com os valores da afetividade que ultrapassam o indivíduo, incluindo o que significa a moral, a estética, a caridade, a fé. Daí porque no romance clássico os objetos têm uma importância primordial, mas existem somente por meio do trato que lhe dão os indivíduos. Entretanto, essa situação muda (b) – na fase dos trusts, monopólios e do capital financeiro, observada no fim do século XIX e, notadamente, no começo do século XX, tornando-se acentuada a supressão de toda a importância essencial do indivíduo e da vida individual na interior das estruturas

¹¹ ver Goldmann, Lucien: *Pour une Sociologie du Roman*, Paris, Gallimard, 1964, 238 págs.



econômicas. (c) – Na fase do capitalismo de organização, observado depois dos anos de 1930 pela intervenção estatal impondo os mecanismos de auto-regulação do mercado, se constata, em modo correlativo à supressão progressiva da importância essencial do indivíduo, não somente a independência crescente dos objetos, mas a constituição desse mundo de objetos em universo autônomo tendo sua própria estruturação. É o que se designa pelo termo mediação ou mediatização, acentuando o primado do que é mediato (símbolo) sobre o i-mediato (simbolizado), para dar conta da redução efetiva do mundo dos valores ao nível implícito e o desaparecimento destes valores como realidades manifestas diretamente apreendidas. Os críticos da cultura ¹² por sua vez levam em conta não somente a sociedade de mercado como caracterizada pela mediação, mas destacam que a separação relativa da ciência e da arte na modernidade é tomada em correlação com a coisificação do mundo que se gera na produção para o mercado. Quer dizer, a separação da ciência e da arte exige como pré-condição a desmagização e a desmitologização da cultura para ser verificada como tal. Com essa separação, o domínio subjetivo das impressões passa por exclusividade da arte, por um lado, enquanto por outro lado tudo o que diz respeito à objetividade no conhecimento passa a pertencer à rede técnico-científica. Todavia o desencantamento do mundo não se esgota em simples redução estética à coisificação ou esta redução é ainda inacabada. Quer dizer, o ponto de vista da Crítica da Cultura limitando a desmitologização ou a desmagização ao âmbito da indústria cultural deve ser aprofundado como mediação para dimensionar o impacto da laicização nas obras de civilização, sobretudo em relação à origem da técnica e da moralidade autônoma. Em realidade há um aspecto mais abrangente na desmitologização ou desmagização da cultura que diz respeito exatamente à relatividade do arcaico e do histórico pene-

¹² Ver Adorno, Theodor W.: *Notas de Literatura*, tradução de Manuel Sacristán, Barcelona, Ed. Ariel, 1962, 134 pp.



trando, intermediados, as estruturas (Ver Gurvitch, Georges: “*Dialectique et Sociologie*”). Daí porque a distinção entre conhecimento místico e o conhecimento racional impõe-se logo que se fala em laicidade.

Com efeito, no estudo do saber como fato social tornou-se banal afirmar que o Estado pode intervir conscientemente no desenvolvimento do conhecimento científico e filosófico, como também no desenvolvimento do conhecimento tecnológico. Pode ele tomar iniciativas que tocam o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, a difusão do saber, a organização das pesquisas científicas novas e por fim pode favorecer a fundação de institutos pedagógicos novos penetrados de um espírito moderno. Aliás, foi isso o que aconteceu nos começos do capitalismo quando, aos finais do século XVII e no século XVIII, para combater o embargo da Igreja católica sobre os três graus do ensino, então dominados pela retórica e a escolástica, deixados para traz fazia tempo na vida social, o Estado deveu tomar importantes iniciativas. Como se sabe, a laicização de todo o ensino público e a separação do Estado e da Igreja especialmente no domínio do saber e sua difusão, proclamadas pela revolução francesa, não faziam mais do que arrematar uma obra já começada sob o antigo regime. Nestes casos, o Estado intervém não como quadro do saber tradicional, mas como criador de focos inéditos, destinados a favorecer a promoção de um sistema cognitivo novo.

Aliás, o papel significativo do saber como fato social pode ser observado traçando um esboço histórico do salto prodigioso da ciência desde a Renascença, cujos expoentes, como se sabe, são os seguintes: COPÉRNICO (1473-1543), KEPLER (1571-1630), GALILEU (1564-1642), nos conhecimentos astronômicos; NEWTON (1643-1727) inventa o cálculo infinitesimal no mesmo momento em que LEIBNIZ (1646-1716) também o faz de outra forma, ambos fundadores da Física mecânica; a química moderna nasce com LAVOISIER



(1743-1794); as ciências do homem se desenvolvem dividindo-se em muitos ramos, seguintes: a Economia Política é criada por Adam SMITH E David RICARDO e, com outra forma, pelos fisiocratas; a ciência política se afirma com HOBBS, SPINOZA, LOCKE, MONTESQUIEU, ROUSSEAU, os enciclopedistas, CONDOCERT, e DESTUT de TRACY (Montesquieu já presente o advento da sociologia). O ensino cada vez mais laico acelera o desenvolvimento do conhecimento científico, sobretudo a partir de 1529, com a fundação do Collège de France. Todos os grandes filósofos participam das discussões científicas (com alguma reserva, PASCAL e MALEBRANCHE) já que a laicização do saber filosófico cada vez mais independente da teologia favorece sua tendência a fazer das ciências a base de suas reflexões, embora os cientistas mostrassem pouco interesse pelo saber filosófico como tal. Mesmo assim, o prestígio do conhecimento filosófico está em que é o melhor colocado para defender a ciência contra a teologia, além disso, são os filósofos quem amiúde emitem hipóteses verdadeiramente científicas, como DESCARTES e LEIBNIZ. Portanto, o saber filosófico acolhe mais o racional sobre o místico, excetuando a PASCAL, um pouco a MALEBRANCHE e a SPINOZA, místico da racionalidade; da mesma maneira, acolhe mais a forma de conhecimento adequado sobre a forma simbólica e ainda favorece a combinação do conceitual e do empírico, do especulativo e do positivo e, finalmente, o predomínio da forma individual sobre a forma coletiva, esta última, por sua vez, muito relegada no saber filosófico. O conhecimento científico, por sua vez, tem a acentuação do elemento racional como exclusiva sua: o conceitual predomina sobre o empírico e a forma coletiva é preponderante, notando-se a formação de equilíbrio do positivo e do especulativo, assim como do simbólico e do adequado ¹³.

¹³ ver GURVITCH, Georges: “**Los Marcos Sociales del Conocimiento**”, trad. Mário Giacchi-



A distinção entre conhecimento místico e conhecimento racional não significa em absoluto que haja alguma relação entre as obras da Magia (nas sociedades arcaicas) e as da ciência em razão de que são duas atitudes diferentes que se afirmam em dois planos que nem sempre se encontram.

Sem dúvida, a distinção entre conhecimento místico e conhecimento racional impõe-se logo que se fala em laicidade. A análise sociológica observa que o elemento místico, sobrenatural, pode proceder tanto do juízo quanto da experiência, porém é a experiência em sua disposição afetiva que sofre a influência do elemento místico com mais frequência. Em maneira ampliada ao campo das estruturas e civilizações, podemos esquematizar uma sequência das etapas de diminuição do conhecimento místico, seguinte: primeiro: âmbito das sociedades arcaicas: (a) - misticismo corresponde ao fator afetivo do sobrenatural e triunfa sobre as demais formas (único caso); (b) - mitos teogônico-cosmológicos: caráter místico do conhecimento diminui em razão do avanço de sua conceitualização naqueles próprios mitos; (c) - conhecimento mágico: caráter místico deste conhecimento diminui em razão da introdução como elemento racional do desejo de dominar a natureza e os outros (laicização da Magia “Branca” como obra de civilização em técnica e em moralidade autônoma); segundo:- em todas as demais sociedades fora da sociedade arcaica: a forma mística ou a forma racional do conhecimento depende tanto das classes do conhecimento (Conhecimento do mundo exterior, conhecimento de outro, dos Nós, dos grupos e classes, conhecimento político, conhecimento técnico, filosófico, científico) quanto dos quadros sociais e das conjunturas, seguinte: (a) - na teologia: há misticismo somado ao racionalismo; (b) - no conhecimento político e no conhecimento filosófico,

no, Caracas, Monte Avila, 1969, 289pp (1ª edição em Francês: Paris, PUF, 1966).



em nível consciente, o misticismo tanto pode ser maior quanto pode ser menor do que o racionalismo; (c) - no conhecimento perceptivo do mundo exterior, no conhecimento de outro e dos Nós, no conhecimento técnico e no de senso comum verifica-se uma maneira própria de unir misticismo e racionalismo, conforme a influência do ambiente e da sociedade; (d) - o conhecimento científico é o mais refratário a toda a “tonalidade mística”, embora comporte exceções tais como, na história da ciência, o papel de PITÁGORAS com sua mística dos números servindo à origem da matemática; ou o papel da astrologia na origem da astronomia; e o do alquimismo nas origens da química ¹⁴.

Entretanto, a distinção entre conhecimento místico e conhecimento racional não significa em absoluto que haja alguma relação entre as obras da Magia nas sociedades arcaicas e as da ciência. Georges GURVITCH afirma “ser impossível constatar” nem mesmo uma contradição ou qualquer ligação que seja entre elas, em razão de que são duas atitudes diferentes que se afirmam em dois planos que nem sempre se encontram.

Com efeito, na análise sociológica e antropológica dessas atitudes, constata-se que a Magia como obra de civilização nas sociedades arcaicas está ligada à “tendência para comandar o mundo e os homens” ao passo que a ciência está sobretudo “ligada a um espanto desinteressado”, à estupefatação perante este mundo. Daí - e o que se segue é o resultado das análises de Georges GURVITCH - se entende que a Magia pode tornar-se a raiz das técnicas, que têm o mesmo fundamento psico-social que ela. Já quanto à ciência, GURVITCH mostra independência em relação ao pragmatismo da sua própria abordagem, afirmando no trato dos valores humanos como sendo dotados de objetividade por constituírem projetos de ação, aspectos da projeção dos atos coletivos nos estados men-

¹⁴ Ver Gurvitch, Georges, “*Los Marcos Sociales del Conocimiento*”, Op. Cit.



tais. Assume então um posicionamento contrário à tese pragmatista no que concerne a afirmação de uma ligação originária entre ciência e técnica. Sustentará que as ciências nem sempre têm relação com o “homo faber” notando-se o caso da Grécia clássica com as ciências em desenvolvimento e a técnica retardatária, ou o caso do Egito antigo com as técnicas desenvolvidas e as ciências embrionárias. É por via dessa mesma abordagem de análise de atitudes que GURVITCH discute a relação entre Magia e Religião em BERGSON, já que neste último o problema passa também pela relação entre Magia e Técnica, foco do interesse sociológico.

Existe nas sociedades arcaicas “uma grande parte da experiência” sobre a qual o “homo faber” não se sente capaz de agir: não podendo agir sobre a natureza espera que a natureza aja por ele. O universo povoa-se assim de intenções. Tal é a origem do mito do Maná ao qual se liga a Magia como obra de civilização.

Ou seja, existe nas sociedades arcaicas “uma grande parte da experiência” sobre a qual o “homo faber” não se sente capaz de agir: não podendo agir sobre a natureza espera que a natureza aja por ele. O universo povoa-se assim de intenções. Tal a origem do mito do Maná ao qual se liga a Magia como obra de civilização. É pois, a influência do instinto sobre a inteligência desencorajada pela sua própria incapacidade em realizar os desejos afetivos que explica a Magia em BERGSON. Este autor chama “sociedade fechada” a esta forma de vida baseada no instinto (a natureza agindo pelo homem) e aí distingue as representações coletivas, como reações defensivas da natureza contra esta outra representação pela inteligência de uma margem desanimadora de imprevisto entre a iniciativa tomada e o efeito desejado, sendo a tais “reações defensivas”, a função consoladora de garantia contra o receio, que BERGSON chama “função fabula-



tória”. Na Magia, não se trata de combater a dissolução do instinto de sociabilidade ameaçado pela inteligência como é o caso na “Religião Estática”, mas a função consoladora é afirmada no sentido de “combater o desencorajamento da própria inteligência perante a sua própria impotência”. Tal a oposição Magia-Religião que GURVITCH considera fundamental na leitura de BERGSON ¹⁵. Neste marco, as representações mágicas são representações fabulatórias de onipotência humana que oferecem uma consolação à inteligência, desencorajada por se sentir “impotente, ainda, para dar a conhecer ao mundo e para fundar a ciência”. Desta forma fica excluída em BERGSON qualquer identidade de conteúdo entre “Religião Estática” e Magia, restando entre elas somente uma analogia de atitudes a qual, todavia, considerada improvável, GURVITCH contestará com firmeza, afirmando a distinção entre “angústia” e “receio-medo”, isto é: a diferença entre a consolação pela esperança da graça e da salvação, e a consolação pela confiança posta nas próprias forças do sujeito-agente. A concepção de BERGSON de que, na Magia-Maná se trata apenas de desejos e não de vontade, termos estes afirmados em oposição um ao outro, é contestada desde o ponto de vista da análise sob o argumento de que, sendo o desejo uma tendência expressa na Magia, a vontade, por sua vez, mais não é do que a mesma tendência acompanhada da consciência: o desejo e a vontade não podem ser postos em oposição porque não passam de graus do mesmo processo de realização, existindo entre eles uma gradação de intermediários. GURVITCH contestará igualmente a descrição mesma da função consoladora, descrição esta que em BERGSON é fundada na oposição entre instintos sociais, inteligência e intuição mística, oposição esta contestável porquanto

¹⁵ Ver Gurvitch, Georges: “**A Vocação Actual da Sociologia –vol.II: antecedentes e perspectivas**”, tradução da 3ª edição francesa de 1968 por Orlando Daniel, Lisboa, Cosmos, 1986, 567 pp. (1ª edição em francês: Paris, PUF, 1957). Cf.pp.102sq.



“o conceito de instinto se encontra cada vez mais excluído da psicologia social, onde causou bastantes danos”. Por contra, em sociologia, a vida social ou a sociabilidade não são verificados em termos de instintos, mas, antes, como projeções de atos coletivos -cujas configurações são as atitudes- de tal sorte que os grupos sociais reais são penetrados por esses atos coletivos, os quais são apreendidos nos estados conscientes, emotivos, voluntários e intelectuais. Quer dizer, as intuições coletivas de diferentes espécies em que esses atos são apreendidos estão virtualmente presentes em qualquer manifestação da mentalidade coletiva ¹⁶.

Mas a abordagem de GURVITCH vai mais longe nesta análise. À vida social real corresponde um fenómeno psíquico do todo social em que o consciente e o supra consciente não estão separados por nada mais do que por graus do subconsciente e reciprocamente, isto é: esses graus do subconsciente, por sua vez, não estão separados senão pelos graus de passagem do supra consciente ao consciente, não havendo nenhuma “natureza exterior” aprisionando o “psiquismo coletivo”. Segundo GURVITCH, desse tratamento “aberto” do material empírico das sociedades arcaicas, resultam várias conclusões diferentes das de BERGSON, seguintes: (a)- a função consoladora é exercida para compensar pelos fracassos perante as forças sobrenaturais experimentadas como medotemor -daí que, para GURVITCH, este receio é sempre ligado ao desejo de êxito, estando a função consoladora exercida como expectativa de vir a ter êxito por seus próprios meios. Quanto aos demais esquemas de BERGSON, nada acrescentam à sociologia. Assim (b) - a oposição entre “sociedade fechada” e “sociedade aberta”, “religião estática” e “religião dinâmica”, apenas corresponde a camadas ou níveis diferentes da vida social no interior de cada sociedade e de cada grupo real; de tal sorte que, (c) - esta última oposição não tem qualquer relação com o problema da distinção entre a Magia e a Religião, que se apóiam em duas

¹⁶ Cf. Gurvitch Georges: “*A Vocação Atual da Sociologia* –vol.II”, op.cit, pp.102sq, ibidem.



forças sobrenaturais heterogêneas, por isso, (d) - a “função fabulatória” na religião conduz à humildade, enquanto que na Magia-Maná conduz à auto afirmação coletiva e individual. Vemos, então, com BERGSON, que o elemento humano está posto em causa na análise do saber arcaico, o qual suscita o interesse histórico exatamente porque, na situação das sociedades arcaicas, existe, como já foi mencionado, “uma grande parte da experiência sobre a qual o homo faber não se sente capaz de agir e espera que a natureza aja por ele, assim povoando o universo de intenções”. É claro que a teoria de BERGSON nesta apreciação de GURVITCH que estamos a comentar não deixa dúvida quanto à relatividade da oposição do arcaico e do histórico, tanto mais que faz pôr em relevo as expectativas sociais como se ligando ao esforço coletivo antes de se ligarem aos papéis sociais.

A moral do progresso conhecido pela inteligência se revela uma nova forma de sujeição àquilo que é conhecido de antemão ¹⁷. A ação moral criadora dos seus próprios critérios está em oposição direta a qualquer crença no progresso automático.

Aliás, GURVITCH discute o posicionamento de BERGSON na referência de uma teoria da liberdade oferecida em “*Les Données Immédiates de la Conscience*” como demonstração da futilidade do determinismo e do indeterminismo clássicos os quais, orientados para o já feito e não para o ato que se faz, ignoram que a liberdade não é mais do que um matiz de ação, vivida na própria ação” ¹⁸. Nessa teoria, o arbitrário como a própria escolha é o grau mais baixo da vontade. Para fugir à necessidade de escolha entre as alternativas impostas pela inteligência (conhecedora do progresso) sujeitando a liber-

¹⁷ Cf. “*A Vocação...*”, vol.II, op.cit, pp.239sq, ibidem.

¹⁸ Cf. “*A Vocação Atual da Sociologia*, vol.II”, op.cit, p.242, ibidem.



dade de ação e na ação, BERGSON sugere que os graus superiores da vontade que libertam da sujeição às alternativas se verificam no retorno à espontaneidade pura, designada todavia como impulso, que se encontra aquém da consciência, se arriscando, com esta formulação, a identificar a liberdade com o infraconsciente. Entretanto, BERGSON já admite que a liberdade comporta graus, os quais porém só podem manifestar-se em “durações qualitativas diversificadas” - esses graus intermediários da duração e da liberdade, imprescindíveis tanto para a existência humana quanto para as diferentes ciências, já que, sem essas gradações, tanto a existência quanto as ciências ficam condenadas a não poderem ir além do tempo espacializado e quantificado, próprio ao domínio exteriorizado do mecanicismo. Nota GURVITCH que é em razão dessa teoria da liberdade se exercendo contra as imposições da inteligência, que “BERGSON descreve os diferentes graus da duração e da liberdade correspondentes ao vital, ao psicológico, ao social e ao espiritual (ver “*Matière et Mémoire*”, bem como “*La Évolution Créatrice*”). Nessa descrição, a liberdade plena, compreendendo a atividade propriamente criadora liga-se à vida espiritual; em seguida vem a vida consciente, que é psicológica e social, a qual conduz à vida espiritual e é tida como o reservatório da liberdade, portanto, uma liberdade muito mais intensa do que a simples espontaneidade vital. Tal a série. É em consonância com essa gradação da liberdade que se verifica a gradação dos tempos, e GURVITCH sublinhará que falar de “espessura da duração”, como o faz BERGSON, significa que a duração, o tempo qualitativo, apresenta graus, havendo muitos ritmos diferentes, mais lentos ou mais rápidos, que serviriam de mediações para o grau de tensão ou de afrouxamento, assim como para o de elasticidade desigual da duração. Sem dúvida, já foi possível ver que na teoria da liberdade conducente à descoberta das “durações concretas” em BERGSON há uma passagem pela concepção essencialmente dinâmica de



qualquer moralidade efetiva, já que se atribui aos graus superiores da vontade a libertação da sujeição às alternativas impostas.

O conhecimento dos critérios morais concretiza-se como uma reflexão posterior sobre o ato moral diretamente vivido, sobre os valores entrevistados no calor da própria ação. A especificidade dessa experiência moral só é alcançada a partir da concepção dinâmica de qualquer moralidade efetiva.

Cabe então esclarecer o alcance dessa passagem. De fato, a concepção dinâmica está presente no posicionamento inicial da teoria da liberdade, já que a demonstração da futilidade do determinismo e do indeterminismo clássicos por BERGSON afirma-se no cotejo entre uma atitude orientada para o “já feito” e outra para o “ato que se faz”, a ignorância da liberdade sendo decorrente do desprezo dessa orientação para o ato que se faz. GURVITCH nota que o acesso a essa concepção dinâmica se verifica a partir: (A) - da renúncia à crença dogmática no progresso unilinear e ao otimismo exorbitante, projetados na imagem de uma elevação contínua para o Bem desde a vida biológica até a espontaneidade vital ou social e ao seu desenvolvimento histórico; (B) - da crítica às concepções finalistas e aos objetivos preconcebidos, projeção de um mecanismo às avessas que dissolve a ação. A partir desses pontos se pode enfrentar a dificuldade de que: (a) - é impossível fundamentar a certeza moral na certeza intelectual; (b) - há conflito contínuo entre os modelos imóveis estabelecidos pelo conhecimento prévio ou pela própria ação moral como paralisada por esses modelos preestabelecidos. Quer dizer, para chegar a uma moral teórica afirmando a certeza moral; para libertar a moral da sua sujeição a um conhecimento prévio, só se consegue mediante o apelo ao vivido moral experimentado no próprio esforço. Desta forma, ensina GURVITCH, a moral do progresso conhecido pela inteligência se



revela uma nova forma de sujeição àquilo que é conhecido de antemão. Por contra, o conhecimento dos critérios morais concretiza-se como uma reflexão posterior sobre o ato moral diretamente vivido, sobre os valores entrevistados no calor da própria ação. E essa ação moral criadora dos seus próprios critérios está em oposição direta a qualquer crença no progresso automático, notando-se que a especificidade da experiência moral assim reconhecida se verifica exatamente como reconhecimento, como ação participante nos variados graus do esforço ou, em só uma sentença: “é a vontade de olhos abertos nas trevas”. Segundo GURVITCH, a base dessa experiência moral específica é a teoria da intuição da vontade orientada pelas suas próprias luzes, à qual se chega pela concepção dinâmica de qualquer moralidade efetiva: (a) - como ultrapassagem contínua do adquirido; (b) - como recriação permanente dos Nós e de Outrem; (c) - como moralidade de ação e de aspiração participando na liberdade criadora pelo próprio esforço incessante dos Nós. Concepção dinâmica esta resumida na fórmula de BERGSON segundo a qual “para que a consciência se destacasse do ‘já feito’ e se aplicasse ao que ‘se está a fazer’ seria necessário que, voltando-se e retorcendo-se sobre si mesma, a faculdade de ver constituísse uma só unidade com o ato de querer”. Na ação livre, ao lançar-se para frente, tem-se a consciência dos motivos e dos móveis, tornando-se ambos idênticos. GURVITCH observa que esta teoria da intuição da vontade é não só a base da especificidade da experiência moral, mas que essa especificidade é a liberdade consciente. Quer dizer, assim como há diferentes espessuras da duração e variadas intensidades da liberdade, há também diferentes graus da vontade consciente, a qual torna-se cada vez mais livre à medida que: (a) - ultrapassa a escolha entre as alternativas, mediante o exercício da decisão; (b) - ultrapassa a própria decisão voluntária, mediante o exercício da vontade propriamente criadora. Desta forma, a moral da criação em BERGSON encontra fundamento para prosseguir a sua realização nas diferentes camadas em profundidade da reali-



dade social. É a liberdade situada no âmago da vida humana consciente. Enfim, sabe-se que o desvio místico de BERGSON deve-se ao não ter ele encontrado na sua análise da liberdade consciente o problema dos valores, aos quais GURVITCH chama “esses escalões que dirigem a elevação libertadora”.

O advento do caráter humano da liberdade, a ascensão desta para níveis menos inconscientes é verificada no e por esse conflito entre imanência e transcendência, em suas diversas configurações.

Considerando que a fronteira entre sociedades arcaicas e sociedades históricas é uma fronteira móvel, a oscilar conforme a intensidade ativa eficaz e consciente da liberdade humana, a relatividade da oposição do arcaico e do histórico põe em relevo que o conflito entre os princípios da imanência e da transcendência se revela como constitutivo da natureza própria do Homo Faber. o primeiro conflito entre os princípios de transcendência e de imanência no espírito humano gerou-se, como ensinam os mestres da sociologia, pela oposição do Sagrado e do mito do Maná nas sociedades arcaicas. Por isso, o Maná, apesar do elemento sobrenatural que lhe é inerente, é uma das raízes da laicidade. **A laicização da Magia como obra de civilização nas sociedades arcaicas tornando-se Técnica, por um lado, e Moralidade autônoma, por outro lado, produz-se quando deixamos de reear as forças que manipulamos,** ao passo que o Sagrado e a Religião excluem qualquer laicização; esta pode apenas limitar o seu campo de ação, mas sem o transformar relativamente ao seu âmago. Não haverá de surpreender, pois, que nas sociedades arcaicas a Magia como obra de civilização (curas, previsões, benefícios diversos) seja encontrada na base do Direito implicado na troca, o qual, mais do que a primeira, cujo exercício pode ser também individual, baseia-se sempre num reconhecimento coletivo, sem o qual a



correspondência ou a fusão parcial não pode ser estabelecida entre as obrigações de uns e as pretensões de outros, que constitui seu domínio. Aliás, o Direito é coletivo tanto pelo seu exercício quanto por seu conteúdo, de maneira que “onde existe uma sociedade existe o Direito”, o qual acompanha muitas vezes a moralidade como a sua sombra e o seu reflexo, desempenhando junto dela o papel de abrigo, envoltório, garantia, e facilitando o seu funcionamento. Mas, dado que a vida jurídica é mais afeta aos tabus e às sanções do que a vida moral, as respectivas repercussões da Magia e da Religião sobre o Direito mostram-se particularmente entrecruzadas.

Segundo GURVITCH ¹⁹(cf. “**A Vocação Atual da Sociologia - vol.II**”, op.cit pp.79 a 122), o advento do caráter humano da liberdade, a ascensão desta para níveis menos inconscientes é verificada no e por esse conflito entre imanência e transcendência, em suas diversas configurações e a evidenciação desse conflito é patente como fato social, como a oposição do Maná (mágico) e do Sagrado, somente nas sociedades arcaicas. Embora tenha sido somente em 1891, com CODRINGTON, em sua célebre obra “**Melanesians**”, que o Maná foi objeto de descrição etnográfica completa e eficaz, GURVITCH remarca que o debate antropológico e sociológico sobre o termo “Maná” não é limitado “a questões lingüísticas e históricas respeitantes à proveniência polinésia desse termo melanésio” (cf.ib.p.109). Observa o mesmo autor que “os arcaicos, para acreditarem no sobrenatural, não têm necessidade de qualquer representação nítida do natural”, isto porque é a intensidade da intervenção da afetividade invadindo as suas representações que os leva para o sobrenatural. A intensidade da emoção supre a falta de nitidez do objeto (ib.p.79). A intervenção do elemento humano

¹⁹ Ver Gurvitch, Georges: “**A Vocação Actual da Sociologia –vol.II: antecedentes e perspectivas**”, tradução da 3ª edição francesa de 1968 por Orlando Daniel, Lisboa, Cosmos, 1986, 567 pp. (1ª edição em francês: Paris, PUF, 1957), op.cit., ibidem.p.73.



propriamente arcaico, esse intenso estado emocional, está dito pelo próprio habitante das sociedades arcaicas quando afirma seu temor e GURVITCH, como seguidor da corrente durkheimiana e, dentre os durkheimianos, seguidor de LEVY-BRUHL e Marcel MAUSS, põe em relevo ser a experiência mística marcada pela força do medo que conduz à representação do sobrenatural. Temos, então, que a psicossociologia do natural e do sobrenatural nos arcaicos é explicada pela própria categoria afetiva do sobrenatural, na qual se deve distinguir suas duas tonalidades: a angústia, por um lado, e, por outro lado, o receio de insucesso correlativo ao desejo de sucesso -sendo admitido como humana (não imposta pelo Sobrenatural) a expectativa de vencer o receio por si próprio, de tal sorte que não há receio em ser mal sucedido numa tarefa, numa caçada, por exemplo, sem o respectivo desejo de ultrapassar tal receio pelo êxito ou sucesso na dita tarefa. Nota-se ademais que a diferenciação dessas duas tonalidades da categoria afetiva do sobrenatural, a angústia e o receio, é uma diferenciação que não precisa ser consciente, enquanto a diferenciação do natural e do sobrenatural precisa ser consciente. Ou seja, segundo GURVITCH, a força sobrenatural mágica, o maná, sendo imanente, inspiraria o receio, fazendo por suprir a ausência de uma percepção nítida do elemento natural no objeto, sua racionalidade, enquanto que a força sobrenatural religiosa, sendo transcendente, inspiraria a angústia (cf.ib.p.80).

Na sociologia é imprescindível deixar de lado mediante a perspectivação sociológica as categorias da mentalidade ou do psiquismo de senso comum que conhecemos, tais como a similitude, a contigüidade, a identidade, a causalidade, pois sem deixá-las de lado não se alcança a sociologia do saber dos arcaicos, nem se chega à compreensão da obra e do papel da Magia (descrita pelos etnógrafos como uma instituição pública em que os mágicos em seu estado cataleptico e mediante ritos complexos, fazem uma espécie de “funcionários”, como os “fazedores de chuva”, os “médicos-manes”, os “mágicos-agrônomos”, os



“mágicos - augures”, etc.) . Quer dizer, sem a perspectivação sociológica do conhecimento se eliminaria da Magia como obra arcaica tudo o que não corresponde à lógica nem à experiência científica; se eliminaria todo o elemento místico e “histórico”, bem como a própria impermeabilidade dos arcaicos à experiência positiva, restando apenas “superstição e fraude”. GURVITCH assinala que nas representações mágicas não existe intervalo entre o desejo e a realização - pelo que ficam excluídas as categorias da similitude e da contigüidade. Nessas representações a eficácia é imediata e sem limites do esforço, dado tratar-se de imagens simbolizando emoções, tendências, aspirações, que, dotadas de “atração magnética”, lembram o mundo dos valores.

Neste marco, tem lugar o exame da intervenção subconsciente da liberdade humana como força independente, como a força coletiva vulcânica no âmbito da qual a tensão entre o imanente e o transcendente no espírito humano mostra-se conducente à laicização da obra da Magia (branca) em técnica e em moralidade autônoma.

Não há criação de um simbolismo novo sem a afirmação de idéias e valores que dão a motivação e, mais que isto, a inspiração para as condutas coletivas efervescentes, iluminando-as para que favoreçam a mudança pelo espontaneismo social e coletivo.

Para começar, comenta-se a constatação de que há diferentes graus de misticismo e de racionalidade, de tal sorte que os mitos teogônico-cosmológicos dos arcaicos podem ser místicos, mas não o são sempre e, inversamente, o elemento místico na vida individual ou coletiva, seja entre os arcaicos ou entre os históricos, não implica necessariamente o elemento do mito²⁰. Com efei-

²⁰ Cf. Gurvitch, Georges: “**Los Marcos Sociales del Conocimiento**”, op.cit, pág.14, ibidem.



to, GURVITCH estuda o mundo das idéias e valores como a camada da realidade social que é posta em perspectiva sociológica, isto é, provoca a coincidência dos quadros de referências lógicas e dos quadros de referências estimativas, por um lado, com os quadros sociais, por outro lado, viabilizando, desse modo, as correlações funcionais entre algumas idéias e valores e os tipos sociais, em particular os tipos de estruturas sociais (GURVITCH nos dá um resumo dessas orientações de DURKHEIM para a sociologia do conhecimento: “as categorias lógicas são sociais em segundo grau... não só a sociedade as institui, mas constituem aspectos diferentes do ser social que lhes servem de conteúdo... O ritmo da vida social é que se encontra na base da categoria do tempo; é o espaço ocupado pela sociedade que forneceu a matéria da categoria do espaço; foi a força coletiva que criou o protótipo do conceito de força eficaz, o elemento essencial da categoria de causalidade... O conceito de totalidade é, afinal, a forma abstrata do conceito de sociedade”). Um mundo de idéias e valores é descoberto por trás das condutas, das atitudes, dos modelos, dos papéis sociais, dos símbolos sociais e suas esquematizações cristalizadas em nível dos aparelhos organizados. Quer dizer, não há criação de um simbolismo novo sem a afirmação de idéias e valores que dão a motivação e, mais que isto, a inspiração para as condutas coletivas efervescentes, iluminando-as para que favoreçam a reestruturação; tornando-as forças luminosas e não “correntes cegas”, como já o disseram os que resistem à mudança pelo espontaneísmo social e coletivo. Aliás, GURVITCH nota que essas condutas efervescentes quando afirmadas pelos Nós das comunhões ativas ou ativistas - como o são as diversas seitas ou grupos sectários de diversas filiações (religiosos, culturais, políticos, espiritualistas, pacifistas, naturalistas, ecologistas, naturistas, preservacionistas, humanistas, filantrópicos, socialistas, comunitaristas, etc.) - manifestam a sua independência em relação aos símbolos, afastando-os, destruindo-os, substituindo-os por criações novas (notadamente em conjunturas ou situações de



transição, em escala global ou no interior de grupos e de classes sociais) e isto geralmente sendo afirmado contra os aparelhos organizados. Assinala nosso autor que cabe ao sociólogo examinar as significações práticas encaradas, vividas ou desejadas pelos sujeitos -quer tais significações impliquem comportamentos, gestos, modelos, papéis sociais ou atitudes coletivas- para solucionar a questão do que exatamente as exteriorizações ou manifestações coletivas recobrem. E só se chega a essa resolução mediante a interpretação das idéias e valores ali implicados, quer dizer, pela aplicação das correlações funcionais que caracterizam a existência do mundo das idéias e valores na realidade social - por via das quais, enfim, se alcança o psiquismo coletivo, o plano dos atos e estados mentais, o nível das dinâmicas espontâneas das avaliações coletivas, das opiniões, carências, satisfações, esforços, sofrimentos e ideais.

GURVITCH põe em relevo a consciência sociológica em Lucien LEVY-BRUHL, quem não admitia que tirassem conclusões filosóficas de seus trabalhos sobre a mentalidade primitiva, mostrando-nos que o combate aos preconceitos filosóficos inconscientes encontra neste sociólogo da escola durkheimiana um forte apoio, já que o estudo das correlações funcionais ressalta da sua obra, na qual se contrapõe o conhecimento e a experiência dos “primitivos” por um lado e, por outro lado, os dos “civilizados”. Tido por descontinuista e antievolucionista convicto, contrariamente a DURKHEIM, LEVY-BRUHL faz ver que entre os “primitivos” a categoria da causalidade bem como os conceitos e as experiências do eu e do outro, do mundo exterior e da sociedade – além da tomada de consciência do tempo e do espaço – são essencialmente diferentes das nossas. Quer dizer, constatou ele a correlação funcional entre essas categorias, conceitos e experiências perceptivas do “primitivos” com o fato deles viverem num mundo físico e num mundo social penetrados pela “categoria afetiva” do sobrenatural. As leis da lógica formal, reconhecidas por nós, eram substituídas nas



sociedades arcaicas pela “participação mística”, baseada naquela categoria afetiva do sobrenatural. Segundo GURVITCH há um passo significativo da sociologia do conhecimento “em direção ao concreto e ao empírico” com a obra de LEVY-BRUHL, que aborda a nossa disciplina “sem idéias pré-concebidas do ponto de vista epistemológico”.

Como todo o conceito sociológico relativista e realista assimilando a aplicação das teorias de consciência aberta, a consciência coletiva requer a aplicação dos procedimentos dialéticos.

Destaque este tanto mais relevante se considerarmos que a preocupação em descobrir a origem do conhecimento está na base da psicologia dogmática de Karl MANNHEIM (o chamado “pensamento socialmente determinado”) e na do próprio DURKHEIM (o conhecimento como derivação da religião identificada à consciência coletiva). É claro que em DURKHEIM nada há de uma psicologia social causal da mente individual, em que a sociedade é projetada como causa final. Neste grande mestre da sociologia, “o que importa é que mesmo idéias tão abstratas como as de tempo e de espaço estão, a cada momento da sua história, em relação íntima com a estrutura social correspondente ». Como se não bastasse, nota-se que LEVY-BRUHL foi quem descobriu (antes de LINTON e KARDINER) “que a pessoa humana não permanece idêntica nas diferentes estruturas sociais” – derrubando assim o preconceito filosófico herdado do século XVIII de uma consciência idêntica em todos, genérica. E GURVITCH nos dá um resumo: “a personalidade dos primitivos é muito mais forte que a nossa graças às ‘dependências místicas’, mas é muito menos diferenciada”. Nela, “o outrem implica os animais, e os Nós implicam tanto os vivos como os mortos”. Além disso, a experiência imediata dos primitivos é mais rica, pois não sofre “a coação das



conceitualizações racionais” – é uma apreensão afetiva direta do ser, pois a participação mística não é uma lei, não é uma regularidade obrigatória mas uma forma de agir e ser agido. A sociologia avança à medida em que se libera dos preconceitos filosóficos inconscientes e aprofunda nas correlações funcionais.

O exemplo de LEVY-BRUHL mostra que sem o tratamento aberto dos materiais etnológicos não é possível pôr em relevo a laicização. O problema da consciência coletiva demanda uma abordagem sem idéias pré-concebidas do ponto de vista epistemológico. É claro que, em sociologia, o todo é apreendido e a crítica é feita aos preconceitos filosóficos inconscientes. O reconhecimento da realidade social-histórica como penetrada pela relatividade do arcaico e do histórico intermediados pode ser visualizado para fins expositivos se lembrarmos a literatura romanesca realista de WALTER SCOTT. De fato, o realismo literário do romance histórico típico nos dá uma boa imagem ao buscar a via mediana que passa através da luta dos extremos nas crises históricas, ou mostrando que, nas conjunturas críticas, grandes frações da população (por razões de continuidade da produção) se mantiveram sempre entre os campos opostos, com simpatias flutuantes por um ou outro partido e que, freqüentemente, são essas simpatias e flutuações que desempenharam um fator determinante para a saída real da crise. Neste sentido, houvera uma assimilação metodológica dessas simpatias e flutuações ambivalentes da realidade social-histórica em seu crescimento; houvera uma sublimação dessa experiência ambígua na consciência coletiva sob a “tensão crescente e decrescente da espontaneidade” que informa a leitura crítica de GURVITCH sobre os preconceitos filosóficos inconscientes no pensamento de DURKHEIM (Sem prejuízo da concepção científica ou determinística da sociologia de Durkheim sobre a divisão do trabalho (a grande oficina e suas engrenagens), já que vai buscar conscientemente o termo “fisiologia social” em Saint-Simon, concebido como “os modos de operar” da sociedade implicando a liber-



dade humana. Neste enfoque se entende bem que, para SAINT-SIMON a sociedade é “uma enorme oficina” chamada a dominar, não os indivíduos, mas a natureza e que “a reunião dos homens constitui um verdadeiro ser”, mas este ser é um esforço simultaneamente coletivo e individual e a sua capacidade em espiritualismo e em materialismo é igual (ver: Claude-Henri de Saint-Simon - 1760-1825 - *La physiologie sociale: Oeuvres choisies* ²¹).

Com efeito, é sobretudo a noção de “consciência continente” (introspecção) levando a inúmeros impasses que GURVITCH contestou quanto à tese de DURKHEIM voltada para fundamentar a irredutibilidade da consciência coletiva como fenômeno sociológico atribuindo-lhe o critério da transcendência. Segundo GURVITCH, nessa tese de uma consciência voltada para si própria e fechada, introspectiva, não se consegue explicar a natureza da consciência coletiva, já que fica ela projetada “para fora do psiquismo e do consciente reais” sendo então confundida com as construções de uma metafísica espiritualista “desviada para a metamoral e mesmo para a teologia”, não passando de preconceito psicológico. Por contra, como todo o conceito sociológico relativista e realista assimilando a aplicação das teorias de consciência aberta, a consciência coletiva requer a aplicação dos procedimentos dialéticos por complementaridade, implicação mútua, polarização e reciprocidade de perspectiva para ser adequadamente descrita (a dialética prepara a explicação mediante a descrição) em sua “realidade irredutível” diante da consciência individual, diante das obras de civilização (moral, direito, conhecimento, religião, educação, etc.) e das “outras consciências coletivas”. E GURVITCH esclarece essa descrição nos dizendo que a irredutibilidade que prova a especificidade sociológica desse fenômeno da consciência cole-

21

http://classiques.uqac.ca/classiques/saint_simon_Claude_henri/physiologie_sociale/physiologie_sociale.html



tiva como patamar da realidade social, observa-se na qualidade das “direções opostas” do psiquismo, na atenção voltada para o Eu, o Outro e o Nós, como direções para “a tensão crescente e decrescente da espontaneidade”, que se encontram num “contínuo vai-vem” na totalidade concreta do psíquico. Desta forma, se compreende os casos históricos em que os conflitos das crenças, das avaliações, das próprias percepções do mundo exterior pelas diferentes classes sociais, são por vezes mais importantes do que os conflitos de interesses econômicos.

A distinção de Marx entre consciência real e consciência mistificada ou ideológica expressa a compreensão sociológica do esforço humano como ultrapassando a oposição materialismo/espiritualismo.

Na sociologia o materialismo e o espiritualismo não passam de abstrações do esforço humano, como já mencionado. GURVITCH nota a respeito desta compreensão sociológica do esforço humano como ultrapassando a oposição materialismo/espiritualismo que a distinção de MARX entre consciência real ou imanente à vida social e consciência mistificada ou ideológica - domínio das alienações - começa da constatação de que, à semelhança das obras de civilização, a consciência faz parte das forças produtivas em sentido lato e desempenha um papel constitutivo, seja como linguagem, seja pela intervenção do conhecimento, seja ainda como direito espontâneo, nos próprios quadros sociais. Segundo GURVITCH, esses quadros sociais são chamados por MARX de “modos de ação comum” ou modos de colaboração ou relações sociais, nos quais se incluem as manifestações de sociabilidade, os agrupamentos particulares, as classes sociais e as sociedades. O significativo aqui, do ponto de vista do alcance determinístico



da sociologia, é que esses quadros sociais exercem um domínio, um envolvimento, sobre a produção material e espiritual que se manifesta no seu seio, domínio esse, por sua vez, que é exatamente o que se prova nas correlações funcionais. Quanto às ideologias, ficam excluídas das forças coletivas ou produtivas por representarem uma “mistificação”, ou seja, oferecem um aspecto da alienação: a alienação do conhecimento desrealizado e perdido nas projeções para fora, que inclui as “falsas representações” em que os homens e as suas condições surgem invertidos, como numa câmara escura (ver adiante meu comentário sobre a teoria do fetichismo da mercadoria em MARX).

Embora correspondam a certo nível das forças produtivas esses quadros sociais podem ser adaptados à sua base, às manifestações do espontaneísmo coletivo. Todavia, as suas manifestações estruturadas e organizadas entram em conflito com as forças produtivas quando, ao tomarem um caráter estabilizado e cristalizado, conseguem opor-se-lhes, ao passo que, em outras circunstâncias, elas se tornam os seus coeficientes positivos. Na dialética dos níveis de realidade social, os quadros sociais e a consciência real são produtos das forças produtivas *strictu-sensus* – isto é podem ficar objetivados – mas, sob outro aspecto, são igualmente os seus produtores e assim se afirmam como elementos reais da vida social. Essa dialética dos níveis em MARX é tanto mais saliente quanto mais observadas forem as forças produtivas ou forças coletivas, não como fatores isolados, mas como a causa social total. Quer dizer, o conceito de forças produtivas fica então, dessa maneira que GURVITCH chamará fenômeno social total, compreendido no sentido de extensão máxima identificando-se ao conjunto dos níveis ou dos graus da realidade social. Portanto, não há negar que a compreensão da realidade social e da sociologia que a estuda é bem definida em MARX, e GURVITCH reúne várias formulações da obra desse mestre enfatizando a ultrapassagem do dualismo (espiritualismo/materialismo) como levando ao coeficiente



existencial e ao coeficiente humano do conhecimento. Assim, em Marx, é no domínio da realidade social que “pensar e ser são simultaneamente diferentes e um só” (“*Manuscrites de 1844*”, trad. Molitor, vol. VI p.28); que a velha oposição entre espiritualismo e materialismo foi por todo o lado posta de parte” (“*La Sainte Famille*”, Molitor, Vol.II,p.167); que “o subjetivismo e o objetivismo, o espiritualismo e o materialismo, a atividade e a passividade perdem a sua oposição e, por conseqüência, a sua existência”(“*Manuscritos*”, ib.p.33). Em suma, para Marx, a ultrapassagem do dualismo das ciências naturais e das ciências humanas não deve ser procurada na absorção das ciências humanas pelas ciências naturais, mas na “constatação de que qualquer ciência é uma atividade social prática e, portanto, comporta um coeficiente humano” – conclui GURVITCH – notando que é este o posicionamento e a formulação de MARX nas “*Teses sobre Feuerbach*”.

Sem dúvida, os temas antropológicos de relevância para a constituição da sociologia e da dialética sociológica, notadamente sobre o mito do maná mágico, ensejam uma reflexão relevante para dimensionar a profundidade da teoria sociológica do fetichismo da mercadoria em MARX, no sentido do estudo das diferentes medidas da objetivação em níveis de realidade. Sociólogos do elevado porte de Henri LEFÉBVRE, no opúsculo intitulado “*Sociologia de Marx*”, defenderam a aplicação da sociologia para “discernir as mudanças e distingui-las do que está estagnado ou em regressão” na nova sociedade da segunda metade do século XX, contrapondo-se por um lado à influência dos neoliberais (“para quem não existe hoje mais do que ontem um critério seguro para determinar os obstáculos a vencer”) e, por outro lado, questionando o funcionalismo em sua tentativa de fazer coincidir a racionalidade estatal e a racionalidade técnica – entendida esta última como a racionalidade apriorista do “entendimento analítico e operativo”. Todavia, nem todos seguem a clarividência de LEFÉBVRE. Entre os relutantes à sociologia de MARX houve quem cultivasse uma tentativa de a-



proximar MARX de HEGEL, atribuindo a este último a hipoteca do passado sobre o conceito de “trabalho alienado” no jovem MARX, e isto em detrimento da influência reconhecida dos escritos e da ação de SAINT-SIMON e de PROUDHON (Lembrando que no dizer de ENGELS em seu opúsculo sobre o *Socialismo Utópico e o Socialismo Científico*, “quase todas as idéias não estritamente econômicas dos socialistas posteriores estão contidas em geral em SAINT-SIMON”). É o caso de Jürgen HABERMAS²² quem termina por aproximar e, mais ainda, por equiparar HEGEL a MARX, chegando mesmo surpreendentemente a sugerir que a análise da realidade social pelo jovem HEGEL em Iena (1805 a 1806) fora menos espiritualista do que se pensa, ou até mesmo estivera bem próxima do materialismo dialético, antes de HEGEL se arrepender e tomar seu rumo com “*A Fenomenologia do Espírito*”, em 1807. Assim, ao comentar a famosa passagem dos “*Manuscritos de 44*” em que o jovem MARX se faz comentador da “*Ph.G*” relativamente à objetivação do trabalho, HABERMAS coloca sem diferenciá-los e no mesmo plano, como fontes de conhecimento, a “Filosofia do Espírito” do jovem HEGEL no segundo período em Iena (1805-1806) e a “*Ideologia Alemã*”, nos dizendo que “nem a Realphilosophie de Iena nem a Ideologia Alemã esclareceram de maneira satisfatória a ligação entre trabalho e interação”, mas que, “tanto uma quanto a outra estão em medida de nos convencer sobre a pertinência dessa ligação (...)” (Cf.Ib. pp.208 a 211) . Por contra, sabemos que a dialética desdogmatizadora de MARX se elabora em revolta contra HEGEL e contra a análise hegeliana da realidade social resumida na “Filosofia do Direito”, ainda que seja notada certa condescendência do jovem MARX para com a “*Ph.G*”. Sem dúvida, o aproveitamento da sociologia de MARX resta metodologicamente ancorado nessa “revolta” fundante, nessa nega-

²² Ver: HABERMAS, Jürgen: “*Théorie et Pratique* – vol.. 2” tradução e prefácio: Gérard Raulet, Paris, Payot, 1975, 238pp. /1ª edição em Alemão, 1963, op.cit.



ção do discursivo, viabilizando o conhecimento em realidade, cuja procedência é tanto mais confirmada quanto patente se mostra o fracasso de HEGEL na sua tentativa de ligar dialética e experiência, ligação fundamental para as Ciências Humanas. Segundo Gurvitch, “a dialética de MARX encontra-se nas antípodas da dialética de HEGEL porque não defende uma tese filosófica pré-concebida, mas propõe-se a fazer sobressair a complexidade e o caráter dramático da realidade social e a relatividade dos diferentes quadros sociais em que decorre a vida econômica. Além disso a dialética de MARX levanta um problema novo que HEGEL não considerou nem poderia ter considerado: o da relação dialética entre o método dialético e a realidade social e, sobretudo, a realidade humana, que já é dialética”²³.

MARX foi sociólogo no sentido estrito de reconhecer a laicização e a relatividade do arcaico e do histórico porque, ao chegar à descoberta da realidade social por trás do fetichismo da mercadoria, desencadeou o “desencantamento” da Economia Política, evidenciando nas representações desta última o estágio arcaico da consciência alienada.

Portanto, a possibilidade de uma reflexão dos temas da sociologia decorre não de uma deslocada aproximação Hegel/Marx, mas, sem dúvida, surge da dialética das alienações desenvolvidas na “**Ideologia Alemã**” na qual em resumo, (a) - o trabalho é alienado em mercadorias; (b) - o indivíduo é alienado à sua classe; c) - as relações sociais são alienadas ao dinheiro, etc., alienações estas afirmadas como expressões da revolta contra HEGEL e contra a análi-

²³ Cf. Gurvitch, Georges: “*A Vocação Actual da Sociologia –vol.II*”, op. cit, p.279, op.cit, ibidem.



se hegeliana da realidade social na qual, por sua vez, equivocadamente, se estabelece a alienação da sociedade e do homem em proveito do Estado. Quer dizer, tal reflexão crítica funda-se na via de uma ligação entre dialética e realidade social, de tal sorte que os temas criticamente desconhecidos de HEGEL fazem parte de uma análise sociológica do desocultamento da consciência alienada, a que, igualmente em revolta não mais contra Hegel, porém revolta contra a Economia Política, MARX se refere no “*Rascunho da Contribuição à Crítica da Economia Política*” (“*Grundrisse...*”) quando relaciona diretamente com a dominação pelas alienações a própria constituição da Economia Política como feita em modo separado da sociologia econômica: “os economistas burgueses estão de tal modo impregnados pelas representações características de um período particular da sociedade, que a necessidade de certa objetivação das forças sociais do trabalho lhes parece inteiramente inseparável da necessidade da desfiguração desse mesmo trabalho pela projeção e pela perda de si, opostas ao trabalho vivo” (*Grundrisse...*p.176; apud Gurvitch Cf. “*A Vocação Actual da Sociologia* –vol.II, op. Cit. pp.341 sq.). E MARX prossegue: “eles (os economistas) acentuam, não as manifestações objetivas do trabalho, da produção, mas a sua deformação ilusória, que esquece a existência dos operários, para reter apenas a personificação do capital, ignorando a enorme força objetiva do trabalho que se exerce na sociedade, e que está na própria origem da oposição dos seus diferentes elementos” (ib.).

Desta forma, na medida em que se integra no desocultamento da consciência alienada levando à recuperação da prevalência da sociedade sobre a economia, a reflexão dos temas de sociologia favorece a aproximação da teoria do fetichismo da mercadoria em MARX, por um lado, à análise sociológica e antropológica do mito do maná-mágico por outro lado, em que pese as especificidades respectivas das diferentes análises. Quer dizer, a vida nas sociedades arcaicas – como vida humana, social, econômica e política – é inteiramente penetrada



pelo sobrenatural, seja ele transcendente (Religião) ou imanente (Magia como obra de civilização), cujo conflito e cooperação constituem seu princípio motor, sua tensão motora. E GURVITCH assinala que a insuficiência das análises antro-po-sociológicas de ENGELS na “*Origem da Propriedade...*” está em haver considerado a economia dos “primitivos” em detrimento dessa realidade de conjunto das forças coletivas nas sociedades arcaicas. Portanto, a aproximação da teoria do fetichismo da mercadoria à análise sociológica do maná-mágico em nada prejudica a especificidade da teoria de MARX, como sendo referida ao objeto da sociedade de acumulação capitalista. Trata-se simplesmente de fazer ver que este fetichismo da mercadoria condicionando a consciência social não é sem paralelo na condição humana e que MARX foi sociólogo no sentido estrito de reconhecer a laicização e a relatividade do arcaico e do histórico porque, ao chegar à descoberta da realidade social por trás do fetichismo da mercadoria, desencadeou o “desencantamento” da Economia Política, evidenciando nas representações desta última o estágio arcaico da consciência alienada e do pensamento a ela subjacente. Embora, na “*Ideologia Alemã*”, MARX não chegue a estabelecer suficientemente a “distinção entre objetivação, solidificação, exteriorização em estrutura ou organização, e alienação propriamente dita” (...) a sua descrição do fenômeno do fetichismo da mercadoria torna-se, no dizer de GURVITCH, “mais precisa e com mais sentido sociológico” (ou antro-po-sociológico, isto é, com sentido mais próximo da análise sociológica do mito do maná-mágico) “quando mostra a pressão que exercem gradualmente as forças sociais que não conseguimos dirigir”, pressão esta que ameaça transformar-se, segundo as palavras de MARX, numa “força estranha que já não surge como o poder unido dos homens, mas, antes, surge como um elemento situado fora deles próprios, de que eles (os homens) não conhecem nem a origem, nem o objetivo” (Marx, *Ideologia Alemã*: Vol.VI, pp.175, 6ªed. Molitor; apud Gurvitch, *A Vocação* ... vol.II, op.cit.p.297). É “sob



o regime capitalista que a objetivação, a independência e a exteriorização do social, por se transformarem em perda e dissolução na projeção, isto é, a alienação strictu sensu, tomam uma forma particularmente envolvente e ameaçadora”.

Em conjunto, a descrição sociológica da alienação nas obras de Karl MARX comporta o seguinte esquema: “em primeiro lugar, as forças produtivas surgem como absolutamente independentes” (em “*A Ideologia Alemã*”, tradução francesa, ed. Molitor, vol. VI p.240, apud G.Gurvitch, “*A Vocação...*”, vol.II, op.cit.). É a alienação econômica; em segundo lugar, as “relações sociais” são alienadas porque subordinadas às relações de propriedade privada (ib.vol.VII, p.244, ibidem); em terceiro lugar, esta, a propriedade privada dos meios de produção, “aliena não só os homens, mas também as coisas” (é o dinheiro que desnatura particularmente a vida social); em quarto lugar, o trabalho é alienado e as condições de existência do trabalhador se tornaram insuportáveis. Esta alienação que se manifesta no próprio fato da sujeição do trabalho transformado em mercadoria torna o mesmo extremamente penoso (ib.vol.VII, p.215, 220, apud GURVITCH ibidem); em quinto lugar, a alienação ameaçando sujeitar ao mesmo tempo o homem e o grupo espreita as próprias classes sociais, incluindo a classe proletária: “a classe torna-se cada vez mais independente em relação aos indivíduos que a compõe e move-se em novas correntes” (ib.p.225). É assim que, finalmente, os membros de uma classe “encontram as suas condições de existência predestinadas, e vêem ser-lhes destinada pela classe a sua posição social e, por conseguinte, o seu desenvolvimento pessoal; eles são escravizados pela sua classe” (ib.p.224; apud GURVITCH, ibidem). GURVITCH assinala que, neste caso, se trata de novo da projeção do humano - englobando sociedade, grupo, indivíduo - para fora dele próprio, bem como se trata da sua perda e dissolução nessa projeção. Então, há certa ambigüidade no conceito de alienação, pois não será possível



aplicar a qualquer das classes em vida e em luta, muito menos ao proletariado, o critério da perda de realidade (desrealização)²⁴.

ARISTÓTELES não notara que o valor de troca de uma mercadoria depende da quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir esta mercadoria, **MARX** sublinha o que caracteriza especificamente os valores de troca das mercadorias em regime capitalista como sendo exatamente o fato de que essas mercadorias se tornaram “fetiches”.

Já em “*O Capital*” (ver ‘*livre I*’ da edição francesa) nota-se melhor ainda o caráter socialmente arcaico da consciência alienada na análise sociológica da distinção anteriormente introduzida por **ARISTÓTELES** entre o valor de uso e o valor de troca. Contrariando a este último, o qual, como nos lembra **GURVITCH**, não notara que o valor de troca de uma mercadoria depende da quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir esta mercadoria, **MARX** sublinha o que caracteriza especificamente os valores de troca das mercadorias em regime capitalista como sendo exatamente o fato de que essas mercadorias se tornaram “fetiches”. No seu dizer: “É (...) uma relação social determinada dos homens entre si que reveste aqui para eles a forma fantástica de uma relação das coisas entre elas. É o que podemos chamar o “fetichismo” ligado aos produtos do trabalho, desde que eles se apresentem como mercadorias, fetichismo este inseparável do modo de produção que se designa por capitalismo”²⁵. E **MARX** prossegue: “Formas que demonstram a primeira vista pertencerem a um período social em que a produção e as suas relações regem o homem ao invés

²⁴ Cf. **GURVITCH**, G: “*A Vocação Atual da Sociologia*”, vol. II op.cit, pp.297, 298.

²⁵ *Le Capital*, ed Molitor, p.85, apud Gurvitch, op.cit.



de serem por ele regidas (o período das sociedades arcaicas e do mito do maná) parecem à consciência burguesa uma necessidade muito natural”²⁶. A consciência alienada é, pois a manifestação da sociedade capitalista no plano da produção espiritual; sociedade esta que, por fundamentar-se no fetichismo da mercadoria e na incapacidade da estrutura social para dominar as forças produtivas que ela própria suscitou como aprendiz de feiticeiro, leva ao primado das forças produtivas materiais. A consciência burguesa, ou a consciência dos economistas estudados por MARX, é uma consciência mistificada ou ideológica porque está impregnada pelas representações características de um período particular da sociedade em que a primazia cabe às forças materiais.

A consciência alienada tem pois vários aspectos que MARX estuda na dialética das alienações que nada tem em comum com a de HEGEL (em Hegel a dialética é primeiro que tudo Deus; em seguida é as suas emanções: o espírito e a consciência, que se alienam (perda de si) no mundo para retornarem a Deus, já em MARX qualquer movimento dialético está ligado em primeiro lugar à praxis social). Segundo GURVITCH, MARX insistiu contra HEGEL, “e com razão”, no fato de que a objetivação, sem a qual as sociedades e as civilizações não poderiam subsistir, de modo algum devia confundir-se com a perda de si. Assim nota-se que o “jovem” MARX distingue a alienação nos seguintes aspectos: a objetivação; a perda de si; a medida da autonomia do social; a exteriorização do social mais ou menos cristalizada; a medida da perda de realidade ou desrealização, de que dependem, em particular, as ideologias; a projeção da sociedade e dos seus membros para fora de si próprios e a sua dissolução nessa projeção ou perda de si. Ainda que as aplicações exclusivamente sociológicas dessas distinções relativas ao conceito de alienação, por estarem enlaçadas a uma

²⁶ cf. ib. p.92, apud GURVITCH op.cit, p.347; cf. “*Le Capital*”, Livre I, ed.GF, pp.68-76.



subjetividade coletiva (aspiração a valores), nem sempre se diferenciem das suas aplicações em sentido político -são ligadas em MARX à aspiração à libertação total de certos aspectos da alienação- essas distinções, assim como “a dialética entre os diferentes sentidos do termo alienação”, possuem, segundo GURVITCH, um sentido sociológico muito preciso: “Trata-se dos graus de cristalização, de estruturação e de organização da vida social, que podem entrar em conflito com os elementos espontâneos desta”, resultando, pelo concurso de ideologias falazes, na ameaça de dominação e sujeição que pesa sobre as coletividades e os indivíduos. É assim que MARX estuda a dialética das alienações na sua análise do regime capitalista, em que - como já o mencionamos -: o trabalho é alienado em mercadorias; o indivíduo aliado à sua classe; as relações sociais alienadas ao dinheiro, etc. (cf.GURVITCH, ib.p.279).

Como se vê, contrariamente a Jürgen HABERMAS (“*Théorie et Pratique*-vol.2”, op.cit.) não há razão para cobrar a hipoteca do passado sobre a noção de trabalho alienado em MARX; muito menos subordiná-lo à HEGEL. Sem dúvida, há uma aplicação política da dialética das alienações que explica por que MARX estendeu o termo “ideologia” a todas as ciências humanas, às ciências sociais (incluindo a economia política e a história, desde que não sejam penetradas pelo marxismo) e, posteriormente, a todas as obras de civilização. É exatamente a aspiração à libertação total de certos aspectos da alienação que explica isso. GURVITCH assinala que “MARX tira proveito da ambigüidade do termo “alienação” para ocultar a luta travada no seu pensamento entre o realismo sociológico e o utopismo, mas que - prossegue nosso autor - já na “*Ideologia Alemã*” a sociologia predomina (ib.p.290). Nada obstante, o exame do problema sociológico da ideologia em MARX resta inconcluso caso não se leve em conta a aspiração à libertação total da alienação, como superação de todas as ideologias, pois é aqui, na perspectiva dessa superação, que a ideologia proletária, mais



do que uma aspiração, pode se confundir à teoria marxista -a qual, segundo GURVITCH, “é uma teoria filosófica, sociológica e econômica, possuidora de uma validade universal” exatamente porque ultrapassa todas as ideologias, no sentido extensivo do termo. Quer dizer: “na sociedade futura, o desaparecimento das classes deveria conduzir a uma situação em que todo o conhecimento científico e filosófico seria liberto das suas relações com os quadros sociais: o seu coeficiente social seria eliminado” (ib.p.322). A ideologia proletária é, portanto, “um conhecimento liberto das suas relações com os quadros sociais”, ideologia esta na qual MARX configura uma concepção de “verdade completa, total, absoluta”, que se afirma fora de qualquer quadro de referência. Não é somente “desalienada”: é um poderoso estimulante da desalienação. Para GURVITCH, há pois, um “paradoxo da verdade absoluta ocultando-se sob a ideologia da classe proletária” que dela se serve para se constituir a fim de fazer triunfar essa verdade na história transformada em teodicéia. A saída para esse “mistério” -isto é: do ponto de vista da cultura, trata-se da “filosofia da história vingando-se da análise sociológica”- será, para os sociólogos do século XX, “renunciar a considerar como necessária a ligação entre ideologia e alienação” e reconhecer que a ideologia não passa de um gênero particular do conhecimento: o conhecimento político que se afirma em todas as estruturas e em todos os regimes, mas cuja importância e cujo papel variam. Esse reconhecimento proposto por GURVITCH favorece o aproveitamento da sociologia do conhecimento de MARX, como estudo dialético das relações com os quadros sociais.

© 2007 Jacob (J.) Lumier





LAICIDADE E DIALÉTICA:

© 2007 Jacob (J.) Lumier

49

**LAICIDADE E DIALÉTICA:
DOIS ARTIGOS SAINT-SIMONIANOS PARA A SOCIOLOGIA DO
CONHECIMENTO.**

Jacob (J.) Lumier

DIALÉTICA E MICROSSOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO:

Referências para uma atuação sociológica.



Website Produção Leituras do Século XX – PLSV:

Literatura Digital

<http://www.leiturasjлумieraautor.pro.br>



DIALÉTICA E MICROSSOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO:

Referências para uma atuação sociológica.

São as atitudes coletivas que criam os ambientes sociais onde se cotejam as diferenças sociais e se afirmam as estruturas sociais, ambientes estes que, compreendidos sob a noção de “Gestalt”, como conjuntos ou configurações virtuais ou atuais, implicam um quadro social referenciando os símbolos que se manifestam no seu seio e as escalas particulares de valores, que no seu seio são aceites ou rejeitadas (as chamadas “dinâmicas de avaliação” favorecendo a tomada de consciência dos temas coletivos reais).

Como se sabe, as “fossilizações sociais” já são constatadas em Saint-Simon (ver *La physiologie sociale: oeuvres choisies* ²⁷, op.cit.) e a partir dele constituem um conceito sociológico de serventia para verificar justamente os obstáculos à percepção das transformações no interior das estruturas da sociedade capitalista na passagem para o século XX. Todavia, nem todos os estu-

²⁷

http://classiques.uqac.ca/classiques/saint_simon/Claude_henri/physiologie_sociale/physiologie_sociale.html Ver NOTA COMPLEMENTAR 01 no final deste artigo.



diosos da sociologia do conhecimento no século XX concordariam em acentuar, mesmo por via da vertente saint-simoneana, a evidência de um paralelismo entre a análise crítico histórica da “fossilização da ideologia liberal” e a sociologia de Georges GURVITCH. Autores como Joseph GABEL²⁸, preocupados em dimensionar o alcance da dialética sociológica na desalienação, parecem deixar de lado que a noção gurvitchiana de “**mumificação do discursivo**” inclui a “interiorização das normas” como obstáculo à “capacidade instituinte”, atingindo o termo “*instituição*” como considerado deste ponto de vista “demasiado estreito”. Se a sociologia faz entrever os conflitos reais entre os aparelhos organizados, as estruturas propriamente ditas e, enfim, a vida espontânea dos grupos não se pode preservar o conceito de *instituição* como práxis e coisa e desconhecer a dialética dos atos e das obras, “das maneiras de ser e dos jeitos de se ver” (“controles sociais”), em que o conceito de estrutura se revela o mais dialético, **com os atos não se reduzindo à objetivação** nas obras de civilização.

Por contra, outros autores sensíveis à mirada e à intervenção sociológica como René LOURAU viram com justeza na “mumificação do discursivo” entre outros aspectos a recusa da utilização sociológica de “*instituição*” como termo cristalizado que se limita a designar o instituído, a coisa estabelecida, as normas já presentes. Ou seja, a recusa do termo “instituição” em sociologia diferencial equivale a rejeitar o estado de fato confundido com o estado de direito, já que nessa cristalização deixa-se cada vez mais escondido o aspecto instituinte da vida social que LOURAU relaciona às designações empregadas por Georges

²⁸ GABEL, Joseph: “**Sociología de la Alienación**”, trad. Noemi Labrune, Buenos Aires, Amorrortu editores, 1973, 225pp. (1ª edição em Francês, Paris, PUF, 1970), p.211sq.



GURVITCH como a noção de “*condutas efervescentes*”²⁹. Na verdade, mais voltado para a psiquiatria, Joseph GABEL deixa escapar que o alcance desalienante da dialética sociológica é indireto e, mais do que um procedimento desmistificador do “falso saber”, a dialética deve ser vista a partir do empirismo pluralista efetivo como uma orientação demolidora dos preconceitos filosóficos inconscientes (tais como a projeção de um Eu genérico idêntico em todos, que é um preconceito legado da filosofia do século XVIII através de Rousseau e Kant). Quer dizer, do ponto de vista do empirismo pluralista efetivo que GURVITCH desenvolverá sob a designação de “hiperempirismo”, se desdobrarmos a célebre fórmula de Maurice MERLEAU-PONTY que a definiu como “um pensamento que não constitui o todo, mas que é aí situado”³⁰ podemos reencontrar na dialética que esse “pensamento situado no todo” é a expressão das **atitudes coletivas**; que é um pensamento feito de arranjos que levam a reagir, que levam as unidades coletivas reais (grupos e classes), no interior destas os Nós (como expressão concreta da consciência coletiva) e as sociedades inteiras a reagirem de maneira comum, a conduzirem-se em certo modo e assumirem papéis sociais particulares³¹.

Em sua expressão dialética estas atitudes coletivas manifestam-se nas três escalas do humano-social: a dos Nós, a dos grupos e classes, a das sociedades globais e suas estruturas. Daí, dessas três escalas que as atitudes como

²⁹ LOURAU, René: ‘*A Análise institucional*’, tradução Mariano Ferreira, Petrópolis, editora Vozes, 1975, 296 pp. (1ª edição em Francês: Paris, ed. De Minuit, 1970), pp.134-143.

³⁰ Cf. MERLEAU-PONTY, Maurice : ‘*Les Aventures de la Dialectique*’, Paris, Gallimard , 1955, 315 pp. Pág.274.

³¹ Ver: Gurvitch, Georges: ‘*A Vocação Actual da Sociologia-vol. I: na senda da sociologia diferencial*’, tradução da 4ª edição francesa de 1968 por Orlando Daniel, Lisboa, Cosmos, 1979, 587 pp. (1ª edição em Francês: Paris, PUF, 1950), pp.110sq.



configurações, conjuntos ou ambiências sociais implicando um quadro social com dinâmicas de avaliação sejam descritas como “ambientes imponderáveis” que num aparente paradoxo (só aparente) podem ser detectados experimentalmente nos coeficientes de discordância entre as opiniões exprimidas nas sondagens ditas de “opinião pública” e as atitudes reais dos grupos - note-se em favor desta constatação experimental (provocada pelas próprias sondagens de opinião) que o nível mental incluindo as opiniões, as representações, as conceituações é estudado como sendo apenas um aspecto do conjunto, tanto mais incerto quanto os indivíduos mudam de atitude em função dos grupos ou os personagens que os papéis sociais encarnam mudam segundo os círculos a que pertencem.

Mas não é tudo. Do ponto de vista da teoria de estrutura social a dialética é estudada na sociologia de GURVITCH em modo diferencial, e é descoberta com anterioridade em relação à expressão, quer dizer é descoberta no próprio ser social, como veremos neste ensaio. Desse modo se mostrará então uma dialética complexa e pluralista, que está em medida de expressar a própria multiplicidade dos tempos sociais gerados pelas estruturas em estado de mudança interior ³². Quer dizer, se esta mudança interior torna fragmentada numa multiplicidade a tensão entre posição e movimento, então teremos uma variedade de procedimentos dialéticos de intermediação entre as manifestações ou os termos dicotômicos, sejam estes apenas opostos ou mais do que isso contrários, contraditórios, etc. Sem dúvida, a incoerência de Jean Paul SARTRE para com GURVITCH situando a este junto dos positivistas lógicos ³³ é desconsiderar o

³² A respeito dos “conceitos” ou quadros operativos da sociologia, já se enfatizou que “os fenômenos sociais totais” de que nos fala GURVITCH não têm idade, significando que os tempos sociais múltiplos não acontecem de novo simplesmente, mas estão acontecendo sempre (cf. BRAUDEL, Fernand: “**História e Ciências Sociais**”, tradução dos artigos originais em Francês por Carlos Braga e Inácia Canelas, Lisboa, editorial Presença, 1972, 261 pp, ver págs.121sq.)

³³ SARTRE, Jean Paul : ‘*Critique de la Raison Dialectique – Tome I : théorie des ensembles pratiques*’ (précédé de Questions de Méthode), Paris, Gallimard, 1960, 756 pp, págs.p.117 e 130.



alcance realista (no sentido ontológico deste termo) da dialética como ligada à sociologia diferencial dos agrupamentos sociais particulares e à microsociologia. Para SARTRE a dialética sociológica assim verificada não se enquadraria na racionalidade do processus histórico nem a constatação gurvitcheana das hierarquias dos agrupamentos particulares como não absorvidas e conflitantes com as hierarquias das classes sociais.

Como veremos adiante na sociologia de GURVITCH é a partir da constatação dessa diferença específica da hierarquia dos agrupamentos sociais particulares em face das classes sociais que se chega à percepção da mudança no interior das estruturas. Além disso, tampouco pode ser classificada “positivista” a descrição e a análise gurvitcheana dos determinismos sociais como operações de integração dos fatos ou manifestações particulares nos planos de conjuntos práticos. Se os determinismos são operadores no sentido usual do termo em análise matemática, isto é, **símbolos** de uma operação que se efetua sobre uma variável ou sobre uma função, a qualificação “positivista” é incabível porque se trata de função dialética e não apenas lógica, como dialético é o esforço coletivo de unificação. Na sociologia de GURVITCH, a integração dos fatos e a unificação nas estruturas se verificam *a posteriori* porque os grupos, as classes, as sociedades são afirmados tais na medida em que eles próprios expressam e reconhecem em estado de temas coletivos os Nós, os grupos, as classes e as sociedades que pertencem reciprocamente e respectivamente aos grupos, às classes, às sociedades. SARTRE opõe a “mudança inercial” contra a sociologia diferencial como se a dinâmica complexa dos conjuntos práticos atendessem à mudança como decorrente do choque de posições e não dependesse das atitudes coletivas, do espontâneo coletivo propriamente dito que já é tocado pela liberdade humana em algum



grau. Prova disto é o fato, já mencionado e básico na sociologia de GURVITCH, de que os agrupamentos particulares mudam de caráter e não apenas de posições, assumem identidades e diferenças não assumidas em tipos ou subtipos de sociedades diferentes. Na medida em que participam da mudança em eficácia que se opera no interior das estruturas, os grupos, mais do que se deslocarem conforme trajetórias apenas exteriores se movem nos tempos sociais, acentuando a variabilidade ³⁴.

Tanto é assim que um refinado historiador e crítico da sociologia de GURVITCH como o é Fernand BRAUDEL, portanto habituado à variedade dos conjuntos de fatos (Cf. “**História e Ciências Sociais**”, já citada) não deixou escapar a reflexão de que a tensão entre posição e movimento que

³⁴ Gurvitch constata a renúncia de SARTRE em desenvolver a dialética entre o subjetivo e o objetivo que pressupõe a concepção da consciência aberta tanto quanto, ao lado da subjetividade individual, o reconhecimento da *subjetividade coletiva* (aspiração aos valores). Por contra, nos lembra o pensamento de Max SCHELER (excluído por SARTRE) que insistiu no fato de que a cada tipo de sociedade, a cada grupo, a cada ligação social, a cada era de civilização se oferecer um setor diferente do *mundo infinito dos valores* e do “*logos*”, assim como uma ordem das realidades com particular relevo - conduzindo à necessidade da colaboração de todos os quadros sociais e de todos os indivíduos para chegar a uma visão de conjunto (cf. GURVITCH, “**Tratado de Sociologia-vol.II**”, op.cit.p.157). O conhecimento que tende a ser coletivo nesse autor pode definir-se como “participação de uma realidade a uma outra” sem que nesta se produza qualquer modificação (é o sujeito cognoscente que sofre alterações em virtude do conhecimento). Daí se chega à formulação propriamente sociológica de que: (a) - a relação entre quadro social e conhecimento não é geralmente uma ligação causal; (b) - não se pode afirmar nem que a sociologia do conhecimento institui a realidade social como causa e o conhecimento como efeito, nem que o conhecimento age como causa sobre os quadros sociais: o conhecimento como fato social é tão só um aspecto, um setor do fenômeno social total de que faz parte. Por isso a colocação do conhecimento em perspectiva sociológica nada tem a ver em si própria com a afirmação de que um conhecimento é uma projeção ou um epifenômeno de um quadro social, ou ainda que é uma superestrutura ideológica. Afinal, na perspectiva sociológica do conhecimento se trata da procura de correlações funcionais entre quadros sociais e conhecimento; trata-se de um estudo explicativo que não levanta a questão do condicionamento de uns em relação ao outro, mas limita-se a verificar seu paralelismo. **Sob esse paralelismo posto em destaque pelas correlações funcionais entre quadros sociais e conhecimento podem surgir ademais da dependência ao mesmo fenômeno social total, as relações entre o simbolizado e o simbolizante (cf.ib.p.168/9). Quer dizer, dessa dependência configurando uma realidade particularmente qualitativa e contingente em mudança decorre que a afirmação do significado em sua autonomia relativa a respeito do significante -ou do simbolizado a respeito do simbolizante- seja também a antecipação no presente de um tempo futuro, seja também “um futuro atual”** (Cf. Gurvitch, Georges: “*Determinismos Sociais e Liberdade Humana: em direção ao estudo sociológico dos caminhos da liberdade*”, trad. Heribaldo Dias, Rio de Janeiro, Forense, 1968, 361 pp., traduzido da 2ª edição francesa de 1963. (1ª edição em Francês: Paris, PUF, 1955), pp.66 a 69).



moveu a Werner HEISENBERG na elaboração das chamadas equações de incerteza em teoria microfísica se fragmenta na multiplicidade dos tempos de que fazemos a experiência na vida social e histórica, tendo debatido inclusive a formulação de GURVITCH a este respeito, sobretudo a compreensão sociológica de que a multiplicidade dos tempos sociais se descreve como *a coordenação dos movimentos que persistem na sucessão e se sucedem na duração*. De fato, não há dúvida de que os procedimentos dialéticos compreendendo as complementaridades, as compensações, as ambigüidades, as ambivalências, as polaridades, as reciprocidades de perspectivas constituem as descrições pelas quais se chega a desocultar os tempos, a desocultar a eficácia ou a permanência das mudanças que estão a ocorrer no âmago da realidade social. Neste sentido, a mumificação do conceitual adquire um estatuto metodológico mais específico passando de obstáculo à percepção para obstáculo à verificação da mudança, já que o plano discursivo é negado sociologicamente pelas variações factuais do saber e a mumificação do conceitual bloqueia este conhecimento. Cabe acrescentar, enfim, no dizer de GURVITCH, que a verificação dos níveis da dialética, sobretudo a clarificação das três escalas ou dimensões do micros social, do grupal, do global é uma orientação bem circunstanciada que se compreende do ponto de vista do avanço real da colocação em perspectiva sociológica do conhecimento. Lembre-se que a perspectiva sociológica do conhecimento foi posta em relevo no século XX, nos anos 50 e 60, pela busca de coerência entre teoria científica e pesquisa favorecendo o reencontro das diferentes interpretações da dialética e do empirismo pluralista efetivo, corroborado no âmbito das ciências da natureza com a teoria física afirmando a multiplicidade dos quadros de referência operativos ³⁵.

³⁵ Ver NOTA COMPLEMENTAR 02 no final deste artigo.



**Não há dúvida de que a teoria sociológica de estrutura social é
uma teoria dinâmica.**

Como já dissemos a respeito dos determinismos propriamente sociológicos de que depende a formação das estruturas sociais, o esforço coletivo de unificação dos determinismos sociais já é historiado, de tal sorte que as estruturas sociais se colocam como um processus permanente compreendido num movimento de desestruturação e reestruturação. As estruturas sendo obras de civilização não podem, pois, subsistir um instante sem a intervenção dos atos coletivos, num esforço de unificação e orientação a recomeçar sempre.

GURVITCH insiste que o problema da estrutura social só se põe na escala macrossociológica e em relação às unidades coletivas reais, nunca em geral: não há uma análise estrutural separada de uma análise dos agrupamentos particulares, das classes sociais, ou das sociedades globais sejam estas tribos, cidades, Estados, impérios, nações, sociedades internacionais. Do ponto de vista sociológico é improdutivo discutir problemas de estrutura social sem levar em conta a nítida consciência coletiva da hierarquia “específica e referencial” de uma unidade coletiva real, como o é a hierarquia das relações com os outros grupos e com a sociedade global, ou, designada de modo mais amplo, hierarquia das manifestações de sociabilidade, hierarquia esta que só se verifica nos agrupamentos estruturados. Na sociologia de GURVITCH em cuja percepção diferencial os grupos são sempre específicos, a análise da passagem de um “agrupamento não-estruturado, mas estruturável” como o é todo o agrupamento particular, para chegar à condição de agrupamento estruturado, distingue os seguintes momentos ³⁶: (1) - a diferenciação entre “categoria” ou “estrato”, como simples coleção de indivíduos que se encontram numa situação mais ou menos idêntica, e os “verdadeiros grupos

³⁶ Cf. Gurvitch, Georges: “**A Vocação Atual da Sociologia-vol. I**” op.cit, pp.496 a 500, ibidem.



reais”; (2) - a oposição de grupo e de estrutura; (3) - a passagem propriamente dita de um agrupamento não-estruturado para agrupamento estruturado. No tópico “(1)”, afirma-se que é uma questão de fato e somente de fato saber quando se está perante verdadeiros grupos reais ou perante a uma simples coleção de indivíduos. Desse modo, se constata que os desempregados podem passar de “coleção” para grupo real nas conjunturas de crise econômica, da mesma maneira em que as pessoas que se encontram numa situação econômica idêntica só constituem grupo real quando sentem que o seu nível de vida e prestígio social sofreu uma baixa ou, pelo contrário, quando se dão conta de que o seu nível de vida e prestígio social estão em alta. Do mesmo modo, consumidores e usuários podem tornar-se grupos reais quando seus interesses são alcançados pelo conflito, o que acontece porque: (1)- se trata de consumidores que não são simultaneamente produtores, como aposentados, inválidos, crianças, adolescentes, velhos, mulheres, etc.; (2)- os consumidores se encontram especialmente conscientes da subida dos preços provocada pelas exigências dos produtores de um outro ramo da indústria; (3)- se deixam animar por uma doutrina como o trabalhismo, p.ex., que os leva a acentuar sua posição de consumidores ou a procurar um equilíbrio entre esta posição e a dos produtores. Nestes três casos as duas categorias produtores e consumidores podem tornar-se grupos reais, podem mesmo estruturar-se e, se isso acontecer, podem ir ao ponto de se organizar.

Por fim, nota GURVITCH o caso dos diferentes públicos que na maior parte do tempo são apenas categorias ou coleções de indivíduos, embora em certas circunstâncias particulares possam tornar-se grupos reais e mesmo encaminhar-se na via da estruturação: é o exemplo dos laicistas e os clericalistas na altura dos conflitos de separação do Estado e da Igreja, etc. GURVITCH nota e insiste nisso que quando se passa de uma categoria a um grupo real temos questões de fato, estamos diante de unidades coletivas observáveis



diretamente, e fundadas em atitudes contínuas e ativas que constituem quadros macrossociológicos com certa coesão. Quer dizer, estamos diante do seguinte: 1- “agrupamentos de afinidade fraternal”, calcada esta afinidade numa situação econômica análoga, como é o caso dos estratos numa classe social, o dos desempregados, o dos produtores e o dos consumidores; 2- agrupamentos de idade, como a juventude, as pessoas de idade madura, os velhos, ou agrupamentos ligados às gerações; 3- os públicos, como agrupamentos assentes na afinidade de gostos, de crenças, de doutrinas, etc. Nada obstante, enquanto falta a estrutura e não seja palpável o próprio movimento para uma estruturação não têm esses quadros consequentemente nenhuma armação e o equilíbrio entre as diversas hierarquias não existe, a consciência coletiva não se separa do inconsciente e as regulamentações ou controles sociais pelo direito, pela moral, pelo conhecimento, etc. não são diferenciados, entre outros critérios. Segundo GURVITCH, na segunda metade do século XX, nas sociedades mais desenvolvidas, nota-se que esse movimento para uma estruturação acontece com o grupo de pessoas idosas e acontece também por um lado com os estratos de técnicos, peritos, diretores e por outro lado com os estratos de funcionários, empregados, intermediários. Nosso autor sustenta contra a tese que pretende separar análise estrutural e análise dita histórica que o procedimento de apreciar em um só conjunto e contrapor grupo e estrutura na análise sociológica é válido, não só para agrupamentos de grande envergadura como os acima considerados, mas para os agrupamentos particulares funcionais, já que: 1) - não pode deixar de haver certa semelhança entre grupo e estrutura, sendo característica de todos os agrupamentos o fato de serem estruturáveis, como já mencionado; ademais, a possibilidade de uma estrutura não se confunde e não é nem estruturação nem estrutura adquirida; 2) - em um grupo não-estruturado as relações com os outros grupos e com a sociedade global ficam fluidas; 3)- é somente quando começa a estruturação que essas relações se tornam



precisas, quer dizer que se coloca toda uma série de questões a propósito de como o grupo se integra na sociedade global e da medida da sua tensão com os outros grupos ; 4)- por isso, assinala GURVITCH, os mesmos grupos específicos podem adquirir estruturas variadas em função da sua integração nos diversos tipos de sociedades globais, como o grupo familiar, que ora é família doméstica, ora é família conjugal, ora é família-lar; como, igualmente, o grupo profissional, que ora aparece fazendo parte da família doméstica, ora identificado a uma confraria mágica, ora fazendo um todo com uma casta, ora tomando o caráter de uma associação voluntária, etc.; 5)- por fim, é indiscutível que um grupo não-estruturado em um tipo de sociedade global, como é o caso das indústrias, o dos consumidores, ou, ainda, o dos estratos tecnocráticos, em regime de capitalismo concorrencial, pode vir a estruturar-se muito fortemente noutros tipos de sociedades globais, como é ainda o caso dos grupos mencionado uma vez postos sob o regime do capitalismo dirigista.

GURVITCH fundou a microssociologia partindo da crítica imanente a DURKHEIM em modo realista, mediante a análise das duas espécies de sociabilidade.

Seja como for, na sociologia diferencial de GURVITCH, importa reter no estudo da estruturação que em cada unidade coletiva real se encontram as manifestações de sociabilidade. Quer dizer, estas manifestações configuram em sua diferença específica os quadros microssociais que se encontram em cada unidade coletiva real de maneira espontânea, mas que são utilizados pelas unidades coletivas para se estruturarem e, desse modo, as manifestações de sociabilidade são hierarquizadas do exterior ou de fora para dentro: o grupal e o global imprimem pois a sua racionalidade histórica e a ligação estrutural a essas manifestações microscópicas da vida social.



Apreciada nela mesma, o esquema de análise diferencial na microsociologia de GURVITCH distingue o seguinte: 1) - a sociabilidade por fusão parcial nos Nós como expressão concreta da consciência coletiva, ou a sociabilidade que se manifesta na participação nos Nós, cujos graus de intensidade são a Massa, a Comunidade e a Comunhão. Na Massa, a pressão (“exterior”) do conjunto sobre os participantes é a mais forte dos três graus, e a atração (“interior”) dos Nós é a mais débil; na Comunidade prevalece a média e na Comunhão ocorre o inverso da Massa, de tal sorte que o volume desta última pode ter uma expansão quase ilimitada, enquanto a Comunhão se estreita para manter a força e a profundidade da fusão no Nós. 2) - a sociabilidade por oposição parcial em um Nós, que se manifesta nas relações com outrem, sejam relações interpessoais ou relações entre eu tu ele, sejam relações intergrupais. Para GURVITCH, é na fusão nos Nós que se afirma a tomada de consciência da unidade relativa desse Nós e do mundo de significados ou de realidade que desse modo se abre o qual, como já mencionado, de outra forma restaria inacessível, notando-se a grande riqueza que a descoberta desse mundo de significados microsociológicos aporta à sociologia do conhecimento, à sociologia da moral, à do direito, etc. Quanto às relações com outrem a unidade resta inconsciente, já que os juízos, as idéias, os símbolos atualizados nesse plano se reduzem aos horizontes de sócios e reproduzem as significações que têm sede em um Nós, em um grupo, em uma classe, ou em uma sociedade global.

Temos então que a Massa, a Comunidade, a Comunhão como quadros sociais, não o são ao mesmo título das unidades coletivas reais cuja sociabilidade constituem, mas o são à medida de sua conceituação em tipos de quadros sociais. Da mesma maneira, o saber dos grupos é um saber próprio, enquanto que o da Massa, da Comunidade, da Comunhão é um saber que lhes corresponde. Quer dizer, é mediante a dialética sociológica que se pode conceituar os



três graus de fusão parcial em um Nós. De fato, GURVITCH fundou a microsociologia partindo da crítica imanente a DURKHEIM em modo realista mediante a análise das duas espécies da sociabilidade mencionadas (por fusão parcial nos Nós e por oposição parcial em um Nós), e desenvolveu a dialética como ligada à experiência pluralista e à variabilidade por exigência da constatação de que nos Nós as relações com outrem não podem ser identificadas nem às fases históricas da sociedade global, nem aos agrupamentos particulares (cf. “**A Vocação... -vol.1**”, op.cit.p.286). E isto é assim porque a diversidade irreduzível dos Nós faz com que tais manifestações de sociabilidade por relações com outrem não admita síntese que ultrapasse a combinação variável dessas relações microscópicas, como espécie de sociabilidade. Quer dizer, mesmo no estado muito valorado pelos estudiosos da história social, quando as relações com outrem são distribuídas hierarquicamente e servem de ponto de referência a uma estrutura social (relações com o Estado, relações com a classe burguesa, etc.) a síntese não ultrapassa o estado de combinação variável. É pela microsociologia que se põe em relevo a variabilidade no interior de cada grupo, de cada classe, de cada sociedade global.

Na sociologia de GURVITCH, a pesquisa microsociológica da variabilidade descobre doze planos cujas coordenadas básicas são as duas espécies de sociabilidade mencionadas: a por fusão parcial nos Nós e a por oposição parcial em um Nós. Cada uma dessas duas espécies microsociológicas se atualiza em três graus: 1) - os três graus de fusão nos Nós, correspondendo, como já mencionado, à Massa, à Comunidade, à Comunhão, e 2) - os três graus de oposição parcial em um Nós correspondendo, por sua vez, às relações com outrem por afastamento, às relações mistas, às relações por aproximação. GURVITCH assinala que as relações com outrem são observadas desde o ponto de vista da dialética sociológica, sobretudo a dialética das três escalas - a do microsocial, a do parcial e a do global, já mencionadas- (a) - como as relações variáveis que se mani-



festam entre os Nós, os grupos, as classes, as sociedades globais; (b) - como as relações que, em acréscimo, variam com a oposição entre sociabilidade ativa e sociabilidade passiva, sem todavia deixar de manter sua eficácia de conjuntos ou de quadros sociais, já que são componentes fundamentais da estruturação dos grupos³⁷.

Do ponto de vista da microsociologia do conhecimento, o estudo mais rico em significações é o das comunidades como quadros sociais.

Menos complexa, a análise sociológica das massas leva a distinguir inicialmente o seguinte: 1) - massas bem destacáveis e massas pouco destacáveis; 2) - massas passivas e massas ativas. Evidentemente, são as massas bem destacáveis e as massas ativas que mostram maior interesse para a sociologia do conhecimento: assim temos os seguintes exemplos ou casos privilegiados: 1) - massas destacáveis: são as massas quando se atualizam nas classes sociais e nas sociedades globais, ou nos agrupamentos de grande envergadura, como o Estado, a Igreja, os partidos políticos, os sindicatos; 2) - massas menos destacáveis: são as massas quando se atualizam nas famílias, nos grupos locais, nas fábricas, etc. 3) - massas passivas: a massa dos desempregados, a massa dos emigrados, etc. 4) - massas ativas: as massas descontentes, as massas revolucionárias, as massas em êxtase. Quanto ao conhecimento em correlação sociológica funcional com as massas se afirmam em primeiro lugar e lado a lado, o conhecimento perceptivo do mundo exterior e, sobretudo, o conhecimento político. As massas passivas percebem o mundo em amplitudes egocêntricas como situado, por exemplo, nos “espaços” ligados às suas necessidades - caso dos desempregados, em que as am-

³⁷ Ver NOTA COMPLEMENTAR 03 no final deste artigo.



plitudes percebidas são ligadas à busca de emprego, à ajuda, à ameaça da fome, etc. Nas massas ativas, o conhecimento do mundo exterior leva a dividi-lo em zonas hostis ou amistosas, desfavoráveis ou favoráveis ao porvir, e elas o percebem em função de sua ação, de suas impaciências e de suas iniciativas. Nas massas passivas esse conhecimento do mundo exterior toma as formas simbólica, especulativa e coletiva; nas massas ativas a forma conceitual se torna empírica. Quanto ao conhecimento político é implícito nas massas passivas e explícito nas massas ativas. Há um abstencionismo das massas passivas que segundo GURVITCH é apenas aparente e está ditado por um conhecimento partidário, comprometido, tático, ainda que semiconsciente ou tácito. Nas massas ativas os símbolos políticos são formulados como mitos que chamam à ação, por um lado e, por outro lado, os meios de alcançar eficazmente os objetivos assim formulados são igualmente conceitualizados. É a dupla conceitualização presente nos programas, declarações e resoluções dos partidos políticos. Entretanto, mais do que apenas formulado no plano do discurso, sabe-se que o conhecimento político assim conceitualizado em modo discursivo é produto menos das massas do que dos quadros macrossociais, como os partidos políticos e as classes sociais. Nada obstante, o êxito ou o fracasso dos programas políticos partidários é com frequência função de sua correspondência ou de seu desacordo não somente em face da ação, mas em relação ao conhecimento político direto das massas (cf. GURVITCH: *“Los Marcos Sociales del Conocimiento”*, p. 59 sq, Op. Cit.). Enfim, as massas ativas mostram tendência a fazer predominar o conhecimento político sobre qualquer outra classe de saber, de tal sorte que o conhecimento de outro e dos Nós se transforma em reconhecimento dos adversários e dos aliados, e o conhecimento perceptivo do mundo exterior sai em busca dos campos que estejam dispostos um contra o outro. Sem dúvida essa tendência das massas pró-conhecimento político pode ser modificada “radicalmente” pelos grupos, classes e



sociedades em que tais massas se atualizam, ou ainda pode ser equilibrada pelas outras manifestações dos Nós, como as comunidades e as comunhões.

Em sua pesquisa pioneira da microsociologia, especialmente na análise da Comunidade, GURVITCH nota que as comunidades (termo este especificamente sociológico, descritivo e positivo que nada tem a ver com “comarca”, “comuna”, “comunidade nacional ou internacional”, muito menos com “comunidade religiosa”) são particularmente propícias para o conhecimento, e que esta característica justificou os sociólogos personalistas em sua atribuição à comunidade de um valor maior que às massas e às comunhões, o que GURVITCH sublinha como contestável, pois o critério do conhecimento não é o único e continua sendo impossível estabelecer uma hierarquia abstrata e a priori entre as massas, as comunidades e as comunhões; tudo depende tanto das estruturas macrosociais, onde se atualizam as comunidades, quanto dos conteúdos cognitivos (classes e formas de conhecimento), dos conteúdos morais, estéticos, etc.

Se as comunidades são as manifestações mais duráveis e mais freqüentemente atualizadas no seio dos grupos, das classes, das sociedades, a ambigüidade deve ser posta em relevo notando-se que a tendência à ponderação resultante da característica de ser durável - pela qual as comunidades têm um ar de racionalismo sendo tendentes a favorecer as condutas regulares e os funcionamentos preestabelecidos e estereotipados dos modelos e dos símbolos - não elimina o fato de que as comunidades igualmente a todas as manifestações de sociabilidade permanecem espontâneas e fluentes, de tal forma que o saber que lhes corresponde não é o dos sistemas cognitivos, não é o saber hierarquizado, mas se faz de “indicações” das classes de conhecimento que nelas são localizadas.

Enfim, prossegue GURVITCH, há que se acautelar quanto ao erro de identificar as comunidades e os grupos particulares, como acontecia na corrente sociológica conhecida por “*Estudos de Comunidade*” (*Community Studies*),



que é uma confusão entre os grupos locais e a sociabilidade, tida esta última como feita dos “entendimentos” que sobrepassam as simples relações com outrem, e que é concebida de maneira bem aproximada à dos formalistas como TONNIES, com a comunidade sendo oposta à sociedade.

No que concerne a classe do conhecimento perceptivo do mundo exterior, GURVITCH assinala que as comunidades sendo “extrovertidas” suscitam a tendência à conceitualização, a tendência à aplicação de medidas e à própria quantificação diante do mundo exterior, tendência esta que emana dos grupos de grande envergadura, como a Igreja e o Estado, ou provem das sociedades globais onde tais comunidades são integradas. Quer dizer, o conhecimento perceptivo do mundo exterior foi favorecido e tomou uma forma racional adequada de equilíbrio do especulativo e do positivo nas sociedades em que predominaram as comunidades, tais como: as Cidades-Estados antigas, as pequenas cidades da Idade Média, as sociedades da Renascença, as sociedades globais correspondentes ao capitalismo competitivo. Já em relação ao conhecimento de outro, que também é privilegiado pelas comunidades, nota-se que: 1) - é preciso definir quem é o outro, ou que se entende por “outro” nos grupos e nas sociedades globais em que se atualizam as comunidades: assim, por exemplo, nas Cidades antigas, o “outro” refere-se aos concidadãos e não aos “metecos”, nem com mais razão aos escravos; 2) - os tipos de sociedades globais com exceção da sociedade feudal e da patriarcal sempre desviaram a tendência das comunidades a favorecer o conhecimento de outro.

Quanto ao conhecimento de senso comum é contemplado apenas em princípio pelas comunidades, porque estas favorecem os modelos e as regras e lhes dão um matiz racional na forma do equilíbrio do especulativo e do positivo, como dissemos. Isto para GURVITCH significa o seguinte: 1) - que são as comunidades que através das famílias e dos grupos locais de pequena enverga-



dura fazem sobreviver o conhecimento de senso comum; 2) - que, sendo nossas sociedades industriais refratárias a esta classe de conhecimento, e visto a limitação das comunidades para reforçá-lo além dos quadros restritos notados no item (1) fica patente a fraqueza dos Nós para resistir às estruturas globais ou parciais no seio das quais se atualizam.

As comunidades - prossegue nosso autor - têm um efeito contrário ao das massas sobre o conhecimento político, o qual sob sua influência tende a fazer-se mais positivo do que especulativo: assim quando são predominantes em um grupo, em uma classe social, ou em uma sociedade global, as comunidades racionalizam o conhecimento político, quer dizer, o liberam de um simbolismo exagerado, de mitologias e de utopias. Enfim, a característica das comunidades de serem propícias para os modelos e os estereótipos deve ser levada em conta na apreciação da correlação funcional com o conhecimento técnico: assim (1) - as comunidades ajudam a manter em certo nível os conhecimentos técnicos já adquiridos; 2) - as comunidades que nascem do trabalho em equipe, como a fábrica, a oficina, o laboratório, etc. podem melhorar ou até descobrir conhecimentos técnicos novos, como se verificou nos começos da industrialização, enquanto que, na fase atual da sociedade industrial, dada a extrema complexidade da técnica, o papel renovador do conhecimento técnico das comunidades de trabalhadores se tornou mínimo ³⁸.

No que concerne a análise das comunhões na sociologia de GURVITCH, nota-se a tendência “ao enclausuramento e limitação” como caracterização das mesmas. Observa-se que o caráter místico das comunhões “não é absolutamente necessário”. Elas podem ser racionais como a comunhão entre filósofos ou entre partidários de uma doutrina política, ou ainda podem basear-se na ação sócio-política. Segundo nosso autor, o que conta na caracterização das

³⁸ Ver NOTA COMPLEMENTAR 04 no final deste artigo.



comunidades é a incapacidade das mesmas para evitar a ruptura entre sua intensidade e sua extensão, sem que essa extensão seja sacrificada nas cisões inevitáveis. Quer dizer, as comunhões tendem a redobrar-se sobre elas mesmas. Quando podem virtualmente crescer em extensão, ou quando acontece que a virtualidade dessa extensão pode ser posta perante a intensidade dos Nós, tornam-se inevitáveis as cisões, com a prevalência da intensidade do respectivo Nós. Dado este caráter de solipsismo coletivo, essa tendência a fechar-se no mundo que lhes é próprio, a fechar-se no seu próprio encantamento, as comunhões são muito menos propícias ao saber do que as comunidades e, nota GURVITCH, “às vezes até menos ainda do que o são as massas”. As comunhões só favorecem o conhecimento delas mesmas, quer dizer, o conhecimento dos Nós que elas constituem, bem como o conhecimento político e o conhecimento cósmico-teogônico. Admitem também, porém deformando-o, o conhecimento perceptivo do mundo exterior. Há exceções: 1) - uma comunhão de pesquisadores pode ser motivada pelo conhecimento científico no momento de uma grande descoberta; 2) - uma comunhão de adeptos pode ser motivada por uma revelação filosófica de transcendência universal. Importa notar que o conhecimento dos Nós propiciado pelas comunhões é exótico em duplo sentido e se observa na atitude da Comunhão para com aqueles que estão fora dela, isto é, para com “outros Nós” ou para com os participantes individuais. Desse modo, na situação em que está posta diante dos ignorados, dos recalcitrantes e dos indiferentes, sobre os quais o encantamento não tem eficácia, a comunhão lhes faz sofrer não o mínimo de pressão do conjunto - como o faz aos seus membros ligados mais pela atração do respectivo Nós, mas (e este é o primeiro sentido do caráter exótico acima destacado) lhes faz sofrer “o máximo de pressão”, sendo exatamente esta característica (e este é o segundo sentido do caráter exótico) que “faz lembrar” o poder ou o modo de operar da massa, para cujo domínio parece, então, que a comunidade empurra os



“desencantados”. De acordo com GURVITCH, esse aparente paradoxo de a Comunhão operar a integração dos fatos particulares de um modo que lembra o determinismo da Massa se compreende porque as comunhões vivem sem perspectiva, sem abertura para a extensão e o crescimento, vivem no tempo cíclico, no tempo do “eterno retorno” que surge dos seus êxtases do porvir (do porvir como simbolização do tempo avançado sobre si). Portanto, a amplitude onde está inserido o mundo exterior se confunde para as comunhões com os seus membros e com os ritos, modelos, símbolos que usam em comum (amplitude ática, egocêntrica e concêntrica). Quer dizer, sem as conjunturas excepcionais como grandes greves, revoluções vitoriosas ou começos de grandes movimentos religiosos, é difícil arrancar as comunhões de seu isolamento. Enfim, nota-se que o conhecimento político em estado mais ideal do que tático tal como favorecido pelas comunhões é simbólico e ligado a um mito ou a uma utopia, ou aos dois combinados. Tanto que nas sociedades arcaicas as comunhões serviram de sede para as experiências simbólico-místicas racionalizadas em mitos cósmico-teogônicos. Já quanto às sociedades históricas, GURVITCH observa que é difícil estabelecer as relações diretas entre as comunhões de crentes e o dogma elaborado pelos teólogos, com exceção dos “Quaakers” e sua comunhão conseguida pelo silêncio.

Neste ponto sobressai o inegável alcance essencial da microsociologia para a teoria sociológica de estrutura social.

De todas as formulações da sociologia diferencial de GURVITCH que viemos de expor a respeito do alcance essencial da microsociologia para a teoria de estrutura social torna-se claro a improcedência da tese con-



trária de que seria praticamente impossível a microssociologia independente da psicologia social - tese essa já renegada pelo seu próprio mentor Jean PIAGET (ver sua contribuição ao segundo volume do “*Tratado de Sociologia*” dirigido pelo próprio GURVITCH). Imaginou-se que a sociologia como disciplina científica seria fundada no suposto imperativo axiológico de “tomar posição”, atribuído como incumbência metodológica do sociólogo, por um lado, combinado tal imperativo, por outro lado, ao ideal de matematização da psicologia da inteligência dita genética. Sustentou-se ainda que a sociologia dos conhecimentos, no plural, seria chamada a se apoiar é verdade de mais em mais sobre a história das idéias, sobre a história das ciências e das técnicas, orientação esta que supostamente lhe passaria a tarefa de “tomar posição” a respeito de fenômenos tão decisivos como o milagre grego e a decadência da ciência grega no período alexandrino. Por fim, entendeu-se que a explicação sociológica se faria coincidir com uma matematização qualitativa de natureza análoga àquela que intervém na construção das estruturas lógicas. Sem dúvida, como tudo indica, nesta tese contrária à dialética sociológica tomou-se por modelo a sociometria de J.L. MORENO, que é uma técnica de estimação dos ajuizamentos de valor portados por cada membro de um grupo sobre cada um dos outros.

Entretanto, ao notar a dialética das três escalas (o microsocial, o parcial e o global) já vimos que na sociologia os elementos microssociais não têm absolutamente nada a ver com o individualismo, o atomismo e o formalismo sociais. As manifestações de sociabilidade incluindo as relações com outrem são definidas pela dialética sociológica como **as múltiplas maneiras de ser ligado pelo todo no todo**, este último termo compreendendo inclusive o complexo de significações observados em todo o campo cultural existente. Aliás, note-se que desde 1937, portanto antes de J.L. MORENO e seus colaboradores começaram a associar sua sociometria à microssociologia, já insistia GURVITCH no fato



de que *"todas as interações, interrelações, relações com outrem (interpessoais e intergrupais) ou interdependências, pressupunham e eram sempre fundadas sobre interpenetrações, integrações, participações diretas, fusões parciais nos Nós (atuais ou virtuais), sempre concebidos como totalidades"*³⁹. Do ponto de vista desta abordagem sociológico-dialética a produção de MORENO e seus colaboradores, famosos pela extraordinária aceitação e penetração do psico-drama e do sócio-drama notadamente nos Estados Unidos, deve ser apreciada como o esforço de autores que embora tenham ultrapassado os erros de um HOBBS há muito superado, permaneceram parcialmente em desvantagem devido a um psicologismo individualista que os levou a reduzir a realidade social a relações de preferência e de repugnância interpessoais e intergrupais. Nota GURVITCH que o erro de HOBBS não foi o de ter procurado os elementos microscópicos e irredutíveis de que é composta qualquer unidade coletiva, mas foi sim o erro de encontrá-los fora da realidade social, nos indivíduos isolados e idênticos. Desse modo se estabeleceu a referência do atomismo social como o conjunto das concepções individualistas e contractualistas que reduzem a realidade social a uma poeira de indivíduos idênticos. É esta a referência que GURVITCH verifica no psicologismo individualista, situando assim MORENO no mesmo nível dos representantes do formalismo social que promoveram a redução de qualquer sociabilidade à simples interdependência e interação recíproca, cujos nomes mais conhecidos são: (a) - Gabriel TARDE, notado por seus debates com DURKHEIM; (b) - Georges SIMMEL e (c) - Leopold von WIESE. Nesta limitada orientação se preconiza que no nível psicológico da realidade social qualquer interesse está concentrado sobre a psicologia interpessoal em detrimento da psicologia coletiva propriamente dita, e nesta sequência, desprezando as funções intelectuais e volun-

³⁹ Ver NOTA COMPLEMENTAR 05 no final deste artigo.



tárias, MORENO se limita ao aspecto exclusivamente emotivo e neste âmbito ao aspecto da preferência e da repugnância, deixando de lado o aspecto da aspiração.

**A sociologia dos agrupamentos particulares como
quadros sociais do conhecimento.**

No que concerne o estudo dos grupos particulares como quadros sociais do conhecimento deve-se notar inicialmente na sociologia de GURVITCH que só há grupo quando em um quadro social parcial aparecem as seguintes características: 1)- predominam as forças centrípetas sobre as forças centrífugas; 2)- os Nós convergentes predominam sobre os Nós divergentes e sobre as diferentes relações com outrem. Quer dizer, é dessa maneira e nessas condições que o quadro do microcosmo das manifestações de sociabilidade que constitui um grupo social particular pode afirmar-se no seu esforço de unificação como irredutível à pluralidade das ditas manifestações. Daí a percepção desenvolvida na sociologia de GURVITCH de que em todo o microcosmo social há virtualmente um grupo social particular que a mediação da atitude coletiva faz sobressair. O grupo é uma unidade coletiva real, mas parcial que é observada diretamente, como já foi dito. Essa unidade é fundada exatamente em atitudes coletivas contínuas e ativas; além disso, todo o grupo tem uma obra comum a realizar, encontra-se engajado na produção das “idéias”, como o direito, a moral, o conhecimento, etc., de tal sorte que sua objetivação se afirma recorrente como “unidade de atitudes, de obras e de condutas” advindo dessa característica objetivação que o grupo se constitua como quadro social estruturável, com tendência para uma coesão relativa das manifestações de sociabilidade.

Nota-se então no conjunto dos agrupamentos particulares uma dialética entre a independência e a dependência a respeito do modo de operar da sociedade global. Dessa forma, como já o notamos, observa-se que os gru-



pamentos mudam de caráter em função dos tipos de sociedades globais em que se integram conforme hierarquias específicas, notadamente conforme a escala dos agrupamentos funcionais. Nota-se também, do ponto de vista da dialética diferencial independência/dependência que em tipos de sociedades globais favorecendo a estruturação dos agrupamentos particulares, como na sociedade feudal, o modo de operar desses grupos pode parecer comandar o do conjunto. O inverso é verdadeiro: na teocracia oriental, na Cidade-Estado, na sociedade do início do capitalismo, no comunismo nota-se que o modo de operar das estruturas globais tem eficácia que parece predominar ostensivamente sobre o dos agrupamentos particulares. Enfim, nas lutas das classes, a competição e a combinação entre o modo de operar unificando os grupos e o que rege as sociedades globais podem tomar formas muito diversas. Seja como for, é essa dialética sociológica de competição e combinação orientada ora para a independência, ora para a dependência a respeito do modo de operar da sociedade global que segundo GURVITCH justifica o estudo separado dos modos de operar regendo os agrupamentos. Da mesma maneira, é essa dialética que justifica a percepção do papel essencial que, pela objetivação, os grupos desempenham na unificação pela sociedade global.

Ou seja: existe um deslocamento, uma competição, uma ruptura, uma tensão entre o determinismo sociológico das classes sociais e o das sociedades em que elas se encontram integradas. Segundo GURVITCH é um erro fatal transformar o determinismo das classes em um princípio universal, em módulo permitindo atingir a compreensão de todo o determinismo sociológico global. Sem levar em consideração essa ruptura não se chega ao essencial, não se percebe que se está ante “uma descontinuidade relativa limitada por uma continuidade relativa”, cujos graus só podem ser estudados de maneira empírica. Daí o campo da dialética entre independência e dependência, sendo essencial o papel dos agrupamentos particulares porque impedem que a unificação pelo modo de



operar da sociedade global -cuja integração dos fatos é a mais eficaz- seja efetuada sem a intervenção da liberdade humana, sem a intervenção da liberdade de escolha, da liberdade de decisão, da liberdade de criação individual e coletiva. Ou seja, o papel dos agrupamentos particulares é não deixar escapar nem a descontinuidade, nem a continuidade entre os dois determinismos, entre o determinismo das classes sociais e o das sociedades globais.

Dessa maneira, a análise sociológica diferencial empírica do grupal, isto é, a análise da escala do parcial na realidade social tal como estudada na sociologia de GURVITCH leva a distinguir seis espécies de agrupamentos funcionais, seguinte: (1) - os agrupamentos de parentesco: clã, família doméstica, família conjugal, lar, etc.; (2) - os agrupamentos de afinidade fraternal, que são fundados sobre uma afinidade de situação, compreendida aí a situação econômica, mas que também podem ser fundados sobre uma afinidade de crença, de gosto ou de interesse: por exemplo: os agrupamentos de idade e de sexo, os diferentes públicos, os agrupamentos de pessoas tendo os mesmos rendimentos ou fortunas; (3)- os agrupamentos de localidade : comunas ou comarcas, municipalidades, departamentos, distritos, regiões, Estados; (4)- os agrupamentos de atividade econômica, compreendendo todos os agrupamentos cujas principais funções consistem em participação na produção, nas trocas, na distribuição ou na organização do consumo; (5)- os agrupamentos de atividade não-lucrativa, como os partidos políticos, as sociedades eruditas ou filantrópicas, clubes esportivos, etc.; (6)- os agrupamentos místico-extáticos, como as igrejas, as congregações, as ordens religiosas, seitas, confrarias arcaicas, etc.

Na sociologia de GURVITCH, a escala dos agrupamentos funcionais cujas espécies acabamos de enumerar é posta em relevo como sendo privilegiada e formando os pilares das sociedades. Constituem não só o pilar das sociedades globais de todo o tipo, mas também o de toda a estrutura social do



conjunto. Todavia, é do fato de que os agrupamentos mudam de caráter em função dos tipos de sociedades globais em que se integram, como já o dissemos, que se pode falar de tipos de agrupamentos e de que estes tipos são mais concretos que os tipos microsociológicos, são mais concretos do que a Massa, a Comunidade, a Comunhão, as relações de aproximação, as relações de afastamento, as relações mistas.

Quer dizer, os tipos de agrupamentos são mais submetidos às condições históricas e geográficas; são mais dependentes dos tipos de estruturas globais em foco na estrutura social do conjunto em que ora formam blocos maciços, ora se dispersam, sofrendo de maneira manifesta os efeitos do modo de operar da sociedade global. Reciprocamente, o modo de operar da sociedade global é, por seu lado, fortemente impregnado (a) - pelo modo de operar dos agrupamentos parciais, em especial daqueles que exercem papel destacado na hierarquia dos agrupamentos funcionais, sobre a qual, ademais, se apóia a estrutura do conjunto em questão, assim como, (b) - pelo modo de operar das classes sociais, as quais desde que aparecem nas sociedades industrializadas subvertem a hierarquia básica da estrutura do conjunto e a combatem. Sob este aspecto das relações entre a escala do parcial e a escala do global, incluindo a dialética entre a independência e a dependência em face do global, nota-se ainda que, na sociologia de GURVITCH, a hierarquia dos agrupamentos no interior de uma classe social só raramente se reduz à escala dos estratos de afinidade econômica, resultantes estes que são da disparidade de riqueza ou de salário, da disparidade de preparação profissional, da disparidade de necessidades, carências ou satisfação destas. Outros gêneros de hierarquias de grupos surgem com base em critérios como o prestígio, o poder, a boa reputação de certos agrupamentos no interior da classe, critérios estes que, em geral, são completamente independentes da estratificação econômica.



Por sua vez, no interior de uma classe social a escala dos agrupamentos independentes dos estratos econômicos implica uma avaliação que só pode derivar da tábua de valores própria a esta classe (cf. “***Determinismos Sociais e Liberdade Humana***”, op.cit, p. 209 sq). Desse modo, a classe social em seu esforço de unificação dos agrupamentos parciais que ela empreende em competição com a unificação pelo tipo de sociedade global se afirma como totalidade dinâmica específica que, todavia, apresenta caráter diferente para cada classe, para cada estrutura e, às vezes para cada conjuntura global. Quer dizer, a unificação dos modos de operar dos agrupamentos sociais particulares em um modo de operar de classe toma formas diferentes, dado a variedade das classes sociais, seus tempos diferentes e suas obras diferentes. O esforço de unificação dos modos de operar divergentes no interior de uma classe social põe em relevo o papel destacado que a consciência de classe, a ideologia e as obras de civilização desempenham habitualmente na dinâmica das classes sociais, que não é só uma dinâmica de avaliação relativamente à hierarquia dos agrupamentos independentes da estratificação econômica, mas inclui a supra-funcionalidade da classe, pois a classe social interpreta a totalidade das funções sociais como combinada ao esforço concentrado que realiza para ascender ou para ingressar no poder. Na sociologia de GURVITCH, a análise da totalidade dinâmica específica da classe social faz notar o fato de que as classes sociais servem normalmente de planos de referência ao conhecimento, à moral, ao direito, à arte, à linguagem, favorecendo a verificação do funcionamento dos modos de operar parciais dessas próprias classes sociais. Enfim como já foi notado, o modo de operar das classes sociais afirma antes de tudo a acentuação dos papéis sociais, de preferência no domínio econômico e político; em seguida, afirma a eficácia da consciência coletiva muito intensa e penetrante, conseguindo predominar sobre o espírito de corpo dos agrupamentos, chegando a guiar suas atitudes. Vem depois a afirmação da eficácia dos símbolos,



idéias e valores e mais amplamente das obras de civilização e ideologias que as justificam, elementos estes que colaboram para solidificar a estruturação das classes sociais.

É preciso ter em vista, quando se estuda a sociologia de GURVITCH (daí seu interesse para os profissionais das Ciências Humanas e para uma atuação sociológica) que se trata de pôr em relevo os meandros da liberdade humana intervindo na realidade social, de tal sorte que a variabilidade é pesquisada exatamente porque constitui o critério da liberdade nos determinismos sociais (ver a este respeito notadamente sua obra “**Determinismos Sociais e Liberdade Humana**”, já citada). Desse modo, não é de estranhar a ênfase dada por nosso autor ao acentuar como irreduzíveis as tensões verificadas entre os grupos subalternos no interior de uma classe, tanto mais percebida quanto a classe é do ponto de vista diferencial simultaneamente um macrocosmos de agrupamentos e um microcosmos de manifestações de sociabilidade. Da mesma maneira são irreduzíveis: (a) - as variações na tomada de consciência de classe; (b) - as variações no papel desempenhado pelas classes na produção, distribuição e consumo; (c) - as variações das obras de civilização que realizam ou da ideologia que representam. Ou seja, ao menos sob o aspecto coletivo não se pode deixar de perceber um elemento de liberdade humana penetrando na realidade social pela luta das classes sociais, pela tomada de consciência de classe, pelos conflitos entre classes e sociedades globais, pelas tensões entre forças produtivas e relações de produção. Quanto aos diferentes agrupamentos em tensões e lutas no seio das classes sociais, notam-se as famílias, os grupos de idade, os agrupamentos de afinidade econômica ou estratos, as profissões, os públicos, os grupos de produtores e de consumidores, os agrupamentos locais, as associações amicais, fraternais, religiosas, políticas, educativas, esportivas e assim por diante, isto, sem falar na limitação recíproca entre Estado, igrejas diversas, sindicatos profissionais, partidos políti-



cos, que favorece a liberdade individual. Enfim, a percepção da multiplicidade dos agrupamentos no seio de uma classe varia em função da própria luta das classes: maior a luta, menor a percepção. Por sua vez, o Estado e os partidos políticos são dois gêneros de agrupamentos particulares que, nos tipos das sociedades modernas, se apresentam geralmente como instrumentos das lutas das classes. Nota-se ainda que a redução dos agrupamentos a estratos ou camadas caracterizadas pela disparidade de fortuna ou de salário é, como já o dissemos, um erro que ameaça a unidade da classe como totalidade irredutível aos agrupamentos que nela se integram. As classes sociais têm sempre tendência a alterar a hierarquia oficial da sociedade em que elas são incluídas; elas não concedem importância às tradições e às regras a não ser quando são afastadas do poder ou lhes é difícil mantê-lo. Além disso, a eficácia da consciência de classe, da ideologia e da organização concretiza-se de maneira diferente para cada classe e varia em função das estruturas e às vezes das conjunturas, notando-se que a consciência de classe, a ideologia e a organização são (a) - normalmente muito mais pronunciadas no proletariado do que nos camponeses, ou nas classes médias e mesmo do que na burguesia; (b)- tampouco são de intensidade igual segundo as nações, os tipos de capitalismo, os regimes políticos, as flutuações nos rumos da crise ou da prosperidade, e assim por diante.

Podemos agora retornar aos principais aspectos do micro-social na dialética com a sociologia das escalas do parcial e do global, aprofundando na descrição já feita da sociabilidade da Massa, da Comunidade e da Comunhão, como quadros sociais, agora tomadas sob o ângulo da sua eficácia, o ângulo dos determinismos sociais ou da produção das significações práticas que lhes correspondem. Devemos sublinhar que nessa dialética das três escalas sobre a



qual GURVITCH insiste são desenvolvidas as orientações diferenciais da teoria sociológica tiradas da tradição de SAINT-SIMON e do jovem MARX.

Quer dizer, trata-se de pôr em relevo os aspectos da atividade coletiva total. Já dissemos que nessa tradição diferencial se põe em relevo as correspondências entre estrutura social, produção econômica, propriedade, regime político, idéias intelectuais e morais, assim como os seus conflitos possíveis. Procede-se ao estudo dos determinismos sociais, aos quais, buscando aqueles aspectos da atividade coletiva total, SAINT-SIMON se referia ao falar sobre modos de operar a integração dos fatos particulares nos planos de conjunto. Especialmente na dialética das três escalas, a descrição dos determinismos sociais e dos determinismos sociológicos acentua por um lado o efeito e a função para a unificação do conjunto (a) - do esforço de integração característico dos elementos microssociais, (b) - o alcance dos seus modos de operar de cuja combinação se faz a unidade coletiva real, e, por outro lado, acentua (c) - o efeito do esforço unificador característico de cada classe ou de cada grupo, como favorecendo ou desfavorecendo o modo de operar das massas, ou o das comunidades, ou o das comunhões para a unificação do conjunto. Observa-se inicialmente que as classes sociais tendem a favorecer mais a eficácia dos Nós do que a das relações com outrem interindividuais ou intergrupais e, dentre esses Nós, favorecem o modo de operar das massas e das comunhões em detrimento das comunidades. GURVITCH nota como interessante a hipótese de que a alta importância da consciência de classe, das obras de civilização e da ideologia para a unificação, esconde um jogo de compensações para “acalmar” o enfraquecimento da eficácia da comunidade. Todavia, este mesmo autor observa que o estatuto do modo de operar da comunidade no esforço unificador das classes pode variar. Na classe burguesa, por exemplo, tanto quanto na classe ruralista, a eficácia, o enquadramento pelo modo da comunidade parece bastante acentuado, enquanto na classe trabalhadora é o



contrário que se produz. Já nas classes médias os Nós são limitados pela eficácia das relações com outrem intergrupais, tendência esta válida na classe burguesa à época do capitalismo concorrencial, com a importância do contrato.

Note-se que a própria microsociologia varia em função da maior ou menor exasperação do antagonismo das classes: no primeiro caso, quando a exasperação é mais intensa, se acentua a eficácia ou “enquadramento” pelo modo de operar da Comunhão no interior das classes; no segundo caso, se acentua a eficácia da Massa ou da Comunidade. Ademais, a passagem da sociabilidade passiva para a sociabilidade ativa é um critério das classes sociais que se encontram numa situação em que estão se erguendo, a situação de *classes ascendentes*, isto é, passam rapidamente ao plano das massas, comunidades e comunhões ativas. Já as *classes em germinação* favorecem o modo de operar das massas passivas; as *classes no poder*, por sua vez, favorecem a eficácia das comunidades ativas enquanto as *classes privadas do poder* favorecem o modo de operar das comunhões e comunidades passivas. Então a microsociologia revelada nos modos de operar o esforço das classes sociais para a unificação está incessantemente a se refazer, já que varia em função de cada classe e da situação concreta da mesma em uma conjuntura ou em uma estrutura. Verificação esta tanto mais verdadeira quanto as classes são também macrocosmos de agrupamentos, como já foi dito, tanto mais que no interior de cada agrupamento o problema da microsociologia se coloca de novo.

O ponto de vista do permanente “refazer” da microsociologia.

Então do ponto de vista do permanente “refazer” da microsociologia acima constatado na dialética das três escalas, reencontramos a descrição dos determinismos, desta feita no plano dos macrocosmos de agrupa-



mentos e descobrimos o estudo da microssociologia agora sendo revelada nos modos de operar o esforço coletivo para a unificação dos próprios elementos microssociais, como os elementos que estão dirigindo a realidade social dos agrupamentos particulares, estudo dialético este que em acordo com a sociologia de GURVITCH deve considerar o seguinte: 1) - os agrupamentos particulares como já o dissemos se encontram sob uma dialética de competição e de combinação entre a independência e a dependência em relação às sociedades globais; 2) - os agrupamentos particulares como já o sabemos mudam de caráter e entram em hierarquias específicas; 3) - portanto, os agrupamentos particulares sofrem o impacto das lutas das classes situando-se não em relação a estas últimas, porém desempenhando o papel essencial em relação ao tipo de sociedade global; 4) - a própria microssociologia só pode ser estudada em sua incerteza; 5) - este estudo, por sua vez, só pode ser feito no âmbito de uma classificação que: (a) - relaciona as espécies de grupos; (b) - toma em consideração os agrupamentos como entrando em hierarquias específicas; (c) - toma-os como mudando de caráter; (d) - aplica os critérios de seus caracteres específicos; (e) - põe em relevo a fórmula dos quatro esquemas de correlações das tendências sociológicas probabilísticas gerais dos grupos, seguinte:

Fórmula dos quatro esquemas de correlações das tendências sociológicas probabilísticas gerais dos grupos:

(I)- (1) - o enquadramento pelo modo de operar a integração dos fatos em que se afirma a Massa ou o enquadramento pelo modo de operar da Comunidade é favorecido pelo esforço coletivo unificador da sociabilidade dirigindo os agrupamentos de cadência lenta, como os agrupamentos de localidade e os de parentesco,



p.ex.; (2) - o enquadramento pelo modo de operar da Comunidade fica favorecido nos agrupamentos de cadência média, como os agrupamentos profissionais, os partidos políticos, etc; (3) - tanto o enquadramento pelo modo da Massa quanto pelo modo da Comunhão são favorecido nos agrupamentos de cadência rápida, como o são os agrupamentos de afinidade fraterna, tais como as juventudes, as seitas, as oficinas, as fábricas, as empresas, etc.

(II)- (1) - o enquadramento pela Massa é favorecido no esforço de unificação das manifestações de sociabilidade nos agrupamentos a distância, como os desempregados, os diferentes públicos, os produtores, os profissionais, as próprias classes sociais; (1.1) - esse mesmo enquadramento é igualmente favorecido nos agrupamentos de contatos artificiais, como o formado pelos membros de um partido político que não freqüentam suas sessões, pelos membros de um colegiado onde se vota por correspondência, etc.; (2) - o enquadramento pelo modo de operar a integração dos fatos em que se afirma a Comunidade é favorecido na unificação da sociabilidade dirigindo aos agrupamentos reunidos periodicamente, tais como: (a) - os grupos que reúnem raramente: sindicatos, cooperativas, partidos políticos, corpos eleitorais do Estado; ou (b) - os grupos que se reúnem mais freqüentemente: como as usinas, os escritórios, as classes de um estabelecimento de ensino, etc.; (3) - o enquadramento pelo modo de operar da Comunhão é favorecido nos agrupamentos permanentemente reunidos, como a família doméstica, o lar, os pequenos povoados, os internatos, os conventos, as unidades militares, as células de prisão, etc.; GURVITCH acrescenta que essas tendências são variáveis, seguinte: (1) - a eficácia da Comunhão no esforço dirigindo a unificação das manifestações de sociabilidade nas classes sociais em luta, como agrupamentos a distância, triunfa sobre o enquadramento pela Massa que, por sua vez, prevalece em outros agrupamentos a distância, como os públicos, os profissionais, etc.; (2) - da mesma



maneira, isto é de maneira variável, se nota que o enquadramento pelo modo de operar da Massa importa sobre o da Comunhão nas casernas, nas células de prisão, nos lares em desentendimento, como agrupamentos permanentemente reunidos. (3) - Sem dúvida, são os agrupamentos a distância que nas sociedades modernas revelam os enquadramentos mais fortemente pronunciados, servindo justamente de quadros às obras como o conhecimento, a linguagem, a arte, a moral, a religião.

(III)- (1) - o enquadramento pelo modo de operar da Massa tende a predominar no esforço unificador da sociabilidade dirigindo os agrupamentos de fato e abertos, tais como os diferentes públicos, os agrupamentos de idade, os produtores, os consumidores, as classes sociais e muitos outros; (2) - já o enquadramento pelo modo de operar a integração em que se afirma a Comunidade tende a predominar no esforço unificador da sociabilidade que dirige os agrupamentos voluntários com acesso condicionado; (3) - o da Comunhão tem maior ocasião de se afirmar em certos agrupamentos impostos e fechados. GURVITCH sublinha (1)- que as combinações reais desses microdeterminismos permanecem incertas. A Comunhão pode ficar oprimida e não se atualizar por força do “elemento de contenção” atuante em proveniência do esforço coletivo unificador nos grupos de fato e abertos. Nada obstante, o modo de operar da referida Comunhão, apesar do “elemento de contenção” impedindo-a de se atualizar, pode assim mesmo tornar-se predominante sobre o enquadramento pelo modo de operar da Massa, naqueles agrupamentos de fato e abertos mencionados, como, por ex.as classes sociais; (2)- a predominância do enquadramento pelo modo da Massa sobre o da Comunidade fica favorecido em certos agrupamentos voluntários com acesso condicionado, como certos grupos profissionais cujo acesso exige somente alguns conhecimentos técnicos: profissão de chofer, de mecânico, de marinheiro, etc.



(IV)- (1) - o enquadramento pelo modo de operar da Comunhão passiva é favorecido desde que a função seja a dos agrupamentos de parentesco; (2) - o enquadramento pelo modo de operar da Comunidade às vezes passiva às vezes ativa é favorecido nos agrupamentos funcionais de afinidade fraternal; (3) - o enquadramento pelo modo de operar da Comunidade ativa prevalece nos agrupamentos funcionais de localidade; (4) - igualmente, o da Comunidade ativa, ou mesmo, se for o caso, o da Comunhão ativa ficam favorecidos no seio dos agrupamentos funcionais de atividade econômica; (5) - o da Massa ativa ou o da Comunidade passiva ficam favorecidos nos agrupamentos funcionais não-lucrativos; (6) - o da Comunhão ativa, nos agrupamentos funcionais místico-extáticos.

OBS. – Na análise descritiva gurvitchiana se tem em conta como o dissemos o caráter probabilístico, a incerteza fundamental das tendências nas quais interfere a escala microssociológica, seguinte: (1) - o modo de operar da Massa passiva pode predominar sobre o da Comunhão ativa em agrupamentos místico-extáticos tais como as igrejas universais; (2) - da mesma maneira, o modo de operar da Comunhão, às vezes, simplesmente, não conta ou não implica, como é o caso nos agrupamentos de afinidade fraternal, nos agrupamentos não-lucrativos e mesmo nos agrupamentos de localidade. Nota-se enfim, (3) - que os agrupamentos de maior independência relativa e, sendo o caso, de maior capacidade de resistência ao enquadramento no tipo global são os agrupamentos de atividade econômica, os místico-extáticos e, às vezes, os de afinidade fraternal, como as juventudes; somente após, vem os agrupamentos não-lucrativos, ao passo que os agrupamentos de localidade são os mais dependentes. (4) - Sem dúvida, podem existir diversas combinações e diferentes acomodações entre os agrupamentos diferenciados segundo suas funções, porque, neles, se encontram mais freqüentemente os mesmos participantes, isto é, configura-se uma situação em



agrupamentos mais particularmente compatíveis entre eles: pode-se ser membro ao mesmo tempo de um grupo de parentesco, de um grupo de atividade econômica, de um grupo de localidade, de uma igreja, de uma seita. No caso desta situação, a eficácia dos modos sociológicos parciais comporta menos falhas, menos rupturas ou descontinuidades. Situação essa, porém, que não se deixa equilibrar em uma estrutura, pois não exclui o conflito, como, por ex., os conflitos entre famílias, sindicatos, partido, Estado, igreja, etc. provocados por uma conjuntura particular em uma sociedade global.

Neste ponto, podemos notar que o estudo da dialética das três escalas - a do microsocial, a do parcial, a do global - deixa bem estabelecida a percepção de que a realidade social do conjunto comporta uma pluralidade de modos atualizados.

Na Primeira Parte deste ensaio notamos como sendo uma aquisição da teoria sociológica na tradição de SAINT-SIMON e do jovem MARX, revalorizada na sociologia de GURVITCH, aquela já mencionada constatação de que a realidade social mais do que compulsiva é realidade em ato. Quando assinalamos que a consciência faz parte das forças produtivas em sentido lato e desempenha um papel constitutivo nos próprios quadros sociais seja como linguagem, seja pela intervenção do conhecimento, seja ainda como direito espontâneo tiramos daí que a construção do objeto na teoria sociológica se faz a partir dos quadros sociais, como os modos de ação comum atualizados nas manifestações de sociabilidade, nos agrupamentos particulares, nas classes sociais e nas sociedades globais. Acrescentamos, ademais, que os quadros sociais exercem um domínio, um envolvimento sobre a produção material e espiritual que se manifesta em seu seio e que se prova mediante as correlações funcionais. Notamos igualmente que dessa forma os quadros sociais e a consciência real (abrangendo no



dizer do Jovem Marx: a religião, a família, o Estado, o Direito, a moral, a ciência, o espírito) revelam-se como produtos das forças produtivas strictu sensu e, por isso, podem permanecer objetivados, dando lugar, por sua vez, à dialética dos níveis de realidade social.

Se anteriormente sublinhamos que a teoria sociológica na construção de tipologias tira dessa dialética dos níveis da realidade social ela própria os procedimentos por complementaridade, por compensação, implicação mútua, ambigüidade, ambivalência, reciprocidade de perspectivas e, até, polarização, agora, neste ponto de nossa exposição, se trata de incluir no estudo da estruturação a compreensão de que as manifestações de sociabilidade como fenômenos microsociológicos são elementos anestruturais, portanto incapazes por si próprios de formar hierarquias dos patamares de realidade. Ou seja, as formas de sociabilidade embora não os unifiquem como vimos atualizam no seu seio os degraus objetivados da realidade, aos quais GURVITCH chamará “níveis múltiplos”, constatando que entre esses níveis se trata de relações inteiramente variáveis, alternando e combinando por um lado graus de cristalização e por outro lado graus de espontaneidade, assim constituindo forças dinâmicas de mudança. Em palavras simples, a partir desses níveis assim compreendidos como níveis múltiplos, se afirma o conhecimento de que não existe tipo de sociedade que alcance uma coesão sem choques; de que nada se resolve nunca numa sociedade, pelo menos não definitivamente, só há graus de coesão e de disparidade.

Portanto, as hierarquias em que esses níveis múltiplos tomam parte são também hierarquias múltiplas, que variam em cada sociedade e em tal ou qual tipo de estrutura, seja estrutura parcial ou global, e nas quais a descon-tinuidade prevalece. O estudo desses níveis e dessas hierarquias múltiplas permite avançar na explicação sociológica do que GURVITCH chama “pluridimensionalidade da realidade social”, suas “ordens sobrepostas”. Mais não é tudo. Se as ca-



madras seccionadas podem se afirmar como sendo mais cristalizadas e oferecer um suporte mais sólido à estruturação do que jamais poderão fazê-lo as manifestações de sociabilidade, cabe sublinhar que tais camadas nada representam, e não passam de aspectos difusos da matéria social dinâmica, independentes do grau de valor e de realidade, somente limitados aos graus de dificuldade para acessá-los. Dessa maneira, a teoria sociológica constrói seu objeto na medida em que delimita a realidade social em níveis mais ou menos construídos para estabelecer “conceitos” ou quadros operativos eficazes em vista de dar contas da pluridimensionalidade da realidade social.

Segundo GURVITCH, o estudo das combinações móveis dessas camadas seccionadas somente terá lugar em realidade se for feito antes que intervenha sua unificação no determinismo sociológico parcial regendo os agrupamentos particulares e as classes sociais. Note-se que a anterioridade desse estudo das camadas seccionadas resguarda a sociologia da arbitrariedade do chamado “corte epistemológico” praticado nas metodologias abstratas, exatamente por verificar a dialética dos níveis de realidade como combinada a essa outra dialética das três escalas.

Desse modo, se poderá diferenciar dez patamares em profundidade, seguintes: 1)- a superfície morfológica e ecológica; 2)- os aparelhos organizados; 3)- os modelos sociais; 4)- as condutas coletivas regulares; 5)- as tramas dos papéis sociais; 6)- as atitudes coletivas; 7)- os símbolos sociais; 8)- as condutas coletivas inovadoras; 9)- as idéias e valores coletivos; 10)- os estados mentais e atos psíquicos coletivos -cabendo sublinhar que é maior a dificuldade de acesso quanto mais profundo ou espontâneo é o nível estudado, quanto mais se aproxima aos atos psíquicos coletivos. Para aclarar o arranjo dessas camadas subjacentes, suas combinações móveis em hierarquias específicas múltiplas a sociologia de GURVITCH leva em conta que as alterações nesses planos de conjun-



to estão na origem das mudanças fundamentais no interior das estruturas, e que, portanto, igualmente a estas, as camadas subjacentes se movem nos tempos sociais, por meio dos quais admitem princípios de equilíbrio, isto é: admitem graus diversos de mediação entre o contínuo e o descontínuo, entre o quantitativo e o qualitativo, o reversível e o irreversível, constituindo seqüências de microdeterminismos sociológicos que se combatem e sofrem desajustes nas cadências dos seus movimentos, mas que, nada obstante, chegam a arranjos em hierarquias múltiplas e variadas, por efeito da dialética entre a escala do microsocial, a escala do parcial e a escala do global, de tal sorte que as hierarquias figuram como criações do esforço de unificação. Temos, então, para simplificar, que os princípios de equilíbrio constituindo seqüências microsociológicas estão na base das hierarquias de que, por sua vez, as estruturas configuram as dinâmicas de formação de equilíbrio ao darem nascimento aos tempos sociais.

Com efeito, no interior de uma estrutura social as hierarquias múltiplas implicam uma formação de equilíbrio dinâmica, conforme a escala dos tempos sociais da própria estrutura, e acentuam a permanência das mudanças fundamentais ocorrentes no interior da estrutura que, pela variabilidade, alteram a formação de unidade do tipo de sociedade global, alteram a combinação das hierarquias que definem o tipo. Dessa forma, acentuando a escala dos tempos sociais, o conceito de estrutura na sociologia de GURVITCH põe em relevo o fato de o conjunto social por mais complexo que seja, preceder virtualmente ou atualmente todos os equilíbrios, hierarquias, escalas, seguintes:

(I) - A série das hierarquias específicas e múltiplas, compreendendo as escalas ramificadas nas quais o elemento hierárquico assenta-se na distribuição e não na pressão do conjunto; tais hierarquias são as seguintes: 1) - a combinação das manifestações de sociabilidade como atualizando-se no conjunto e nos agrupamen-



tos particulares; 2) - a acentuação dos patamares em profundidade da realidade social como atualizando-se no conjunto, na escala do parcial, e no microssocial; 3) - a escala dos modos de divisão do trabalho e dos modos de acumulação, que também se atualizam nas classes sociais, e não só nas sociedades globais; (4) - a hierarquia das regulamentações sociais (também chamados “controles sociais”); 5) - a escala dos tempos sociais hierarquizando-se, combinando-se, interpenetrando-se, entrecrocando-se de diferentes maneiras, pois como já foi dito, a duração de uma estrutura nunca é um repouso, mas no dizer de GURVITCH é uma “procissão através de vias tortuosas abertas pela multiplicidade dos tempos sociais”.

(II) - A série das hierarquias em unificação com preeminência do elemento de contenção: 1) - a hierarquia dos agrupamentos funcionais, às vezes em competição com a das classes sociais e a das respectivas organizações. Nota-se que essa competição lhe imprime um acentuado fator de variação, em virtude do que a hierarquia dos agrupamentos funcionais desfruta de um estatuto ambíguo e pode ser considerada também entre as hierarquias múltiplas, já que ainda não constitui as formas particulares dos conjuntos; 2) - a combinação dos modelos, signos, sinais, símbolos, idéias, valores, em breve, das obras de civilização cimentando a estrutura social global, notando-se que essa hierarquia constitui o momento fundamental na formação de unidade; 3) - a hierarquia dos determinismos sociais, compreendendo a dialética entre o microssocial, o parcial e o global, cuja unificação dá a forma particular do determinismo sociológico global.

Do fato de o conjunto social preceder todas as hierarquias, temos não somente que o problema chamado “passagem do grupo à história” releva da pluridimensionalidade da realidade social e se examina no âmbito do estudo das



camadas seccionadas, que, conforme dissemos, é um estudo empreendido antes que intervenha a unificação das mesmas nos determinismos sociológicos parciais regendo os agrupamentos particulares e as classes sociais, mas, em consequência, temos que as tendências e os equilíbrios que constituem o caráter estruturável de um grupo nem sempre são conseguidos e os grupos não chegam a se tornar estruturados, mostrando ser real o problema da possibilidade da estrutura.

Na sociologia de GURVITCH o caráter estruturável de um grupo tem três proveniências, seguintes: (1) - o fato de que a unidade do grupo se realiza mediante o arranjo de uma coesão particular entre (a) - as manifestações de sociabilidade, por um lado, e (b) - por outro lado as atitudes coletivas, incluindo suas expressões nas condutas regulares; (2) - a existência de um princípio de equilíbrio entre as hierarquias múltiplas; (3) - o fato de que a inserção do grupo em uma classe social ou em uma sociedade global tende a manifestar-se por um arranjo (3a) - de suas relações com os outros grupos e, (3b)-, do papel e do lugar que o grupo tem na hierarquia particular dos agrupamentos que caracterizam uma sociedade global dada.

Em consequência da observação dessas proveniências, se pode formular a definição de que os agrupamentos são estruturáveis porque: 1) - manifestam tendência para estabelecer um arranjo virtual das hierarquias múltiplas, ou seja, uma “ordem particular”; 2) - manifestam tendência para pôr em relevo a posição, o papel e as relações do grupo com o “exterior”, ou seja, um “espírito de corpo”. Todavia, como dizíamos do fato de o conjunto social prece-der todas as hierarquias resulta que as tendências e os equilíbrios que constituem o caráter estruturável de um grupo e que viemos de enumerar nem sempre são conseguidos. Daí que existam grupos estruturados como os idosos, os grupos de juventude, certas profissões (embora estes grupos sejam habitualmente desorganizados, têm expressão em diferentes organizações) e existam também grupos “a-



penas estruturáveis”, como os diferentes públicos, as minorias étnicas, os produtores, os consumidores, as indústrias, os grupos de geração. Nota GURVITCH que o nível organizado em relação ao equilíbrio da estrutura é só uma questão de expressão, não indispensável, ainda que todo o grupo organizado seja ao mesmo tempo estruturado, já que, em contrapartida, um grupo pode ser não somente estruturável sem ser organizado, como pode também ser estruturado e não ter organização própria. Do ponto de vista do interesse na sociologia do conhecimento que apreciamos neste ensaio são os grupos estruturados que oferecem planos de referência mais precisos (ver a este respeito e das análises que se seguirão, a obra de GURVITCH intitulada **“Los Marcos Sociales del Conocimiento”**, já citada). Tanto é assim que, pela abordagem da análise gurvitchiana, o conhecimento opera como um elemento cimentador da estrutura, fazendo com que os grupos estruturados sejam sedes específicas do conhecimento.

Visando exatamente pôr em relevo o caráter específico dessas sedes do conhecimento, a análise gurvitchiana dá privilégio aos agrupamentos sociais caracterizados no seguinte: (I) - segundo seu modo de acesso seja aberto, condicionado, fechado; (II) - segundo suas funções, destacando a família, os grupos de localidade de pequena envergadura, as fábricas; (III) - os blocos de grupos multifuncionais, como o Estado e a Igreja.

(I) - Os grupos abertos, como já o mencionamos, incluem, além dos grupos de fato (diferentes públicos, grupos de idade, etc.) as multidões, as manifestações públicas ou não públicas, as reuniões, certos grupos filantrópicos, etc. Evidentemente, estes grupos não representam focos ou sedes específicas do conhecimento. Todavia é admitido a exceção dos grupos de jovens e dos grupos das pessoas de idade, na medida em que constituem unidades coletivas reais, como nas sociedades patriarcais ou, simplesmente, nas sociedades tradicionais, visto que os anci-



ãos podem ser considerados como os únicos portadores do conhecimento esotérico ou do conhecimento cuja difusão é aceite, fazendo predominar, como intermediários, o sistema cognitivo da sociedade global sobre todo outro saber nessas sociedades, tornando-se, imperceptivelmente, grupos fechados.

(I-1) - Quanto a esses grupos fechados, quer se trate de uma casta de sacerdotes, de um grupo feudal, da nobreza de armas, ou da nobreza de toga, da camada mais alta da burguesia (que recruta somente por nascimento ou por herança), de trustes, ou de cartéis, nacionais ou internacionais produzem um saber específico, oposto ao da sociedade global, um saber que, (a) - mesmo formando sistemas cognitivos estes se reduzem a certos conhecimentos políticos, a certos conhecimentos técnicos, ou a outros tantos de senso comum, sendo que a combinação de tais conhecimentos varia segundo o caráter dos grupos fechados e o das conjunturas ante as quais se encontram; (b) - um saber que manifesta uma tendência ao herético e esotérico, ainda que a forma racional triunfe por completo e conduza ao cálculo aperfeiçoado de balanços financeiros complexos.

(I-2) - No que concerne os grupos de acesso condicionado, em que a análise gurvitchiana do interesse na sociologia do conhecimento contempla os grupos profissionais privilegiados, aqueles que exigem títulos ou diplomas, como o professorado, a magistratura, ou os que são submetidos a um controlador organizado, como o conselho de medicina, a ordem dos advogados, etc. GURVITCH descreve a situação dos estabelecimentos de ensino superior, cujo acesso é por cooptação ou por concurso, notando que essas instituições são sedes específicas de conhecimentos científicos, técnicos, ou de conhecimentos filosóficos. Considerados como conhecimentos propriamente universitários, ou que constituem matéria de ensino e pesquisa, esses conhecimentos se caracterizam todos pela acentuação das formas de conhecimento, com predomínio das formas conceitual, simbólica, positiva, coletiva e racional, sem excluir que o saber concebido e ensinado nas univer-



sidades continua sendo em parte esotérico, hermético e tradicional, “defeito” este que, segundo o nosso autor, se corrige pelo espírito competitivo, embora seja certo que toda a inovação se faça com lentidão e não se impõe sem grandes precauções. Quanto ao papel do conhecimento estratégico ou político e do conhecimento de senso comum nesse sistema cognitivo, nota-se que estes conhecimentos restam muito abaixo dos níveis dos conhecimentos ensinados, já que, quando se trata de estabelecer questões administrativas, se requerem qualidades e conhecimentos de uma classe completamente distinta. Enfim, o conhecimento de outro e dos Nós, quer dizer, dos colegas e dos estudantes, não se atualiza no seio da universidade se a comunidade não consegue predominar sobre a massa e a comunidade.

(II) - Na análise da família-matrimônio como sede de conhecimentos, deve-se levar em conta o seguinte: (1) - que, como já sublinhamos, todo o grupo muda de caráter segundo o tipo de sociedade global em que está incluído e segundo a classe social em que está inserido; (2) - o estado de harmonia ou de desacordo no seio da família; (3) - as influências exteriores dos outros grupos; (4) - a mobilidade social; (5) - que, em nossa época, a família não revela grande riqueza ao estudo do saber, encontrando-se habitualmente como um grupo demasiado submetido e aberto à influência cognitiva das classes e sociedades globais em que está inserido. Dessa maneira, considerando o papel do conhecimento de outro e dos Nós, nota-se que essa classe de conhecimento predomina sobre as demais se a situação familiar é de harmonia: é, então, conhecimento entre marido e mulher, entre pais e filhos, e conhecimento entre os filhos. Se, todavia, aparecem na família os desacordos, os problemas de qualquer classe, os membros deixam de entender-se e se dividem em campos opostos, o que, na apreciação de GURVITCH, leva a desprezar o conhecimento dos demais. Quanto ao conhecimento de senso comum,



se supõe que os pais o transmita aos filhos e o apliquem eles mesmos para um funcionamento sem tropeços da família. Entretanto, nota-se que, nas condições atuais de vida, esse conhecimento de senso comum está mais limitado e dá espaço às influências contrárias ao saber viver da família, influências estas que podem se exercer sobre os pais desde os locais de trabalho, desde a participação nos sindicatos, etc., e sobre os filhos, desde os estabelecimentos de ensino e desde os companheiros. Somente as famílias dos meios de classe média, ou as camponesas, continuam cultivando essa classe de conhecimento. Já o conhecimento político dispõe de mais espaço nas famílias. Há o sentido restrito de um conhecimento da estratégia a que devem recorrer os pais para a educação e a formação dos seus filhos e, reciprocamente, pelo lado dos filhos, há o sentido de um conhecimento dos meios de lograr de seus pais o máximo de liberdade. Caso se tome o conhecimento político em seu sentido mais geral e habitual, que implica tomadas de posição estritamente políticas e o conhecimento das regras estratégicas a observar no que concerne à sociedade global, nota-se a perda de lugar desse conhecimento em relação ao tempo em que estava submetido a uma tradição longínqua e contínua, efeito de uma mobilidade muito reduzida da situação de classe das famílias (os filhos seguindo as posições dos pais). Observa-se que, no século XX, por um lado, a mobilidade se tornou maior e, por outro lado, em um mesmo nível social, a continuidade dos conhecimentos políticos se rompe amiúde. Todavia, essa diminuição progressiva da influência da família continua sendo limitada. Enfim, nota-se a importância crescente de certos conhecimentos técnicos, ainda que em nível rudimentar, no funcionamento da família: o manejo dos artefatos domésticos e das máquinas a motor exige um mínimo de informação.

(II-1) - A análise e descrição dos grupos locais de pouca envergadura, tais como povoados, lugarejos, vilas ou aldeias, leva em conta o seguinte: (1) - a delimitação desses grupos como grupos funcionais é feita com precisão porque suas “obras a



realizar” são sempre multifuncionais e bem diferenciadas, pois se trata de assegurar a regulamentação e a administração da boa vizinhança, bem como a realização de distintas atividades econômicas e administrativas, ou de estabelecer as relações com outros grupos locais da mesma classe, etc.; (2) - esses grupos tendem normalmente a favorecer a atuação em seu seio das comunidades em detrimento das massas e das comunhões, sendo, porém, eles próprios inconfundíveis com as comunidades que atualizam em seu seio, além disso, esses grupos, em conjunturas históricas especiais, como guerras, revoluções, movimentos de libertação, etc., são incapazes de resistir ao surgimento de comunhões ou à dissolução da comunidade em massa. A classe de conhecimento mais preeminente nos grupos locais de pouca envergadura é o conhecimento perceptivo das relações com o exterior, isto é, o mundo exterior que esses grupos conhecem está imbricado nas perspectivas dos jardins, hortas, campos, bosques, estradas e caminhos de comunicação com as localidades vizinhas e os lugarejos onde se fazem os mercados. Segundo os termos da análise gurvitcheana, trata-se de amplitudes egocêntricas e concêntricas imprimindo o caráter específico desse conhecimento, portanto, um conhecimento voltado para a ambiência particular desses grupos. Isso quer dizer que o mundo exterior tende a se afrouxar, perdendo poder de atração ou de pressão como o que vem de fora, embora seja digno de notar as perspectivas ou amplitudes difusas das relações com as cidades, com o Estado e sua capital, como lugar de organização administrativa e política. Nota-se ainda que a penetração pelos Estados, Igrejas, e sociedades globais se faz sentir na aplicação pelos grupos locais de conceitualizações e de medidas para os tempos, como os tempos cíclicos das estações do ano e os de longa duração, bem como na aplicação de conceitualizações para as amplitudes das relações com o exterior, ocorrendo, então, que os grupos locais rechaçam suas amplitudes e seus tempos concretos, aos quais, todavia, permanecem vinculados. No que concerne ao conhecimento de senso co-



num, esses grupos são seu último refúgio. Já o conhecimento de outro e dos Nós são marcados pelos estereótipos provenientes da sociedade global, com a televisão e o rádio tendo parte importante nisto. O conhecimento político dos grupos locais de pouca envergadura compreende a tática própria para manter boas relações com os vizinhos, compreende também a participação na vida política do país, através das eleições municipais, as legislativas, etc., participação esta que, aliás, se faz notar exatamente a partir dos grupos locais de pequena envergadura.

(II-2) - A análise gurvitchiana das fábricas e o saber, privilegiando os grupos de operários, favorece o interesse pelo conhecimento político que apresenta caráter específico. São distinguidos três níveis dessa classe do saber: (a) - um nível particularizado, entendido como “tática de adaptação ao humor dos companheiros de equipe, ao humor dos capatazes ou ao dos engenheiros”. Tática de adaptação esta que vem unida a uma espécie de conhecimento de senso comum, em relação não com a tradição, mas com o ambiente específico da fábrica. Dessa maneira, esse conhecimento político particularizado pode às vezes entrar em conflito com: (b) - o conhecimento político em nível proletário ou nacional e, por conseguinte, com a atitude dos sindicatos e dos organismos de representação operária. Entre estes dois aspectos, há (c) - o terceiro nível de conhecimento político das fábricas: o modo de expressão do descontentamento, a fadiga e a oposição espontânea ao regime autoritário das fábricas. Note-se que essa modalidade do conhecimento político contribui para reconciliar e combinar as outras duas. Sem dúvida, há que levar em conta o igualmente específico conhecimento perceptivo do mundo exterior, cujo lugar é muito importante na fábrica, como conhecimento que os operários têm do mundo próprio da oficina, da fábrica, da empresa, cuja característica básica está em que os objetos dessa percepção, os locais, as máquinas, as oficinas, incluindo as oficinas dos diretores e dos engenheiros, são objetos tão próximos e ao mesmo tempo estão tão longe dos operários. Além disso, são também objetos



desse mundo exterior que os operários conhecem as perspectivas e as correspondentes cadências em que se desenvolvem os esforços e a vida dos operários em equipe; bem como as distâncias, incluindo os percursos para falar aos seus chefes; as máquinas a usar; o tempo a sacrificar, como a locomoção domicílio-trabalho-domicílio. Enfim, completando sua análise desse sistema cognitivo, GURVITCH situa a submissão dos trabalhadores às máquinas, à administração dos técnicos especialistas e aos diretores das fábricas, no âmbito do conhecimento de outro e dos Nós, que, exatamente por esses mesmos fatos, fica em último lugar, tornando-se um conhecimento de aspectos padronizados, um conhecimento de expectativas, como o comportamento, que, então, é o que se nota nos companheiros, como, por exemplo, o comportamento em relação ao trabalho, o comportamento a respeito do sindicato, ou durante uma greve, ficando distanciadas, nesse conhecimento de expectativas ou de comportamentos, as pessoas próprias dos companheiros, situação de “estranhamento” esta que poderia mudar em um regime de gestão auto-controlada. Nota-se ainda que a forma do conhecimento político acentua o especulativo, o simbólico, e até o mitológico, sem perder, todavia, seu aspecto racional, calculador e adequado, enquanto as demais classes de conhecimento em foco nas fábricas atualizam, ao lado das formas adequada e racional, as formas empírica, positiva, e coletiva, o que, sublinha nosso autor, torna bem diferenciado o aspecto específico do conhecimento político dos operários das fábricas.

(III) - A análise e a descrição dos sistemas cognitivos dos Estados é, sem dúvida bastante complexa. Trata-se de blocos de grupos locais que, como estes últimos, permanecem multifuncionais e, portanto, não se podem identificar com as sociedades globais, que são suprafuncionais, interpretam a totalidade das funções sociais. Deve-se ter em conta que (1) - os Estados são sociedades políticas que se ex-



pressam em estruturas particulares, às quais se sobrepõem aparelhos organizados (soberania política), mas que não possuem competência universal; (2) - depois da industrialização e independentemente das relações internacionais e das sociedades internacionais, os Estados têm tendência a se converter em instrumentos do domínio de classes, vivendo num ambiente tenso, pleno de conflitos internos, tais como as lutas com os grupos locais, cidades, e regiões; tensões entre os serviços públicos ou entre seu conjunto e o Exército; antagonismos entre os organismos legislativos, administrativos e judiciais; dificuldades com os grupos econômicos, os sindicatos, as igrejas, e com as classes sociais que não estão no poder; (3) - situação esta a que se somam as variações do Estado em função dos diversos regimes políticos, tanto mais democráticos quanto seus aparelhos organizados estão mais abertos à penetração das estruturas das sociedades políticas. Note-se que, na análise gurvitchiana, o papel preeminente é dos regimes políticos, que “orientam o sistema cognitivo”, do qual o Estado é o foco, em diferentes direções, como é o caso, por ex., da monarquia patrimonial, da monarquia absoluta, da constitucional, e da parlamentar, bem como da democracia liberal, da tecnocracia burocrática, etc.

© 2007 Jacob (J.) Lumier





Dialética e microsociologia do conhecimento:

Referências para uma atuação sociológica.

NOTAS COMPLEMENTARES

(Nota 01) - Na *Physiologie Sociale* de Saint-Simon há um trecho que aclara o que se entende por fossilizações sociais e porque sua aplicação ao liberalismo adquire um aspecto aparentemente paradoxal. Trata-se de uma passagem onde Saint-Simon elabora sua concepção da atitude liberal que, servindo de critério diferencial, descreve a realidade social desafiadora dos obstáculos à mudança social e à percepção da própria mudança que, por ser afinada com as mudanças, a mobilizada atitude liberal deve conhecer não tanto como o seu contrário, mas como seu desafio. Trata-se de um estado coletivo de melancolia e depauperação que conduz ao desaparecimento à medida que (a) - inibe de resolver-se por um regime ativo, (b) - corresponde a uma atitude de repugnância à mudança consentindo em grandes sacrifícios para preservar as coisas tais quais são e as fixar em maneira invariável no ponto onde elas se encontram. Saint-Simon se refere a tal estado como uma corrente de opinião estacionária, melhor, estagnada, de natureza puramente passiva e nostálgica de uma forma de governo equiparável àquelas que duraram tantos séculos sem experimentar nenhum estremecimento geral, como houvera durado o Ancien Régime. Segundo Saint-Simon tal estado de fossilização sendo referido ao Ancien Régime se mostra sempre pronto a reter e fixar o que é sobrevivendo para perpetuar o que existe, impelindo à vigília de um esforço inútil os que têm afinidade com as mudanças. Ver “*La Physiologie Sociale*”, op.cit, págs. 53/55.

http://classiques.uqac.ca/classiques/saint_simon/Claude_henri/physiologie_sociale/physiologie_sociale.html



Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV:

Literatura Digital

<http://www.leiturasjlumieraautor.pro.br>

(Nota 02) - Como se sabe, em sociologia, ultrapassando a epistemologia da refutabilidade, a desdogmatização expressa as totalidades reais apreendidas nos fenômenos sociais totais, dos quais, entretanto, são conhecidos somente os modos seccionados, os patamares em profundidade da realidade social. A microsociologia permite corroborar essa ambigüidade do objeto oculto, sendo este um dos principais méritos de GURVITCH, em cuja obra Henri LEFÉBVRE, no seu importante artigo no “**Tratado de Sociologia**”, assinala, como êxito, a refinada elaboração gurvitchiana da linguagem de ciência para a sociologia como disciplina científica do século XX, notando sobretudo a aplicação fecunda do aspecto tridimensional.

Sem dúvida, a tridimensionalidade em GURVITCH liga-se ao aproveitamento das chamadas teorias de consciência aberta, a que já nos referimos neste ensaio, notadamente à idéia de dialetização do simples, desenvolvida por G. BACHELARD em “**O Novo Espírito Científico**”, cujo aproveitamento nota-se sobretudo na sociologia dos patamares em profundidade da realidade social.

Além disso, a aplicação das teorias de consciência aberta afirma-se na imanência recíproca entre o psíquico e o consciente, por um lado, e, por outro lado, a sociedade, o mundo, o ser, constituindo o fato psíquico que a sociologia descobre na sociedade, como situado no ser e particularmente no ser social, a saber: o fenômeno psíquico total. A imanência recíproca entre consciência e sociedade já é situada no ser social, já é tocada pela experiência humana -daí que é possível sua descoberta pela sociologia- não sendo outra a configuração dos quadros sociais. Podemos dizer que em todo o quadro social se descobre a imanência recíproca entre consciência e sociedade, pelo que se pode dimensionar a diferença da sociologia do conhecimento para com a epistemologia nomológico-dedutiva da refutabilidade, a qual desconhece a evidência da perspectivação sociológica do conhecimento, mantendo em uma separação artificial e estreita os quadros de referência das teorias científicas.

Então, os procedimentos dialéticos por **reciprocidade de perspectiva** saltam à vista: é a imanência recíproca descobrindo a imanência recíproca. No dizer de GURVITCH, quando se trata dos atos mentais e da vida consciente, a reciprocidade de perspectiva faz sobressair uma imanência recíproca tornada tão intensa que conduz a um paralelismo ou a uma simetria mais ou menos rigorosa entre as manifestações do coletivo e as do individual, que, então, se recobrem completamente. “É assim que, nas profundezas mais íntimas do eu encontramos a consciência coletiva e, inversamente, vemos que é nos estados mais intensos que as consciências coletivas deixam de exercer a menor pressão



sobre as consciências individuais que nelas participam” (cf. “**A Vocação Atual da Sociologia**”, vol. I p.134). Tal é o princípio das consciências intercomunicadas que MANNHEIM fracassou ao buscar em sua obra “*Ideologia e Utopia*” (Ver MANNHEIM, Karl: ‘*Ideologia e Utopia: uma introdução à sociologia do conhecimento*’, tradução Sérgio Santeiro, revisão César Guimarães, Rio de Janeiro, Zahar editor, 2ª edição, 1972, 330 pp. - 1ª edição em Alemão: Bonn, F.Cohen, 1929; 2ª edição remodelada em Inglês, 1936).

.

(Nota 03) - Há sociólogos que valorizam a psicologia social em detrimento da microsociologia e da sociologia do conhecimento. DAHRENDORF constrói seu conceito de grupo de referência no marco da psicologia social e, por isso, encontra muitos embaraços para sustentar seus enunciados sociológicos. Liga-se ele à corrente de outro sociólogo influente no século XX, Robert K. MERTON, quem faz uso direto da psicologia social na definição do conceito operativo de grupo de referência. A diferença é que, do ponto de vista psicológico, tais grupos são tidos como “grupos de fora funcionando como padrões de valores”, enquanto DAHRENDORF nega essa situação de “grupo de fora arbitrariamente escolhido” e o define como “um grupo com o qual a pessoa tem uma relação necessária em virtude de uma de suas posições sociais”, o que o leva ao enunciado de que “todo o segmento de posição estabelece uma relação entre o ocupante da posição e um ou mais grupos de referência”. À continuidade, então, fica estabelecido “um conjunto de grupos de referência, cada um dos quais impõe ordens e é capaz de sancionar o comportamento da pessoa”, seja positivamente, seja negativamente, de tal sorte que esse autor entende que “a questão da natureza da sociedade se transforma noutra questão: como os grupos de referência formulam e sancionam as expectativas das posições que definem?” (cf. DAHRENDORF, Ralf: “*Ensaio de Teoria da Sociedade*”, trad. Regina Morel, revisão e notas Evaristo de MORAES FILHO, Rio de Janeiro, Zahar - Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 1974, 335 pp. - 1ª edição em Inglês: Stanford, EUA, 1968, pp.62/63). Então, podemos ver que a indicada “relação necessária”, tomada independentemente dos diferentes Nós e de toda manifestação microsocial, surge como atributo impositivo do “segmento de posição”, de maneira mecânica e exteriorizada, desprovida de apreciação crítica e sem o caráter desdogmatizador, constituindo em consequência uma fonte de maiores embaraços do que uma ponte para boas explicações sociológicas. Tanto que esse autor se verá, por isso, na circunstância



de esclarecer sobre a medida em que os enunciados da sua teoria de papéis sociais favorecem a “reificação” ou não, haja vista que, nessa teoria, a pessoa fica contrangida a enquadrar-se nessa “relação necessária” que lhe é imposta, por força da objetivação conceitual do grupo vinculado ao segmento de posição (cf. ib. pp. 106/126).

Nitidamente influenciado pela epistemologia nomológico-dedutiva de Karl POPPER, DAHRENDORF, nessa obra mencionada, não percebe o alcance da sociologia do conhecimento para acentuar a relativização das objetivações dos conceitos sociológicos, sobretudo o alcance das correlações funcionais entre, por um lado, os quadros sociais - incluindo as formas de sociabilidade, os grupos, as classes sociais e as sociedades globais e suas estruturas -, e por outro lado os diferentes gêneros do conhecimento. Tanto mais relevante o alcance dessas correlações funcionais com os quadros sociais quando se leva em conta que não se trata aqui apenas do conhecimento científico, mas de todo o juízo que pretenda afirmar a verdade sobre alguma coisa, ou, no dizer de GURVITCH, tendo em conta que, **por conhecimento deve entender-se “os atos mentais em que se combinam a experiência imediata e mediata em diferentes graus com o juízo”**. Desse modo, o enunciado de que “os grupos de referência formulam e sancionam as expectativas das posições que definem”, só valerá de maneira relativizada e não por força direta da objetivação desses grupos.

Em realidade, todos os agrupamentos particulares, como qualidades apreendidas, entram em correlações funcionais com o conhecimento, com o saber, o qual é praticado de modo variado pelos participantes, de tal sorte que a suposta “determinação” de que tais grupos “formulam e sancionam as expectativas ou o comportamento das pessoas, (a)- mais do que condicional ou probabilístico, é um enunciado restritivo, haja vista excluir a mediação pela dependência do saber que as pessoas têm, no caso, a dependência da percepção do mundo exterior, incluindo a percepção da extensão e dos tempos, de que nos falou GURVITCH; bem como, (b)-, exclui a dependência do conhecimento que os participantes têm de outro, dos Nós, dos grupos, das classes, das sociedades e, até mesmo, (c)- exclui a dependência do conhecimento político. As expectativas de papéis são realidades coletivas complexas e variadas que aí estão em dinâmicas de avaliação, implicando o conhecimento, a moral, o direito, a educação, etc., como controles ou regulamentações sociais com sedes em tipos diferentes e conflitantes de agrupamentos, classes e sociedades globais.

Sem dúvida, o peso do conhecimento, sua importância para as pessoas e na vida social, é maior nas sociedades modernas e nas nossas sociedades atuais, de tal sorte que a desatenção para este aspecto da experiência e da criação coletiva, na teoria dos papéis sociais leva o sociólogo a embaraços e,



definitivamente, ainda que não chegue a constituir fator de reificação, tampouco favorece a desdogmatização. Além disso, a acentuação da dependência ao fenômeno social de conjunto, a eficácia das correlações funcionais entre os quadros sociais e o conhecimento, como qualidades que se expressam umas pelas outras, tem prioridade no estudo das expectativas de papéis sociais, já que podem, inclusive, levar à profundas alterações estruturais, sobretudo nas situações e nas conjunturas em que se constata como já o dissemos, os casos de deslocamentos ou rupturas entre os quadros sociais e o saber, com as correlações funcionais cedendo lugar à causalidade singular, em que os quadros sociais se impõem sobre o saber ou, inversamente, este último condiciona aqueles primeiros. Desse modo, o enunciado de que “*são os grupos de referência que formulam e sancionam as expectativas das posições que definem*” não terá valor como expressão do determinismo sociológico de uma estrutura social senão em casos de deslocamento ou ruptura entre os quadros sociais e o saber.

(Nota 04) -

Em relação à filosofia existencial e fenomenológica de HEIDEGGER e sobre a aproximação desta com a teoria social, há uma análise do automatismo desenvolvida por Henri LEFÉBVRE em seu livro dos inícios dos anos de 1960 (Ver ***Metafilosofia: prolegômenos***, tradução e introdução Rolando Corbuser, Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, 1967, 399 pp. - 1ª edição em Francês: Paris, ed. De Minuit, 1965, cf. capítulo 5: “*Mimesis e Praxis*”, pp. 246 a 264).

No curso de uma reflexão em torno ao problema da relação entre a lógica e a dialética como se resolvendo na praxis e levando à superação da filosofia (como teoria do conhecimento), desenvolvendo o que chamou “teoria geral das estabilidades” (ib.pp. 254 sq) esse autor aprecia a proposição heideggeriana sobre a ciência incluindo a Cibernética, entendida tal proposição como “teoria do real” e “teoria da praxis operativa” (praxeologia), que ele toma como uma constatação do desenvolvimento. Em outras palavras, LEFÉBVRE, ele próprio, toma a ciência moderna e seus gigantescos dispositivos técnicos planetários como “realização teórica”.

No seu proceder, (a) - relaciona essa constatação com a situação de que nas sociedades divididas em classes as representações sofrem os efeitos de uma “lei tendencial de polarização que as aproxima ou as afasta do conteúdo” (ib.p.259); (b) - busca com essa aplicação sociológica explicar a ocorrência da constatada “realização teórica”, na qual (b1) - se inscreve a supressão da cisão entre a representação e o real, supressão esta que atinge a própria teoria do co-



nhcimento (correntes do neokantismo), já que (b2) - aquela cisão agora suprimida como aspecto da separação entre ser e conhecer era posta pelo “entendimento analítico”, não sendo do âmbito da razão dialética.

Verifica-se, então, como efeito da observada “lei tendencial” assim aplicada uma configuração particular em que as representações e a praxis reduzem o conteúdo, reduzem a vida humana a uma vida abstrata (cf. *ib.* pp.259/260).

Para LEFÉBVRE, citando o “jovem” MARX e HEGEL, a tal configuração particular redutiva deve ser referida a especialização, compreendendo nela e por meio dela a abstração e a cisão da atividade, que o homem toma por realidade e por coisa em que absorver sua consciência, em uma aparente realização de si mesmo.

Neste ponto desdobra-se o argumento do autômato, seguinte: (a) - ao se limitar na cisão da atividade, o homem se situa ele próprio no “reino animal do espírito”, ao qual igualmente se restringe - noção esta tirada de “*A Fenomenologia do Espírito*” (edição francesa, vol. I p.324; apud LEFÉBVRE, H: *op.cit.* p.260); (b) - surge então a figura do “animal abstrato”, isto é, o homem como animal sem vida espontânea, privado dos impulsos vitais característicos; (c) - figura esta cujo surgimento corresponde a um paralelo em MARX com a teoria do “objeto abstrato”, compreendendo a mercadoria, o dinheiro, que alienam e reificam a atividade cindida, (d) - sendo que LEFÉBVRE entrevê nessa teoria, por sua vez, a fórmula privilegiada da própria teoria da realização teórica, identificada inicialmente na proposição heideggeriana.

Entretanto, ao contrário do que poderia parecer, com o autômato assim surgido e figurado na realização teórica, o conhecimento não fica todavia sem fundamento. É que o objeto técnico garante sua objetividade. Quer dizer: o conhecimento realiza-se no âmbito da prática como a praxis técnica. Então, o problema de restabelecer o laço entre o sujeito e o objeto desaparece, porque se resolve na prática científica onde, por sua vez, cresce de importância a noção metodológica de “simulação”. Daí, o autômato assume o conhecer (a ciência) como realização teórica. Suprime a seu modo a cisão entre objeto e sujeito, entre o conhecer e o ser, entre o real e a representação.

Tornado ato prático e realidade, o conhecimento não exige mais uma teoria distinta (filosófica ou neo-kantiana). O autômato (robot) tende a captar e a incorporar a si mesmo a totalidade do conhecer e das representações, liberando assim o ser humano de sua parte objetiva, permitindo-lhe, no entanto, apoiar-se nessa consolidação. Paródia fascinante do homem realizado, no dizer de LEFÉBVRE, o grande autômato, o animal abstrato em sua compreensão total e sua plena extensão é o simulacro quase perfeito da totalidade apreendida, vivida, reconstruída: é realidade e aparência unificadas (*ib.* p.263). E LEFÉBVRE formula



então a indagação crítica final em face da Cibernética como o grande autômato: “não é ao mesmo tempo, em plena simultaneidade sincronizada, a realização e a alienação?” Admitindo em seguida que essa indagação é o que permite a alguns dizer que o autômato as concilia, logo, as suprime, uma e outra como oposição e problema; e aos outros, afirmar que o autômato leva o conflito ao paroxismo, e anuncia a grande superação.

(Nota 05) – Como se sabe desde que sucedeu a Maurice HALBWACHS na Universidade de Strasbourg em meados dos anos trinta GURVITCH começou a publicar na direção da microsociologia. Assim já em 1935 aparece **‘L’Experience Juridique et la Philosophie Pluraliste du Droit’** (Paris, A.Pédone). Em 1936 é a vez do primeiro artigo específico de GURVITCH estabelecendo as orientações fundamentais da Microsociologia: **‘Analyse Critique de quelques Classifications des formes de sociabilité’**, in Archives Juridiques. Em 1937 temos: **‘Morale Théorique et Science des Moeurs: leurs possibilités, leurs conditions’**, Paris, Felix Alcan (3ª edição remanejada em 1961: PUF). Neste mesmo ano de 1937 GURVITCH publica o célebre e fundamental artigo sobre Microsociologia estabelecendo as bases e os conteúdos dessa disciplina, com o seguinte título: **‘Essai d’une Classification Pluraliste des Formes de Sociabilité’**, in *Annales Sociologiques, serie A, fascículo III*. E assim prossegue publicando em 1938 **‘Essais de Sociologie: les formes de sociabilité, le probleme de la conscience coletiva, la morale de Durkheim’**, Paris, Sirey. As versões definitivas desses ensaios serão posteriormente inseridas nos volumes de *‘La Vocation Actuelle de la Sociologie’*, inclusive os temas sobre sociedades arcaicas. Finalmente, completando esta sequência centrada na microsociologia temos em 1940 a celebrada **‘Eléments de Sociologie Juridique’**, Paris, Aubier. Ver : Gurvitch, Georges : **« Meu Itinerário Intelectual » in Tratado de Sociologia Vol. II**, op. Cit.; Ver também : BALANDIER, Georges: **‘Gurvitch’**, Paris, PUF, 1972, col. Philosophes, 120 pp.

©2007 by Jacob (J.) Lumier



Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV:
Literatura Digital

<http://www.leiturasjлумieraautor.pro.br>



LAICIDADE E DIALÉTICA:

© 2007 Jacob (J.) Lumier

109

LAICIDADE E DIALÉTICA:

DOIS ARTIGOS SAINT-SIMONIANOS PARA A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO.

Jacob (J.) Lumier

ÍNDICE REMISSIVO



Website Produção Leituras do Século XX – PLSV:

Literatura Digital

<http://www.leiturasjлумieraautor.pro.br>

A

agrupamento · 58, 81
alienação · 7, 9, 10, 13, 37, 41, 42, 43, 45, 46,
107, 119
ambigüidade · 7, 43, 46, 66, 87, 102
ambivalência · 87
análise · 118
atitude · 25, 54, 69, 73, 97, 101, 114, 116

C

ciência · 8, 15, 16, 18, 19, 21, 38, 71, 87, 102,
105, 106, 114
classes · 7, 18, 32, 36, 43, 47, 53, 55, 58, 64,
66, 74, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 88,
90, 91, 94, 98, 99, 104, 105, 120, 121, 122
coeficiente · 7, 8, 14, 37, 47, 122
complementaridade · 35, 87
comunhão · 68, 94
comunidade · 66, 67, 69, 80, 94, 96
conhecimento · 7, 8, 13, 16, 17, 18, 19, 25, 30,
31, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 47, 52, 56, 57, 60,
62, 64, 66, 67, 68, 69, 73, 77, 84, 86, 87, 92,
93, 96, 97, 101, 102, 103, 104, 105, 106,
115, 116, 119, 120, 122
consciência · 9, 14, 21, 24, 26, 32, 33, 34, 35,
36, 37, 40, 41, 44, 45, 51, 53, 56, 58, 60, 62,
77, 78, 80, 86, 102, 106, 119, 120, 121

D

determinismo · 23, 25, 70, 74, 88, 90, 105
dialética · 7, 8, 9, 35, 37, 38, 40, 45, 46, 52, 53,
54, 55, 56, 57, 62, 63, 71, 73, 74, 76, 79, 80,
81, 86, 87, 88, 89, 90, 105, 106, 118, 120,
121
dinâmica · 22, 24, 25, 55, 58, 77, 88, 89

E

estados · 19, 22, 32, 88, 102
estrutura · 10, 33, 42, 45, 52, 54, 58, 60, 63, 70,
75, 76, 77, 80, 81, 86, 87, 89, 90, 91, 92,
105, 120

F

função · 14, 20, 22, 54, 55, 61, 65, 74, 76, 79,
80, 81, 85, 99
funcionalidade · 77

G

Gestalt · 51, 115, 117, 118
grupo · 22, 43, 56, 59, 62, 63, 68, 71, 73, 80,
86, 90, 91, 93, 94, 103, 116

I

ideologia · 7, 46, 52, 77, 78, 80, 119
implicação · 35, 87
individual · 14, 17, 23, 27, 30, 33, 35, 56, 75,
79, 102

L

laicização · 7, 8, 10, 13, 16, 17, 18, 27, 30, 34,
40, 42
liberdade · 23, 25, 27, 28, 30, 35, 55, 56, 75,
78, 95, 121
Liberdade · 56, 77, 78

M

massa · 64, 69, 94, 96



mentalidade · 22, 29, 32

método · 118

microssociologia · 55, 61, 62, 63, 64, 66, 70,
71, 81, 101, 102, 103, 107, 121

mito · 9, 10, 20, 27, 30, 38, 41, 45, 70

moral · 14, 23, 25, 28, 35, 60, 62, 73, 77, 84,
87, 104

mumificação · 52, 57

N

Nós · 18, 26, 31, 33, 36, 53, 55, 62, 63, 65, 68,
69, 72, 73, 80, 94, 97, 98, 103, 104, 120

O

outrem · 33, 62, 63, 67, 71, 73, 80

Outrem · 26, 120

P

papel · 8, 16, 19, 28, 29, 36, 47, 68, 74, 76, 77,
78, 82, 86, 91, 94, 99, 118

polarização · 35, 87, 105

procedimentos · 33, 35, 54, 57, 87, 102

psiquismo · 22, 29, 32, 35, 122

R

realidade · 7, 8, 9, 10, 13, 27, 31, 34, 35, 37, 38,
40, 41, 42, 44, 45, 56, 57, 62, 72, 75, 78, 82,
86, 87, 88, 90, 101, 102, 104, 106, 119, 120,
121, 122

reciprocidade · 35, 87, 102

reificação · 14, 104, 105, 119

S

sistema · 16, 93, 94, 98, 99

sociabilidade · 21, 36, 58, 61, 62, 63, 66, 67,
71, 73, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89,
91, 104, 120

sociedade · 7, 9, 14, 18, 20, 22, 28, 31, 32, 33,
34, 38, 41, 43, 45, 47, 51, 56, 58, 60, 62, 63,
67, 68, 73, 75, 76, 77, 79, 82, 86, 87, 89, 91,
93, 94, 97, 102, 103, 116, 119

sociologia · 7, 8, 9, 13, 17, 22, 27, 29, 31, 33,
34, 36, 37, 38, 40, 41, 46, 52, 53, 54, 55, 56,
58, 61, 62, 63, 64, 68, 70, 71, 73, 75, 76, 77,
78, 79, 82, 86, 88, 89, 91, 92, 93, 102, 103,
104, 114, 116, 119, 120, 122

T

técnica · 13, 15, 18, 20, 30, 38, 68, 71, 106,
119, 120









Mensagem Sobre o Autor

Ensaísta incorrigível ao modo do ideal experimental com que se diferencia o homem de idéia, J. Lumier é um autor com experiência internacional, mas sem *parti pris*, cuja satisfação é a descoberta dos conteúdos intelectuais pela leitura e na leitura. Há quem veja nisso uma atitude obsessiva em intenção do outro e dos pósteros. Melhor para seus leitores que podem sempre se reconhecer contemplados em seus textos. Não será, portanto à toa haver intitulado sua **Web "Leituras do Século XX"** ludibriando os que tiveram imaginado nesta fórmula a coloração gris de um Outono nostálgico. Longe disso. Longe a cogitação de um eterno Século XX que se impostaria no título à pegada do termo "**Leituras**". Pelo contrário. São as leituras literárias que imperam; é o trabalho da obra intelectual emergindo em atualizações recorrentes no ato de ler e escrever que prevalece. E ninguém pode negar o ápice literário e científico da produção intelectual do século XX. Na **Home Page** <http://www.leiturasjlumierautor.pro.br> a imagem do ideal das "Leituras" nos é oferecida na seguinte formulação: "*a PRODUÇÃO LEITURAS DO SÉCULO XX - PLS é vocacionada para avançar na reflexão de uma situação de fatos com grande impacto no século XX, já assinalada no âmbito da sociologia por Georges GURVITCH, a saber: a situação de que, sob a influência do impressionante desenvolvimento das técnicas de comunicação, "passamos, num abrir e fechar de olhos, pelos diferentes tempos e escalas de tempos inerentes às civilizações, nações, tipos de sociedades e grupos variados". "A unidade do tempo revelou-se ser uma miragem", como nos mostraram, simultaneamente, a filosofia (BERGSON) e a ciência (EINSTEIN). Ficou claro que "a unificação dos tempos divergentes em conjuntos de tempos hierarquizados", sem o que é impossível nossa vida pessoal, a vida das sociedades e nossa orientação no mundo, não é uma unidade que nos é dada, mas uma "unificação a adquirir pelo esforço humano, onde entra a luta para dominar o tempo", dirigi-lo em certa forma". Sem dúvida, se nos mantivermos em atenção, cultivando a mirada aberta à influência da expressão e dos conteúdos intelectuais iremos com certeza desfrutar da reflexão acima assinalada e descobriremos a coerência da*



complexa matéria tratada em disciplina científica por Jacob (J.) Lumier em seus **E-books monográficos e artigos sociológicos**. Com efeito, para o nosso autor a monografia é trabalho científico à medida em que compreende descoberta e verificação/justificação, mas é igualmente forma racional de comunicação comportando, por isso, por esse **enlace de experimentação e comunicação**, uma diferença específica apreendida como **arte de compor** a que se ligam as profundas implicações para a difusão do conhecimento decorrentes da condição de publicidade do trabalho científico. No dizer de J. Lumier "(...) *grande parte dos mal-entendidos a respeito de certas obras ou teorias científicas tem muito a ver com o fato de sua exposição a todos os tipos de públicos, muitas vezes composto não só de leigos, mas de gente alheia à formação nas ciências humanas. Se a condição de publicidade é inerente ou não ao modo de produção científico ou se deve ou não ser restringida aos estudiosos é uma questão que extrapola o domínio do pensamento científico para lançar-se no âmbito da comunicação social, já que a obra impressa ou, depois do advento da Internet, a obra ou livro eletrônico, "e-book", é um produto cultural do qual a atividade científica não saberia distanciar-se*". Portanto, nos escritos de Jacob (J.) Lumier não se trata somente das variações compreendendo o **tema** das simbolizações e a autonomia relativa do conhecimento, mas se fosse perguntado, o leitor atento diria que juntamente com a noção de **mediatização**, a palavra chave aproximando seus ensaios é "**Gestalt**", uma das noções fundamentais em matéria de ciências humanas. Neste sentido, os escritos sociológicos de Jacob (J.) Lumier são de interesse básico e prestantes à formação.

Perfil do Autor

Professor do ensino superior, o autor é **Titulaire d'une licence de l'Université de Paris VIII - Vincennes, section Philosophie**. Durante o prolongamento dos anos sessenta frequentou a **antiga EPHE-VI^{ème} Section (Sorbonne)**. É sociólogo profissional e exerceu a docência, lecionando Sociologia e Metodologia Científica junto à universidade privada e junto à universidade pública. Exerceu também as atividades de pesquisador com o amparo de fundação científica.

É o autor dos e-books monográficos e dos artigos sociológicos apresentados como produtos culturais de literatura digital no referido website < <http://www.leiturasjlumierauteur.pro.br> > de cujo domínio é o titular. Sendo subscritor e simpatizante da revista eletrônica **Sociétés de l'information : comprendre la dynamique des réseaux**, publicada em parceria com a **Internet Society - ISOC**, o autor realiza desde os anos noventa uma atividade intelectual e literária que promove na Internet a auto-aprendizagem, favorece a educação a



distância (EAD) e é voltada para a formação nas ciências humanas, passando pela criação e coordenação de um grupo para a revalorização da monografia.

As obras de Jacob (J.) Lumier são digitadas em arquivos sob ambiência Windows com aproveitamento do Office-Word; são ensaios originais que observam os padrões acadêmicos e aplicam o modelo das monografias com as seguintes disposições: a) abordam problemas de sociologia e filosofia; b) apóiam-se em fontes teóricas e metodológicas de alguns pensadores notáveis do Século XX (Ernst Bloch, Theodor W. Adorno, Georges Gurvitch, Alexandre Kojévê); c) apresentam notas de rodapé ou notas de fim e bibliografia comentada; d) utilizam as normas técnicas recomendadas.

Jacob (J.) Lumier partilha a compreensão de que um ensaio se diferencia de um tratado nos seguintes termos: - "Escribe ensayísticamente el que compone experimentando, el que vuelve y revuelve, interroga, palpa, examina, atraviesa su objeto con la reflexión, el que parte hacia él desde diversas vertientes y reúne en su mirada espiritual todo lo que ve y da palabra todo lo que el objeto permite ver bajo las condiciones aceptadas y puestas al escribir." (...) "El ensayo es la forma de la categoría crítica de nuestro espíritu. Pues el que critica tiene necesariamente que experimentar, tiene que establecer condiciones bajo las cuales se hace de nuevo visible un objeto en forma diversa que en un autor dado; y, ante todo, hay que poner a prueba, ensayar la ilusoriedad y caducidad del objeto; éste es precisamente el sentido de la ligera variación a que el crítico somete el objeto criticado"(.). Em duas palavras, o autor de ensaios dedica-se a cultivar, sobretudo uma atitude experimental.

Publicações de Jacob (J.) Lumier entre 2005 e 2007:

- (a) - **Tópicos para uma Reflexão sobre a Teoria de Comunicação Social** (relações entre tecnologias da informação e sociedade) <http://www.oei.es/salactsi/conodoc.htm>
(b) - **Comunicação social e sociologia do conhecimento**: artigos

^c (Cf. Max Bense: "Über den Essay und seine Prosa", apud Theodor W. Adorno: "*Notas de Literatura*", trad. Manuel Sacristán, Barcelona, Ed. Ariel, 1962, pp. 28 e 30).



http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=34320

LIVROS / E-BOOKS DE JACOB (J.) LUMIER A VENDA EM



WWW.LULU.COM

<http://stores.lulu.com/democratie>

Philosophie à la Lumière de la Communication Sociale: Réflexion Sur la Lecture de Hegel Rédigée en Portugais. / <http://www.lulu.com/content/856648>



par [Jacob \(J.\) Lumier](#)

Cet ouvrage s'insère dans le débat de la pensée historique sur la lecture de Hegel qui oppose Habermas à Kojévè. J. Lumier admet que le thème de la fin de l'histoire ne diminue pas l'intérêt sociologique de la lecture kojévèana - favorisée par Max Weber dans son analyse de la theodicée. J. Lumier utilise les enseignements d'Alexandre Kojévè, y examine le dualisme en décrivant le rôle de la théorie de la "Gestalt" et celui du concept de Mythe dans l'interprétation du Chapitre VII de La Phénoménologie de l'Esprit. L'intérêt sociologique rejaillit ► sur l'approche qui humanise des sujets de la philosophie de Hegel ► sur la méthode phénoménologique ► sur l'esthétique-sociologique (la religion identifiée à l'Histoire de l'Art enlevé du monde social hellénique). Jacob (J.) Lumier a élaboré cet essai en vue de collaborer pour les "Études Hégéliens" au sujet de l'Anthropologie.

(126 pages) Livre broché: [\\$10.49](#) Download: [\\$3.44](#)

*Filosofia à luz da Comunicação Social:
reflexão sobre a Leitura de Hegel redigida em Português.*

Descrição em Português

Este opúsculo é contrário ao posicionamento de Habermas que censura Kojévè por supostamente situar a leitura de Hegel no âmbito exclusivamente filosófico (tema do fim da história). J. Lumier admite que o ponto de vista de Max Weber sobre o problema crítico cultural da teodicéia (implicando a transposição do conservadorismo hegeliano no século XX levando à crença de que uma ordem nova pode surgir como criação ex-nihilo) acentua o interesse sociológico da leitura



Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV:
Literatura Digital

<http://www.leiturasjлумieraautor.pro.br>

kojévèana. Jacob (J.) Lumier aí examina o dualismo, descrevendo o papel da teoria da “Gestalt” e do conceito de Mito na leitura do capítulo VII de A Fenomenologia do Espírito, tomando por fonte justamente os ensinamentos de Alexandre KOJÉVÊ. Nesta descrição o interesse sociológico na análise kojévèana ressalta sob os três pontos seguintes: (a) -a acentuação do enfoque humanizador nos temas da filosofia do espírito ou da “cultura” (em detrimento do componente místico predominante da dialética de Hegel, deixando esta de lado); (b) - por via deste enfoque, a acentuação da noção de Gestalt, posta então no centro do método fenomenológico da “Fenomenologia do Espírito”; (c) - na exposição compreensiva do desenvolvimento deste método fenomenológico, a acentuação da noção de “Espírito Materializado”, estabelecendo uma ponte para a filosofia estética (a religião tratada em sentido muito amplo sendo identificada à Arte ou à História da Arte tirada do mundo social helênico).

Jacob (J.) Lumier elaborou este ensaio como um autor sociólogo, tendo em vista ser prestante aos “Estudos Hegelianos” e orientar sobre o tema da Antropologização.

© 2007 by Jacob (J.) Lumier



L'UTOPIE NÉGATIVE DANS LA SOCIOLOGIE DE LA LITTÉRATURE: ARTICLES AU TOUR DE MARCEL PROUST REDIGÉS EN PORTUGAIS.

<http://www.lulu.com/content/900345>



par [Jacob \(J.\) Lumier](#)

Dans ce livre de sociologie Jacob (J.) Lumier enseigne comment apprécier l'art littéraire de Proust sous l'aspect de la crise de l'objectivité littéraire, rappelant que la suppression de l'objet du roman en raison du reportage dans le siècle XX modifie la position du narrateur qui, par différence du réalisme littéraire du siècle XIX, ne possède plus l'expérience du contenu à être dit. Dans ces lectures critiques on y décrit aussi les variations de la position du personnage et de la relation avec le lecteur; on y approfondit dans la critique de la culture, surtout en vue d'y situer l'art de Proust comme point de repère pour la découpure de l'idéologie du futurisme. L'UTOPIE NÉGATIVE DANS... a été élaboré par Jacob (J.) Lumier sous le regard du sociologue en vue de produire de la bibliographie



Websítio Produção Leituras do Século XX – PLSV:

Literatura Digital

<http://www.leiturasjлумieraautor.pro.br>

basique pour la formation dans les Sciences Humaines et actualiser certaines interprétations historiques qui revalorisent le monologue Proustien.

(133 pages) Livre broché: [\\$11.15](#) Download: [\\$2.71](#)

Descrição em língua portuguesa.

**Título: A UTOPIA NEGATIVA NA SOCIOLOGIA DA LITERATURA:
ARTIGOS EM**

TORNO DE MARCEL PROUST REDIGIDOS EM PORTUGUÊS.

Neste livro o autor Jacob (J.) Lumier esclarece sobre a utopia negativa como objeto da sociologia da literatura. Agarrado ao ponto de vista da individuation, ensina aos universitários como apreciar a arte literária de Proust sob o aspecto da mediação e no quadro da crise de objetividade literária, lembrando que a supressão do objeto do romance em face do gênero reportagem no século XX implica e altera a posição do narrador que, por diferença do realismo literário do século XIX, não mais possui a experiência do conteúdo a ser narrado - situação essa classificada como crise da possibilidade de narrar algo especial e particular. Trata-se de uma coletânea de textos e artigos expondo leituras de Sociologia da Literatura em que se examinam as linhas básicas da evolução histórica e da situação do romance moderno em sua ambiguidade como técnica de comunicação, descrevendo-se as variações composicionais mais significativas a respeito da posição do narrador, do elemento personagem e da relação com o leitor. Nessa descrição se aprofunda na crítica da cultura, sobretudo em vista de situar a arte de Proust como ponto de referência para a desmontagem da

ideologia do futurismo. L'UTOPIE NÉGATIVE DANS LA SOCIOLOGIE DE LA

LITTÉRATURE: ARTICLES AU TOUR DE MARCEL PROUST REDIGÉS EN PORTUGAIS foi elaborado por Jacob (J.) Lumier sob a mirada do sociólogo em vista de produzir bibliografia básica para a formação nas Ciências Humanas e dar aproveitamento e atualidade às fontes históricas revalorizando a arte de Proust.

Categorias:

Comunicação social, ciências humanas, sociologia, história, teoria literária, avant-garde.

Palavras chaves:

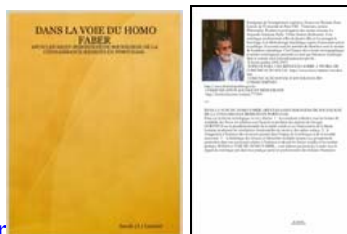
Romance, fantasia, mundo dos valores, conhecimento, realidade, alienação, reificação, coisificação, indivíduo, individualismo, crítica, cultura, psicologia, consciência, sociedade, artista, mediação, subjetividade, consciência, mediação..

© 2007 by Jacob (J.) Lumier



**DANS LA VOIE DU HOMO FABER: ARTICLES SAINT-SIMONIENS DE
SOCIOLOGIE DE LA CONNAISSANCE RÉDIGÉS EN PORTUGAIS.**

<http://www.lulu.com/content/846559>



par [Jacob \(J.\) Lumier](#)

Essai sur la théorie sociologique où ► on examine le problème de la possibilité de la structure et où on y décrit ► la conscience collective sous les formes de sociabilité (les Nous, les relations avec l'autrui) en profitant des analyses de Georges GURVITCH sur la pluridimensionalité de la réalité sociale et sur l'intervention de la liberté humaine produisant les corrélations fonctionnelles du savoir et des cadres sociaux ► la relativité de l'historique et de l'archaïque ► le changement à l'intérieur des structures passant dans l'origine de la technique et de la moralité autonome ► la dialectique des niveaux et hiérarchies multiples propres aux groupements particuliers dans son autonomie relative à l'intérieur et devant les classes sociales et les sociétés globales. DANS LA VOIE DU HOMO FABER... a été élaboré par Jacob (J.) Lumier sous le regard du sociologue pris dans leur pratique parmi les professionnels des Sciences Humaines.

(185 pages) Livre broché: [\\$12.92](#) Download: [\\$3.46](#)

Descrição deste e-book em Português

Título:

**NA TRILHA DO HOMO FABER:
ARTIGOS SAINT-SIMONIANOS DE SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO
REDIGIDOS EM PORTUGUÊS.**

Neste livro o autor esclarece que a mudança ocorrente no interior das estruturas assimilando a relatividade do histórico e do arcaico passa na origem da técnica e da moralidade autônoma. Em acréscimo, ensina como reconhecer a dialética dos níveis e hierarquias múltiplas próprias aos agrupamentos particulares em sua autonomia relativa no interior e diante das classes sociais e das sociedades globais. Trata-se de um ensaio de teoria sociológica que examina ponto por ponto o problema da possibilidade da estrutura descrevendo a manifestação concreta da consciência coletiva em formas de sociabilidade (Nós, relações com Outrem). Essa descrição põe em relevo as bases da sociologia do conhecimento tirando proveito das análises de Georges GURVITCH sobre a pluridimensionalidade da realidade social, em vista de corroborar o fato de que não há unificação estrutural



Websítio Produção Leituras do Século XX – PLSV:

Literatura Digital

<http://www.leiturasjлумieraautor.pro.br>

sem a intervenção da liberdade humana produzindo as correlações funcionais entre o saber e os quadros sociais. < NA TRILHA DO HOMO FABER: ARTIGOS SAINTSIMONIANOS DE SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO REDIGIDOS EM PORTUGUÊS > foi elaborado por Jacob (J.) Lumier sob a mirada do sociólogo como atuante no conjunto dos profissionais das Ciências Humanas.

Categorias:

conhecimentos universitários, ciências humanas, comunicação social, teoria sociológica.

Palavras chaves:

consciência coletiva, dialética, realidade social, gestalt, atitudes coletivas, microsociologia.

© 2007 by Jacob (J.) Lumier



[COMMUNICATION SOCIALE et DÉMOCRATIE ou DEUX ARTICLES de SOCIOLOGIE de la CONNAISSANCE redigés en portugais 1- La Culture du Partage; 2- La Fiction dans les Élections ou Démocratie et Vote Obligatoire au Brésil.](http://www.lulu.com/content/773350)
<http://www.lulu.com/content/773350>



par [Jacob \(J.\) Lumier](#)

Outre les lignes basiques pour dépasser la hypothèse d'une appréhension humaine du cyberspace, dans le 1er Art., LA CULTURE DU PARTAGE, nous y traçons un panneau critique de l'évolution de la sociologie de la connaissance depuis Karl Mannheim à C.Wright Mills e Georges Gurvitch pour arriver à la compréhension des systèmes cognitifs dans leurs trois échelles du microsocial, des groupes et classes sociaux, des sociétés globales. Nous soutenons qu'aucune communication ne peut avoir lieu sans le psychisme collectif et que ceci exige la vérification du coefficient existentiel de la connaissance. Dans le second Art., LA FICTION DANS LES ÉLECTIONS, nous y traitons la connaissance politique en tant que combinaison spécifique d'utopisme et de réalisme avec application à la démocratisation au Brésil, qui encore n'est pas arrivé au vote libre, et par l'analyse du problème du vote obligatoire on a vu l'insuffisance de la connaissance politique dans ce cas, son manque de réalisme.

(154 pages) Livre broché: [\\$11.99](#) Download: [\\$1.88](#)



Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV:
Literatura Digital

<http://www.leiturasjлумieraautor.pro.br>

Descrição em Português

Jacob (J.) Lumier ensina aos universitários como chegar à compreensão dos sistemas cognitivos nas escalas do microsocial, dos grupos e classes sociais, das sociedades globais e como a análise do problema do voto obrigatório revela a insuficiência de realismo do conhecimento político neste caso. Ademais das linhas básicas para ultrapassar a hipótese de uma apreensão humana do ciberespaço, <COMUNICAÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA ou Dois Artigos de Sociologia do Conhecimento redigidos em Português 1- A Cultura do Compartilhamento; 2-A Ficção nas Eleições ou Democracia e Voto Obrigatório no Brasil> é um ensaio que descreve ponto a ponto a evolução da sociologia do conhecimento desde Karl Mannheim à C.Wright Mills e Georges Gurvitch. Essa descrição inclui a corroboração do fato de que comunicação alguma não pode ter lugar sem o psiquismo coletivo e que isso exige o estudo da variabilidade na realidade social, mediante a verificação do coeficiente existencial do conhecimento. foi escrito por Jacob (J.) Lumier diante da crescente influência da concorrente filosofia abstrata do conhecimento, nutrida pela neuropsicologia da cognição - « designada « ciências cognitivas ».

Copyright: © 2007 by Jacob (J.) Lumier [Standard Copyright License](#)



Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV:

Literatura Digital

<http://www.leiturasjlumierautor.pro.br>



Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV:

Literatura Digital

<http://www.leiturasjlumierautor.pro.br>



LAICIDADE E DIALÉTICA:

DOIS ARTIGOS SAINT-SIMONIANOS PARA A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO.

Jacob (J.) Lumier

ÍNDICE ANALÍTICO

LAICIDADE E SOCIOLOGIA: 11

Reflexão sobre o Homo Faber 11

LAICIDADE E SOCIOLOGIA: 13

Reflexão sobre o *Homo Faber* 13

O desencantamento do mundo não se esgota na redução estética à coisificação e o ponto de vista da Crítica da Cultura deve ser aprofundado como mediação em relação à origem da técnica e da moralidade autônoma para alcançar exatamente a relatividade do arcaico e do histórico intermediados penetrando as estruturas. 13

A distinção entre conhecimento místico e conhecimento racional não significa em absoluto que haja alguma relação entre as obras da Magia (nas sociedades arcaicas) e as da ciência em razão de que são duas atitudes diferentes que se afirmam em dois planos que nem sempre se encontram. 18

Existe nas sociedades arcaicas “uma grande parte da experiência” sobre a qual o “homo faber” não se sente capaz de agir: não podendo agir sobre a natureza espera que a natureza aja por ele. O universo povoa-se assim de intenções. Tal é a origem do mito do Maná ao qual se liga a Magia como obra de civilização. 20

A moral do progresso conhecido pela inteligência se revela uma nova forma de sujeição àquilo que é conhecido de antemão. A ação moral criadora dos seus próprios critérios está em oposição direta a qualquer crença no progresso automático. 23

O conhecimento dos critérios morais concretiza-se como uma reflexão posterior sobre o ato moral diretamente vivido, sobre os valores entrevistados no calor da própria ação. A especificidade dessa experiência moral só é alcançada a partir da concepção dinâmica de qualquer moralidade efetiva. 25

O advento do caráter humano da liberdade, a ascensão desta para níveis menos inconscientes é verificada no e por esse conflito entre imanência e transcendência, em suas diversas configurações. 27

Não há criação de um simbolismo novo sem a afirmação de idéias e valores que dão a motivação e, mais que isto, a inspiração para as condutas coletivas efervescentes, iluminando-as para que favoreçam a mudança pelo espontaneísmo social e coletivo. 30



Como todo o conceito sociológico relativista e realista assimilando a aplicação das teorias de consciência aberta, a consciência coletiva requer a aplicação dos procedimentos dialéticos. 33

A distinção de Marx entre consciência real e consciência mistificada ou ideológica expressa a compreensão sociológica do esforço humano como ultrapassando a oposição materialismo/espiritualismo. 36

MARX foi sociólogo no sentido estrito de reconhecer a laicização e a relatividade do arcaico e do histórico porque, ao chegar à descoberta da realidade social por trás do fetichismo da mercadoria, desencadeou o “desencantamento” da Economia Política, evidenciando nas representações desta última o estágio arcaico da consciência alienada. 40

ARISTÓTELES não notara que o valor de troca de uma mercadoria depende da quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir esta mercadoria, MARX sublinha o que caracteriza especificamente os valores de troca das mercadorias em regime capitalista como sendo exatamente o fato de que essas mercadorias se tornaram “fetiches”. 44

DIALÉTICA E MICROSSOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: 49

Referências para uma atuação sociológica. 49

DIALÉTICA E MICROSSOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: 51

Referências para uma atuação sociológica. 51

”, como conjuntos ou configurações virtuais ou atuais, implicam um quadro social referenciando os símbolos que se manifestam no seu seio e as escalas particulares de valores, que no seu seio são aceites ou rejeitadas (as chamadas “dinâmicas de avaliação” favorecendo a tomada de consciência 51

Não há dúvida de que a teoria sociológica de estrutura social é 58

uma teoria dinâmica. 58

GURVITCH fundou a microsociologia 61

Do ponto de vista da microsociologia do conhecimento, o estudo mais rico em significações é o das comunidades como quadros sociais. 64

Neste ponto sobressai o inegável alcance essencial da microsociologia para a teoria sociológica de estrutura social. 70

A sociologia dos agrupamentos particulares como 73

quadros sociais do conhecimento. 73

O ponto de vista do permanente “refazer” da microsociologia. 81

Fórmula dos quatro esquemas de correlações das tendências sociológicas probabilísticas gerais dos grupos: 82



Neste ponto, podemos notar que o estudo da dialética das três escalas - a do microssocial, a do parcial, a do global - deixa bem estabelecida a percepção de que a realidade social do conjunto comporta uma pluralidade de modos atualizados. 86

LIVROS / E-BOOKS DE JACOB (J.) LUMIER A VENDA EM
WWW.LULU.COM 117



<http://stores.lulu.com/democratie> 117

Philosophie à la Lumière de la Communication Sociale: Réflexion Sur la Lecture de Hegel
Rédigée en Portugais. / <http://www.lulu.com/content/856648> 117

L'UTOPIE NÉGATIVE DANS LA SOCIOLOGIE DE LA LITTÉRATURE: ARTICLES
AU TOUR DE MARCEL PROUST REDIGÉS EN PORTUGAIS.
<http://www.lulu.com/content/900345> 118

DANS LA VOIE DU HOMO FABER: ARTICLES SAINT-SIMONIENS DE
SOCIOLOGIE DE LA CONNAISSANCE RÉDIGÉS EN PORTUGAIS.
<http://www.lulu.com/content/846559> 120

COMMUNICATION SOCIALE et DÉMOCRATIE ou DEUX ARTICLES de
SOCIOLOGIE de la CONNAISSANCE redigés en portugais 1- La Culture du Partage; 2-
La Fiction dans les Élections ou Démocratie et Vote Obligatoire au Brésil.
<http://www.lulu.com/content/773350> 121





Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV:
Literatura Digital

<http://www.leiturasjлумieraуor.pro.br>



Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV:
Literatura Digital

<http://www.leiturasjлумieraуor.pro.br>

Nome do arquivo: LAICIDADE E DIALÉTICA Matriz Finalizada 1a
Pasta: C:\Documents and Settings\Fernanda\Meus documentos\PORTAL MEC Julho 2007
Modelo: C:\Documents and Settings\Fernanda\Dados de aplicativos\Microsoft\Modelos\Normal.dot
Título: LAICIDADE E DIALÉTICA: Dois artigos Saint-simonianos para a Sociologia do Conhecimento.
Assunto: Ensaio de Sociologia
Autor: Jacob (J.) Lumier
Palavras-chave: sociedade, conhecimento, consciência, sociologia, dialética, microssociologia, laicização.
Comentários: Com bibliografia e índices remissivo e analítico.
Data de criação: 3/7/2007 22:00:00
Número de alterações: 2
Última gravação: 3/7/2007 22:00:00
Salvo por: Fernanda
Tempo total de edição: 1 Minuto
Última impressão: 3/7/2007 22:02:00
Como a última impressão
Número de páginas: 127
Número de palavras: 36.482 (aprox.)
Número de caracteres: 200.290 (aprox.)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)